

MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

2012





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília, DF

2011

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: (61) 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2012 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2011.
6v. em 8.

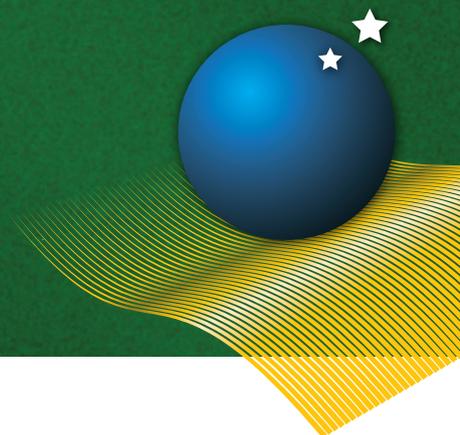
Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2012. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2011"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Sumário



Lista de Siglas.....	7
I – Resumo da Política Econômica do Governo.....	11
A Política Econômica do Governo e a Aceleração do Crescimento Sustentável.....	13
Projeções Macroeconômicas para 2011 e 2012.....	23
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2011 e 2012.....	24
II – Desafios para 2012.....	29
Infraestrutura – Programa de Aceleração do Crescimento.....	31
Grandes Eventos – Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.....	34
Superação da Extrema Pobreza – Plano Brasil sem Miséria.....	36
Desenvolvimento Industrial – Plano Brasil Maior.....	40
Agropecuária – ampliação da oferta de alimentos e melhores condições de vida no campo.....	42
III – Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central.....	47
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados.....	49
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais.....	55
Receita Orçamentária.....	57
Pessoal e Encargos Sociais – 2012.....	59
Sistemas Previdenciários.....	60
IV – Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras).....	65
Aplicações em Operações de Crédito.....	67
Investimentos no Ativo Imobilizado.....	68
V – ANEXO: Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais.....	69
Empresas do Setor Produtivo.....	71
Empresas do Setor Financeiro.....	102

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

APO – Autoridade Pública Olímpica

Assec – Assessoria Econômica

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

Ates – Assessoria Técnica, Social e Ambiental

Bacen – Banco Central

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEF – Caixa Econômica Federal

CGCOPA – Comitê Gestor da Copa

Cide-Combustíveis – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNI – Confederação Nacional da Indústria

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COI – Comitê Olímpico Internacional

Cras – Centros de Referência de Assistência Social

Creas – Centros de Referência Especializados em Assistência Social

CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público da Câmara dos Deputados

DLSP/PIB – Dívida Líquida do Setor Público como proporção do PIB

DPF – Dívida Pública Federal

DPFe – Dívida Pública Federal externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna

EC – Emenda Constitucional

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

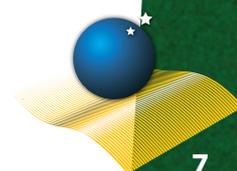
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior



LISTA DE SIGLAS

- FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)
- GTP-APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
- G-S – Garantia-Safra
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IED – Investimento Estrangeiro Direto
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- IOF-Ouro – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, incidente sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial
- IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
- IR – Imposto de Renda
- ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LFT – Letras Financeiras do Tesouro
- Loas – Lei Orgânica da Assistência Social
- LTN – Letras do Tesouro Nacional
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- ME – Ministério do Esporte
- MEI – Microempreendedor Individual
- MF – Ministério da Fazenda
- MI – Ministério da Integração Nacional
- MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- MPEs – Micro e Pequenas Empresas
- MPU – Ministério Público da União
- NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público

LISTA DE SIGLAS

NTN-B – Notas do Tesouro Nacional, série B

NTN-F – Notas do Tesouro Nacional, série F

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAF – Plano Anual de Financiamento

PASS-BNDES – Programa de Apoio ao Setor Sucrialcooleiro

PDG – Programa de Dispêndios Globais

PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND – Programa Nacional de Dragagem

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPI – Projeto-piloto de Investimento

Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Procap-Agro – Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária

Prodecoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária

Produsa – Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável

Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

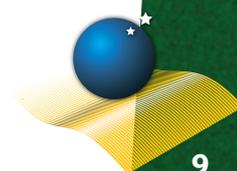
Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Propflora – Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

RCL – Receita Corrente Líquida

Renai – Rede Nacional de Informações sobre Investimentos



LISTA DE SIGLAS

Renapi – Rede Nacional de Política Industrial

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

RPV – Requisição de Pequeno Valor

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPE – Secretaria de Política Econômica

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TAV – Trem de Alta Velocidade

TCU – Tribunal de Contas da União

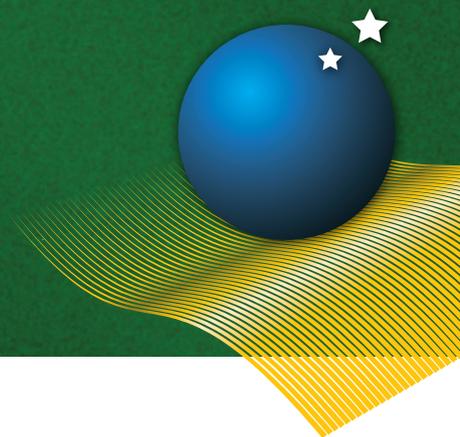
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento



I – Resumo da Política Econômica do Governo



- A Política Econômica do Governo e a Aceleração do Crescimento Sustentável
- Projeções Macroeconômicas para 2011 e 2012
- Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2011 e 2012

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO E A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

As políticas públicas implementadas nos últimos anos, elevando investimentos e reduzindo a desigualdade social e regional, criaram um ambiente muito favorável para a economia brasileira, que se tornou um dos mercados mais dinâmicos do mundo. Quatro movimentos estratégicos têm contribuído para esse cenário: a) expansão do crédito e melhoria dos níveis de renda; b) crescimento econômico com estabilidade; c) consolidação do Brasil como importante destino de investimento, ampliando relações com diversos países da América Latina e da Ásia; e d) aumento de investimento público e privado, com destaque para os programas de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Pré-sal.

No âmbito da política econômica, o esforço coordenado implementado ao longo dos últimos anos, nas esferas fiscal e monetária, permite formular, por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2012, políticas e instrumentos para elevar o patamar do crescimento sustentável da economia com redução da desigualdade. O quadro macroeconômico favorável é resultado da consistência das diretrizes e da política econômica, que visam:

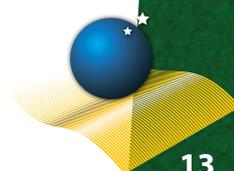
- a) ao equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa na alocação das despesas e nos indicadores de endividamento do setor público, tais como: alongamento do prazo médio; redução do percentual de vencimentos no curto prazo; diminuição da parcela da dívida exposta à volatilidade de mercado, como câmbio e taxa Selic; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB);
- b) ao controle da inflação, no âmbito do regime de metas, com atuação da política monetária de forma cautelosa e oportuna, decorrente da autonomia operacional da autoridade monetária;
- c) ao equilíbrio das contas externas, por meio do regime de câmbio flexível, o qual permitiu a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais e o alcance pelo País da posição de credor externo líquido e, conseqüentemente, a queda do risco-país e a melhora de sua classificação em 2011, quando duas das três principais agências de risco passaram o Brasil do primeiro para o segundo nível de grau de investimento;
- d) à elevação da capacidade produtiva do País, com: a priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura; a adequação do ambiente de negócios, de forma a incentivar o investimento privado; e os incentivos para ampliação da inovação produtiva e para a melhora da qualidade da mão de obra; e
- e) maior inclusão social, com melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Desse modo, de forma a criar o ambiente propício para a continuidade do ciclo de desenvolvimento com maior justiça social, o orçamento prioriza: a) a promoção de investimentos em infraestrutura, eliminando gargalos ao crescimento; b) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio do incentivo à inovação e à qualificação; e c) as políticas sociais redistributivas.

Cabe mencionar também que, para manter este ambiente de elevada credibilidade interna e externa, o Governo tem respondido prontamente à influência da abundante liquidez no mercado cambial e ao impacto, nos indicadores de inflação, do aumento no preço das *commodities*, permitindo manter um ritmo de crescimento significativo. Com essa atuação, o Governo Federal pretende minimizar a volatilidade em torno das trajetórias de apreciação do Real, diminuindo a entrada de capitais especulativos no País, e manter o crescimento sustentado da economia.

Resultados Macroeconômicos em 2010 e 1º semestre de 2011

No período de 2007 a 2010, a economia brasileira registrou crescimento médio de 4,5% ao ano, acima do observado em períodos anteriores (3,5% de 2003 a 2006 e 2,0% de 1996 a 2002). Assim, os bons fundamentos econômicos alcançados ao longo dos últimos anos permitiram que o País, mesmo após sofrer



o impacto da crise financeira internacional ao final de 2008, voltasse rapidamente para sua trajetória de crescimento. Esse resultado decorre, em grande parte, da tempestividade e efetividade das medidas anticíclicas, adotadas para compensar a retração do crédito privado, sustentar a liquidez do mercado cambial e preservar a atividade econômica e o investimento, o que levou ao forte resultado de 2010 (7,5%), garantindo no biênio 2009 e 2010 uma média de crescimento próxima a 3,5%. Em 2011, a perspectiva de crescimento real do PIB é de 4,5%, com aceleração nos anos subsequentes, voltando à taxa pré-crise.

O ambiente macroeconômico em 2010 e no primeiro semestre de 2011 pode ser dividido em duas fases. Na primeira, correspondente ao primeiro semestre de 2010, com taxa média de crescimento de 9,2% ante o mesmo período do ano anterior, a economia, colhendo os resultados das medidas de estímulo adotadas pelo Governo, o País estava terminando de se recuperar dos efeitos da crise internacional, utilizando a sua capacidade instalada. Nesse período, o Governo começou a retirar gradualmente os incentivos ao consumo (tributários e de liquidez). Por sua vez, na segunda fase, a partir do segundo semestre de 2010, até as atividades mais afetadas, como a indústria e o investimento, já estavam próximas ao nível anterior à crise, o que naturalmente diminuiu o ritmo de crescimento da economia (5,3% em média nos três últimos trimestres até março de 2011 ante o mesmo período do ano anterior). No entanto, a acentuada alta no preço das *commodities* e a demanda interna aquecida levaram à alta na inflação ao consumidor. Para fazer frente a esse quadro, o Governo adotou política monetária mais restritiva e política fiscal condizente com esta, todavia, a economia mantém um ritmo de crescimento que assegura as conquistas no mercado de trabalho e de créditos obtidas ao longo dos últimos oito anos.

A **demanda doméstica** foi a indutora do crescimento em 2010 e no primeiro trimestre de 2011 (Tabela 1), com destaque para o forte crescimento no **investimento** (formação bruta de capital fixo), indicando otimismo com relação ao futuro da economia. Desde o segundo semestre de 2010, o ritmo de crescimento do investimento tem diminuído, em parte por ter alcançado o patamar pré-crise. No entanto, permaneceu com taxas de crescimento acima das observadas para o Produto Interno Bruto, ampliando a capacidade produtiva do País. Entre as medidas adotadas pelo Governo para incentivar a retomada do investimento, ressaltam-se as desonerações tributárias para a produção de bens de capital e a linha de crédito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com menor taxa de juros para máquinas e equipamentos. O sucesso desse Programa pode ser mensurado, entre outros, pelo aumento nos empréstimos do BNDES Finame, que dobraram a partir do início do PSI, passando de uma média diária de R\$ 54 milhões em 2009 para R\$ 120 milhões em 2010.

Também cabe destacar a maior celeridade na execução das obras do **Programa de Aceleração do Crescimento** (PAC), com grande aumento no valor pago entre 2009 e 2010 (23,1%), assim como nos primeiros cinco meses de 2011 ante o mesmo período do ano anterior (35,4%). Em 2011, em paralelo à continuidade dos projetos da primeira fase, foi iniciada a segunda (PAC 2 de 2011-2014), a qual compreende projetos de infraestrutura que visam: melhorar a qualidade de vida em grandes aglomerações urbanas; aumentar a cobertura de serviços públicos nos bairros populares; reduzir o déficit habitacional; universalizar o acesso à água e à energia elétrica; consolidar e ampliar a rede logística; garantir suprimento de energia, baseado em fontes renováveis e limpas; e ampliar a produção de petróleo e gás no âmbito do Pré-sal. Nesses investimentos, estão compreendidos os preparativos para a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, como a construção e/ou reforma de estádios de futebol e de aeroportos e a implantação de projetos de mobilidade urbana.

O **consumo das famílias**, item da demanda doméstica de maior peso no PIB (60%), também mostrou forte crescimento em 2010 e no primeiro trimestre de 2011. Assim, apesar de a maioria dos estímulos tributários concedidos terem sido retirados no primeiro trimestre de 2010, outros fatores continuaram a fomentar o consumo, como a renda real disponível, em função da manutenção de taxas de inflação dentro da meta, do crescimento da massa salarial real (6,3% em 2010 e 7,2% no 1º trimestre de 2011¹), do volume de crédito real (11,6% para o crédito às pessoas físicas² em 2010 e 11,5% no 1º trimestre de 2011) e das transferências de renda às famílias (Bolsa Família, Lei Orgânica da Assistência Social/Loas e outros). Por sua vez, o consumo do Governo, que costuma ter comportamento estável, sendo menos

1. Os dados do mercado de trabalho se referem à Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Considerou-se como massa salarial a massa de rendimento habitual.

2. Operações de crédito totais, livre e direcionado, do sistema financeiro (não inclui o rural e o imobiliário).

suscetível a choques, também contribuiu positivamente para o crescimento da demanda doméstica. Para o 2º trimestre de 2011, os indicadores antecedentes do consumo das famílias mostram que o ritmo pode ter diminuído um pouco, mas permanecerá forte, tendo em vista a elevação da renda real disponível no período (5,7% na massa salarial e de 10,7% no crédito às pessoas físicas, ambos em termos reais) e das vendas no varejo ampliado (12,4% em abril e maio frente ao mesmo período de 2010).

Desse modo, como a demanda doméstica se recuperou de forma mais forte e rápida do que a demanda do resto do mundo, o crescimento das importações de bens e serviços foi maior do que o das exportações.

Pelo lado da oferta, o **setor de serviços**, sustentado pelo consumo das famílias e do governo, foi menos afetado pela crise internacional, com variação positiva e elevada (acima de 4%) ante o mesmo período do ano anterior, em todos os trimestres de 2010 e no primeiro trimestre de 2011 (Tabela 1).

O **setor agropecuário**, após sofrer forte retração em 2009, principalmente, devido à queda do rendimento de culturas importantes (condições climáticas adversas) e da área plantada de algumas culturas, decorrente da redução na demanda mundial e a, conseqüente, queda nos preços voltou a crescer em 2010 e 2011, quando houve melhora na demanda (interna e externa) por produtos agropecuários, condições climáticas mais favoráveis, elevando o rendimento e, conseqüentemente, a produção estimada para o período. Dessa forma, a safra de grãos em 2010 (149,7 milhões de toneladas) suplantou o patamar recorde alcançado em 2008. Para 2011, já com a maior parte da safra colhida, estima-se novo recorde histórico. Quanto à produção pecuária, todos os itens levantados registraram elevação em 2010 ante o mesmo período do ano anterior, tendência que permaneceu no primeiro trimestre de 2011, à exceção de bovinos, com estabilidade no número de cabeças abatidas e queda no peso.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB)

Setor de Atividade	Variação acumulada (%)				Variação ante o mesmo período do ano anterior (%)		
	2008	2009	2010	2011 ¹	3º trim. 2010	4º trim. 2010	1º trim. 2011
PIB	5,2	-0,6	7,5	6,2	6,7	5,0	4,2
Oferta							
Agropecuária	6,1	-4,6	6,5	5,8	7,0	1,1	3,1
Indústria	4,1	-6,4	10,1	7,4	8,3	4,3	3,5
Serviços	4,9	2,2	5,4	4,9	4,9	4,6	4,0
Demanda							
Consumo das famílias	5,7	4,2	7,0	6,4	5,9	7,5	5,9
Consumo do Governo	3,2	3,9	3,3	3,2	4,1	1,2	2,1
Formação Bruta de Capital Fixo	13,6	-10,3	21,8	17,1	21,2	12,3	8,8
Exportações	0,5	-10,2	11,5	9,2	11,3	13,5	4,3
Importações (-)	15,4	-11,5	36,2	29,2	40,9	27,2	13,1

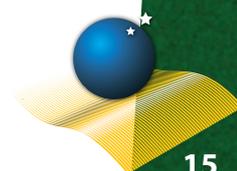
Fonte: IBGE.

Elaboração: Assec/MP.

Nota: ¹ Acumulado em quatro trimestres até março de 2011.

Por sua vez, na **indústria**, as medidas adotadas pelo Governo foram vitais para a recuperação do setor mais afetado pela crise internacional, pois permitiram que as empresas ajustassem rapidamente os estoques e retomassem a produção. Dessa forma, no primeiro semestre de 2010, a produção industrial ultrapassou o patamar pré-crise, tendo, a partir de então, desacelerado o ritmo de crescimento (14,5% no primeiro semestre de 2010 e 5,4% na média do 2º semestre de 2010 e 1º trimestre de 2011, sempre em relação ao mesmo período do ano anterior). No ano de 2010 e nos cinco primeiros meses de 2011, ante o mesmo período do ano anterior, o crescimento médio no setor (7,8%³) decorreu da expansão

3. Dados se referem à Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE.



de 7,7% na indústria de transformação e de 10,1% na indústria extrativa. Entre os ramos e categorias da indústria de transformação com elevado dinamismo no período, têm-se os que, após serem fortemente afetados pela crise, foram beneficiados por desonerações tributárias, como o automotivo, os insumos típicos da construção civil e os bens de capital. O setor de construção civil também foi muito beneficiado pela implementação ou ampliação de programas governamentais como o Minha Casa, Minha Vida. Por sua vez, especificamente na indústria extrativa, a produção de petróleo e gás ficou relativamente estável, enquanto a extração de minerais, após forte recuo, tornou a se elevar em 2009 e meados de 2010, com ênfase no minério de ferro que voltou a ser mais demandado pelas economias emergentes em expansão.

O **mercado de trabalho**, em contrapartida, foi menos afetado pela crise, dada a tempestiva resposta do Governo e a melhora nas expectativas de recuperação do mercado doméstico. Assim, enquanto na maioria dos países houve redução no nível de emprego em 2009, no Brasil, houve geração de novas vagas formais de trabalho (995 mil novas vagas formais⁴), tendência que se fortaleceu em 2010 (2,1 milhões de novas vagas) e continua, embora com ligeira moderação no primeiro semestre de 2011 (1,9 milhão no acumulado em 12 meses até junho). A taxa de desemprego também atingiu os patamares mais baixos da série histórica (com início em 2003) por 21 meses consecutivos, fechando 2010 em 6,7% e alcançando 6,2% no 1º semestre de 2011, nos dados acumulados em 12 meses.

O aquecimento no mercado de trabalho também pode ser observado pelo nível de ocupação (população ocupada sobre a população em idade ativa), que alcançou 53,5% em junho de 2011, maior nível para o mês desde o início da série (2002). A menor ociosidade no mercado de trabalho, juntamente com as perspectivas de crescimento do País, torna cada vez mais necessárias políticas de qualificação da mão de obra, que elevem a produtividade do trabalho e permitam maior mobilidade de trabalhadores para setores que exigem maior qualificação. Com esse intuito, o Governo, além das políticas já em implementação (como a elevação do piso salarial dos professores, o Exame Nacional do Ensino Médio/Enem), lançou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (Box 1).

BOX 1 – Projovem e Pronatec

Projovem

Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Programa tem por objetivo promover a reintegração ao processo educacional, contribuindo para a elevação da escolaridade ao nível da 9ª série do ensino fundamental; a qualificação profissional com certificação de formação inicial; e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, atuando na formação de jovens por meio da efetiva associação entre a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

Pronatec

A **educação profissional** será articulada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Como instrumento de melhoria da qualidade da educação, o Pronatec tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais. Nesse sentido, foram traçadas três frentes de ação: a) expansão das vagas públicas; b) oferta de bolsas para formação gratuita, para estudantes e trabalhadores; e c) financiamento da educação tecnológica e profissional. Essas ações serão implementadas em parceria com a rede privada dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S).

4. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A **expansão das escolas técnicas** será intensificada, com a inauguração de 81 novas unidades até o final de 2012 e outras 120 até dezembro de 2015, alcançando cerca de 600 unidades escolares administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e um atendimento direto de mais de 600 mil estudantes em todo o País. Assim, até 2015, o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio deve alcançar 1,7 milhão.

Para 2012, está prevista a distribuição de 150 mil **bolsas para a educação profissional** e 733 mil para a capacitação de trabalhadores. A oferta de Bolsa-Formação atende também beneficiários dos programas de inclusão produtiva, como o Bolsa Família. Já o **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior** (Fies) atenderá os estudantes egressos do ensino médio e ainda os empresários que tiverem interesse em oferecer capacitação a seus funcionários. Além disso, a Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec) segue sendo ampliada, com o crescimento de 47 mil estudantes em 2011 para 77 mil em 2012.

A política de valorização do salário mínimo e a melhora na atividade econômica contribuíram para elevação do rendimento real⁵ até outubro de 2010 e tem oscilado em torno de patamar um pouco mais baixo desde então. Mesmo assim, apresenta crescimento médio de 3,8% nos últimos 12 meses até junho, ante o mesmo período do ano anterior. Assim, os trabalhadores de renda menor que a média, como os das atividades de construção e serviços domésticos, tiveram ampliação maior no rendimento real médio no período, respectivamente de 8,6% e 6,1%.

O crescimento da população ocupada e do rendimento real permitiu que a massa salarial apresentasse aumento em todo o período (6,3% em 2010 e 6,6% no primeiro semestre de 2011, ambas as variações ante o mesmo período do ano anterior), comportamento determinante para a expansão do consumo das famílias e dos serviços.

Adicionalmente, nos últimos anos, o cenário de maior crescimento econômico, conjugado à implementação de um conjunto de reformas microeconômicas⁶, resultou em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego, que alcançou patamar histórico de 62,47% de trabalhadores com carteira assinada proporcionalmente à população ocupada no setor privado em junho de 2011. Além dos benefícios sociais para o trabalhador e da elevação da efetividade de instrumentos de política social (seguro desemprego e previdência), a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo.

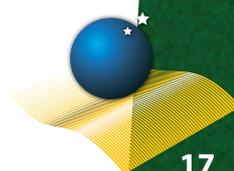
Setor Externo

O cenário de recessão na economia mundial, com contágio em períodos diferentes (2007 em alguns países centrais e setembro de 2008 no resto do mundo), provocou ajuste nas contas externas, com piora nas transações correntes, cujo saldo passou de superavitário em 2007 (0,1% do PIB) para deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -2,2% em junho de 2011, dados acumulados em 12 meses). Não obstante, o dinamismo da economia brasileira e as boas possibilidades de investimento

5. Rendimento habitual real da PME/IBGE.

6. Por exemplo, o fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em 2003; a transferência da cobrança e da fiscalização das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a Receita Federal em 2005; a instituição do Super Simples em 2007; a possibilidade de o empregador doméstico abater do Imposto de Renda a contribuição patronal à Previdência Social, a partir de 2007; e o enquadramento do Empreendedor Individual no Simples Nacional, a partir de meados de 2009. Essas medidas contribuíram para impulsionar a formalização, ao permitir que empresas contabilizassem créditos tributários de fornecedores, ao aumentar o controle do fisco sobre sonegações tributárias; e ao simplificar e/ou reduzir o pagamento de tributos por parte das pequenas e médias empresas que aderiram ao Super Simples, dos empregadores de trabalhadores domésticos e dos empreendedores individuais.

7. Empregado com carteira de trabalho assinada sobre a soma dos empregados com e sem carteira assinada e os por conta própria, dados da PME/IBGE.



têm atraído fluxo de capitais, os quais possibilitam o financiamento do balanço de pagamentos e a continuidade da acumulação de reservas internacionais.

O déficit em transações correntes (dados acumulados em 12 meses) de dezembro de 2008 até junho de 2011 foi gerado por forte remessa de lucro e dividendos, crescimento no déficit de viagens internacionais e, principalmente, menor **saldo no comércio de bens**. Este último, apesar de estar crescendo desde o final de 2010 com a melhora nos termos de troca (beneficiada pelo maior preço das *commodities*), continua representando apenas 63% do valor observado em 2007. Assim, de 2007 a junho de 2011, apesar do comércio de bens ter sido afetado durante a crise econômica internacional, observa-se na média maior crescimento do *quantum* importado do que do exportado, em decorrência do forte crescimento da economia brasileira, da valorização do real e da lenta recuperação das economias desenvolvidas.

Cabe ressaltar que apesar da diversificação da pauta, o agronegócio tem aumentado a sua contribuição para o saldo no comércio de bens, ao participar de forma intensa nas exportações brasileiras. No ano passado foi responsável por um volume exportado de US\$ 76,4 bilhões. Não obstante o crescimento de 18% em relação às exportações observadas em 2009, a participação do agronegócio no total das exportações brasileiras diminuiu um pouco, ao passar de 42,3% para 37,9%. Isso ocorreu porque as exportações fora do agronegócio cresceram mais de 42% no mesmo período. Ainda assim, o resultado da balança comercial brasileira em 2010, que foi de US\$ 20,2 bilhões, é explicado pelo saldo do agronegócio que superou em mais de três vezes o saldo positivo obtido pela balança total.

Nos 12 meses correspondentes ao período de julho de 2010 a junho de 2011, as exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$ 84,6 bilhões, 23,9% acima do valor exportado no período de julho de 2009 a junho de 2010, que foi de US\$ 68,3 bilhões. As importações tiveram crescimento de 35,7%, passando de US\$ 11,5 bilhões no período de julho de 2009 a junho de 2010 até atingir US\$ 15,6 bilhões nos últimos 12 meses. Como resultado, o superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$ 69,0 bilhões. Para a safra atual, as estimativas mais conservadoras apontam um patamar de US\$ 85,0 bilhões para as exportações do agronegócio brasileiro, um novo marco alcançado por esse segmento.

Tabela 2 – Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 2003 a 2011
(US\$ bilhões)

	Saldo		Exportações			Importações		
	Total	Agropecuária	Total	Agropecuária	(%)	Total	Agropecuária	(%)
2003	24,8	25,6	73,1	30,6	41,9	48,3	4,8	9,9
2004	33,7	34,1	96,5	39,0	40,4	62,8	4,9	7,8
2005	44,8	38,4	118,3	43,6	36,9	73,6	5,2	7,0
2006	46,5	42,8	137,8	49,5	35,9	91,4	6,7	7,3
2007	40,0	49,7	160,6	58,4	36,4	120,6	8,7	7,2
2008	24,8	60,0	197,9	71,8	36,3	173,1	11,8	6,8
2009	25,3	54,9	153,0	64,8	42,3	127,7	9,9	7,7
2010	20,2	63,1	201,9	76,4	37,9	181,7	13,4	7,4
2011 ¹	25,3	69,0	231,0	84,6	36,6	205,7	15,6	7,6

Fonte: Secex/MDIC.

Elaboração: Assec/MP.

Nota: ¹ Acumulado em 12 meses até junho de 2011.

Por sua vez, o elevado estoque de investimento estrangeiro no País e a maior lucratividade das firmas em anos de crescimento possibilitaram o aumento na **remessa de recursos** de subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil às matrizes (no exterior); enquanto a elevação da renda das famílias tem aumentado o gasto com **viagens internacionais**.

Em 2010 e no primeiro semestre de 2011, o déficit em conta corrente foi mais do que compensado pelo elevado **fluxo de capitais estrangeiros**, concentrados em três fontes: investimento direto, investimento em papéis domésticos e em ações e captações externas (papéis e empréstimos). Quanto ao **investimento estrangeiro direto** (IED), a entrada de recursos foi recorde em 2010 (US\$ 48,4 bilhões,

Tabela 3), o que elevou a participação do Brasil no fluxo global de investimentos de 2,2% em 2009 para 3,9% em 2010. A entrada líquida de recursos estrangeiros continuou crescendo nos dados acumulados em 12 meses até junho de 2011, decorrente da atratividade do País, ao se considerar seus bons fundamentos econômicos e as expectativas de expansão acima da média mundial. Cabe lembrar que o maior fluxo de investimento direto pode trazer maior estabilidade ao financiamento do déficit em transações correntes, pois tende a permanecer por mais tempo no País, embora inovações financeiras permitam maior volatilidade mesmo de investimento direto.

Tabela 3 – Dados Seleccionados do Setor Externo
(US\$ bilhões)

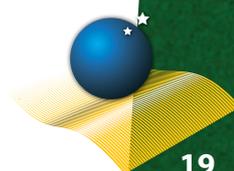
Discriminação	2007	2010	2011 ¹	Diferença entre 2007 e 2011
Conta Corrente	1,6	-47,4	-49,0	-50,6
Balança Comercial (FOB)	40,0	20,2	25,3	-14,7
Exportações	160,6	201,9	231,0	70,4
Importações	-120,6	-181,7	-205,7	-85,1
Serviços	-13,2	-30,8	-35,2	-22,0
Viagens Internacionais	-3,3	-10,5	-13,2	-9,9
Transporte	-4,4	-6,4	-6,9	-2,5
Balança de Bens e Serviços	26,8	-10,6	-9,9	-36,7
Rendas	-29,3	-39,6	-42,9	-13,6
Juros	-7,3	-9,7	-8,2	-0,9
Lucros e Dividendos	-22,4	-30,4	-34,2	-11,8
Transferências Unilaterais	4,0	2,8	2,8	-1,2
Conta Capital e Financeira	89,1	99,7	123,7	34,6
Conta Capital	0,8	1,1	1,3	0,5
Conta Financeira	88,3	98,5	122,5	34,2
Investimento Direto Estrangeiro	34,6	48,4	68,8	34,2
Investimento em Papéis Domésticos e Ações	46,7	52,3	36,3	-10,4
Outros Capitais	7,0	-2,2	17,4	10,4
Balanço Global	87,5	49,1	75,3	-12,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: ¹ Acumulado em 12 meses até junho.

O **fluxo de capitais para compra de títulos domésticos e ações** teve forte ingresso em 2010, ampliando o fluxo de dólares para o País. Essa aceleração levou o Governo a elevar a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidente nos investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa no País. Como resultado desta medida e, também, devido à maior incerteza do cenário econômico internacional (preocupações relacionadas com as dívidas soberanas de determinados países europeus e dos Estados Unidos e com as perspectivas desfavoráveis em relação ao desempenho da China), houve expressiva redução do ingresso em papéis domésticos e em ações desde o final de 2010.

A **oferta de crédito em moeda estrangeira** melhorou ao longo de 2010 e meados de 2011, com as empresas não só renovando todos os seus débitos como elevando o financiamento externo. Assim, a taxa de rolagem (captações/amortização) de médio e longo prazo passou de 219% em 2010 para 772% no primeiro semestre de 2011. A propósito, o endividamento total se elevou em US\$ 78,5 bilhões em 2010 e no primeiro trimestre de 2011. Praticamente todo esse crescimento foi proveniente do setor privado (93%) e, em grande parte, em dívida de curto prazo (47%). A elevação da dívida de curto prazo aumenta a vulnerabilidade externa do País, especialmente das empresas privadas que contraem tais empréstimos. Portanto, a partir de abril, o Governo aumentou para 6% o IOF incidente sobre captações



externas (contratadas diretamente ou por meio de emissão de títulos) de até 720 dias. Como resultado, já se observa o alongamento do perfil da dívida, uma vez que, no segundo trimestre, a dívida de médio e longo prazo cresceu US\$ 26,8 bilhões e a de curto prazo caiu US\$ 16,6 bilhões.

Nesse período, o País conseguiu sustentar o bom desempenho dos **indicadores de solvência externa**, como a manutenção da posição de credor externo líquido adquirida ao final de 2007. Assim, em junho de 2011, apesar do crescente endividamento das empresas, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 335,6 bilhões) tem permitido que o montante de ativos externos (reservas internacionais, haveres de bancos comerciais e créditos de brasileiros no exterior) supere em US\$ 72,3 bilhões os passivos (dívida externa bruta).

Desse modo, a melhora dos fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais (representando, em junho de 2011, 19 meses de importações), a manutenção da posição de credor externo líquido, a redução dos títulos com indexadores mais voláteis (como variação cambial e Selic) na composição da dívida interna, dentre outros indicadores, diminuíram a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil e sustentaram as condições para a entrada de capitais estrangeiros. Com isso, o País tem apresentado nível de risco soberano (*credit default swap* de cinco anos, 116 p.b., em junho de 2011) melhor do que a média dos emergentes América Latina e Ásia (223 b.p.) e tem melhorado sua classificação em 2011, quando duas das três principais agências de risco passaram o País do primeiro para o segundo nível de grau de investimento. Desse modo, com o setor externo brasileiro menos vulnerável a choques externos e com a expectativa positiva em relação à manutenção de ingresso de capitais, o real voltou a valorizar-se.

Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

A acumulação de reservas internacionais, o sistema de metas de inflação e o regime de câmbio flutuante possibilitaram ao Banco Central implementar, pela primeira vez, uma política monetária contracíclica diante de uma crise internacional, eliminando o efeito da vulnerabilidade externa que abortava os ciclos de expansão econômica. Nesse período, o Banco Central, dentre outras medidas, reduziu a taxa Selic até seu menor patamar histórico, 8,75% (alcançado em julho de 2009), e diminuiu alíquotas dos depósitos compulsórios.

Em 2010, com a economia tendo retornado ao nível de atividade pré-crise, o comportamento da política monetária foi alterada. Pode-se dividir o período até julho de 2011 em três fases. Na primeira, de abril a julho de 2010, com o aumento da inflação, tanto corrente quanto esperada, e com a expansão robusta da demanda doméstica, o Banco Central iniciou processo de restrição da liquidez, visando restabelecer seu nível adequado no sistema financeiro, e voltou a elevar a taxa básica de juros (Meta Selic). Desse modo, aumentou, de forma gradual, as alíquotas de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, assim como elevou em 2,0 pontos percentuais a taxa Selic, a qual atingiu 10,75% a.a. em julho de 2010.

Na segunda fase, de agosto a dezembro de 2010, o Banco Central fez uma pausa no ciclo de elevação da Meta Selic, tendo em vista a defasagem entre a implementação da política monetária e seu efeito sobre a atividade e a inflação, o menor ritmo de crescimento da atividade econômica ante o primeiro semestre de 2010, a melhora nas expectativas de inflação para 2010 e as incertezas sobre o cenário internacional.

Na terceira fase, de janeiro a julho de 2011, o Banco Central retornou o ciclo de alta da Meta Selic, considerando o efeito, sobre a inflação corrente e esperada, da dinâmica dos preços de alimentos, reflexo, em parte, de choques de oferta domésticos e externos nos últimos meses de 2010, em ambiente de descompasso entre o crescimento da demanda e da oferta e de estreita margem de ociosidade dos fatores de produção, como a mão de obra. Após duas elevações de 0,50 ponto percentual, a partir de abril de 2011, o aumento da Meta Selic tem sido mais gradual (0,25 p.p.), tendo em vista a defasagem no mecanismo de transmissão, o ritmo ainda incerto de moderação da atividade doméstica e a complexidade do cenário internacional, com elevados níveis de liquidez e incerteza sobre o ritmo de recuperação da atividade global. Em julho de 2011, a Meta Selic atingiu 12,5%.

Desse modo, a política monetária continuará sendo pautada pelo regime de metas para a inflação, com o objetivo de manutenção da estabilidade monetária e do crescimento sustentado da economia, buscando conservar os ganhos obtidos e consolidados desde a adoção do regime, como a preservação do

poder de compra da moeda, a melhoria do horizonte de previsão e planejamento dos agentes econômicos, a diminuição dos prêmios de risco e, conseqüentemente, da taxa real de retorno necessária para atrair investimentos.

Os agregados de moeda e crédito seguem condizentes com o ritmo de crescimento da economia. Quanto ao crédito, a sua disponibilidade para as famílias e para as empresas vem se constituindo, em conjunto com o aumento da massa salarial e do rendimento, no elemento fundamental para o aumento do consumo privado e do investimento nos últimos anos. Esse desempenho tem sido possibilitado pela consolidação da estabilidade macroeconômica e do arcabouço institucional, elementos que permitem reduções nas taxas de juros – não obstante o patamar ainda elevado – e, conseqüentemente, acesso ao crédito para um número cada vez maior de famílias e empresas.

Cabe mencionar que a intensificação do crédito voltado ao consumo, particularmente em modalidades nas quais se considerou que o alongamento de prazos ou o comprometimento de renda das famílias poderiam representar risco à sustentabilidade do sistema financeiro, suscitou a adoção de medidas de caráter macroprudencial, em dezembro de 2010, destinadas a atenuar essa expansão e a desestimular operações de prazo mais dilatado. Tais medidas compreenderam a majoração do requerimento de capital aplicável a operações de crédito e arrendamento mercantil destinadas a pessoas físicas com prazos contratuais acima de 24 meses ou, no caso do crédito consignado, acima de 36 meses. Excluíram-se dessas medidas os financiamentos habitacionais. Adicionalmente, foram elevadas as alíquotas dos recolhimentos compulsórios sobre recursos a prazo, revertendo-se as reduções implementadas por ocasião da crise internacional.

As referidas medidas resultaram em moderação do ritmo de crescimento do crédito às famílias, em conseqüência da redução dos prazos médios das novas operações e da elevação das taxas de juros, para a qual contribuíram adicionalmente os aumentos subsequentes da taxa básica de juros e a recomposição da alíquota do IOF incidente sobre o crédito ao consumo, em abril de 2011.

Portanto, após registrar evolução significativa em 2010, acompanhando a recuperação da economia, o **mercado de crédito** manteve, no início de 2011, trajetória de expansão moderada, condizente com o nível de atividade econômica e condicionado pelos impactos das medidas macroprudenciais e da política monetária. A expansão das operações de crédito, que, em 2010, revelara-se mais expressiva no crédito direcionado, impulsionada pelos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorreu de forma equilibrada tanto entre o crédito livre e o direcionado, quanto entre os segmentos de pessoas físicas e jurídicas, nos primeiros meses de 2011. Prosseguiu intenso o avanço do crédito habitacional, que tem contribuído decisivamente para o dinamismo da construção civil e para a redução do déficit de moradias no País.

Nesse contexto, o estoque total de crédito do sistema financeiro nacional, compreendendo empréstimos, financiamentos, adiantamentos e arrendamentos mercantis concedidos com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 1,8 trilhão em junho de 2011 (Tabela 4), representando elevação de 29,7% ante dezembro de 2009. Em decorrência, a relação crédito/PIB aumentou de 44,4% (dezembro de 2009) para 47,2%. Os empréstimos com recursos livres evoluíram positivamente, impulsionados pelo crédito às famílias e pelas operações baseadas em recursos domésticos destinadas a pessoas jurídicas, totalizando R\$ 1,2 trilhão em junho de 2011, com aumento de 25,5% em comparação a dezembro de 2009. Por sua vez, tanto em 2009 quanto em 2010, as operações com recursos direcionados tiveram desempenho mais expressivo (29,1% em 2009 e 28,3% em 2010, ante o crescimento do crédito para recursos livres de 9,6% em 2009 e 16,9% em 2010), com destaque para os financiamentos ao setor produtivo concedidos pelo BNDES e para o crédito habitacional. Em 2011, o crescimento está mais uniforme, com variações próximas a 7,5% (dados acumulados em 12 meses até junho de 2011 ante dezembro de 2010) tanto nos recursos livres quanto nos direcionados.

A **taxa de inadimplência**, que reflete a participação relativa das operações com atrasos superiores a 90 dias, alcançou em dezembro de 2010 seu menor patamar desde a crise financeira internacional: 4,5%, situando-se em 5,7% no segmento de pessoas físicas e em 3,5% no de pessoas jurídicas. Nos primeiros meses de 2011, a inadimplência cresceu marginalmente, o que pode ser atribuído, ao menos em parte, ao aumento nas taxas de juros verificado a partir de dezembro de 2010.

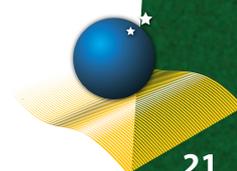


Tabela 4 – Crédito por Origem de Recursos
(R\$ bilhões)

Discriminação	2009	2010	2011 ¹	Variação %		
				2010/ 2009	2011 ¹ / 2010	2011 ¹ / 2009
Total	1.414,3	1.705,9	1.834,0	20,6	7,5	29,7
Recursos Livres	954,5	1116,1	1197,8	16,9	7,3	25,5
Recursos Direcionados	459,8	589,8	636,2	28,3	7,9	38,4
BNDES	283,0	357,8	371,9	26,4	4,0	31,4
Participação (%)						
Total/PIB	44,4	46,4	47,2			
Rec. Livres/PIB	30,0	30,4	30,8			
Rec. Direcionados/PIB	14,4	16,0	16,4			
BNDES/PIB	8,9	9,7	9,6			

Fonte: BCB.

Elaboração: Assec/MP.

Nota: ¹ Dados de junho de 2011.

No que diz respeito ao **mercado de câmbio**, o regime de câmbio flutuante no Brasil revelou ser fundamental para amortecer choques externos, ao permitir que os preços relativos se ajustassem rapidamente e contribuir para minimizar o impacto sobre a renda e o emprego. A recuperação registrada pela economia mundial ocorreu em ambiente de elevada liquidez, baixas taxas de juros básicas nas economias maduras e taxas mais elevadas de expansão na atividade das economias emergentes. Nesse cenário, em que os fluxos de capitais externos voltaram a ser direcionados às economias emergentes, o mercado de câmbio doméstico assinalou ingressos líquidos de US\$ 24,4 bilhões em 2010.

Como mencionado anteriormente, a aceleração dos fluxos de capitais externos em 2010 levou o Governo brasileiro a adotar medidas sobre esses ingressos brutos, como a elevação para 6% da alíquota do IOF incidente sobre os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no País a partir de outubro de 2010. O impacto dessa medida foi imediato, com expressiva redução dos ingressos brutos, gerando fluxos líquidos negativos na rubrica.

Em 2011, até junho, o superávit cambial atingiu US\$ 50,7 bilhões, recorde da série para o período, ante US\$ 3,4 bilhões em igual período do ano anterior. As aquisições líquidas de divisas realizadas pelo Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US\$ 38,3 bilhões no período. A posição vendida dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário de câmbio e as intervenções do Banco Central, reduziu-se de US\$ 16,8 bilhões, ao final de 2010, para US\$ 6,3 bilhões em julho de 2011, já sob a influência da instituição de depósito compulsório em espécie, não remunerado, a partir de abril deste ano, e com condições mais rígidas desde julho.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2011 E 2012

As políticas econômicas implementadas nos últimos anos, particularmente as consolidadas nos programas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, assim como os dados sobre a economia brasileira disponíveis até o mês de junho de 2011, permitem que se projete uma evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para o ano de 2011 e criam base sólida para a sua continuidade em 2012. As projeções dos principais indicadores macroeconômicos para o período pressupõem, ainda, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, um cenário sem a ocorrência de choques adversos que afetem substancialmente a economia brasileira e com elevação paulatina na produção mundial (em maior ritmo nas economias emergentes do que nas desenvolvidas).

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2012 adota os seguintes parâmetros (Tabela 5):

Tabela 5 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado	Projeção ¹	LDO	Projeção ¹
	2010	2011	2012	2012
PIB: Variação (%) anual	7,3	4,5	5,0	5,0
IPCA: Variação (%) acumulada no ano	5,9	5,8	4,6	4,8
Taxa de Câmbio (R\$/US\$): média anual	1,76	1,61	1,79	1,64
Taxa Selic (% ao ano): média anual	9,8	12,0	10,8	12,4

Fonte: SPE/MF.

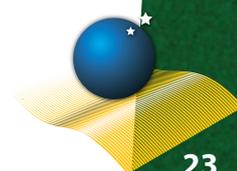
Elaboração: Assec/MP.

Nota: ¹ Projeções para 2011 e 2012, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

Em 2011, a variação esperada do produto interno é positiva (4,5%), tendo em vista a base mais elevada e a manutenção do crescimento em níveis mais moderados, refletindo o impacto das medidas restritivas da política monetária e do cenário internacional de recuperação gradual. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna robusta, com ampliação do mercado consumidor do País, decorrente do aumento da renda real disponível (rendimento e crédito), permitirão que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2012, estimada em 5,0%, mais próxima da taxa pré-crise.

A taxa de inflação deverá convergir gradualmente para o centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)⁸ e não devem ocorrer modificações significativas na área cambial, dada a perspectiva de fluxo de capital positivo para o País e de entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta corrente. Espera-se, ainda, estabilidade na taxa básica de juros a partir do segundo semestre de 2011, a qual deverá permanecer no patamar 12,5% a.a. Essa manutenção da taxa considera que as medidas restritivas de política monetária e fiscal, adotadas pelo Governo até meados de 2011, e a maturação dos investimentos realizados nos últimos anos criaram as condições necessárias para que o crescimento, em 2012, possa ocorrer sem pressões inflacionárias.

8. Conforme estabeleceram resoluções do Conselho Monetário Nacional, o centro da meta para a inflação firmada para 2011, 2012 e 2013 é de 4,5% ao ano, com intervalo de tolerância de 2 p.p. acima ou abaixo.



GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2011 E 2012

A política fiscal praticada nos últimos anos propiciou resultados primários suficientes para a redução da dívida pública, o que permitiu ao Governo Central utilizar os recursos públicos como instrumento de redução dos impactos das variações cíclicas na atividade econômica.

Esse mecanismo foi utilizado na crise internacional, quando se reduziu a meta de resultado primário de 2009 utilizando-se os recursos do Governo Federal, para aumentar investimentos e preservar os gastos sociais. A estratégia, combinada com o aumento do crédito público e demais medidas anticíclicas, contribuiu para evitar uma queda mais forte do crescimento econômico do País durante a crise e permitiu uma rápida retomada sustentada da demanda interna.

Em 2010, a meta do setor público consolidado foi fixada em 3,1% do PIB. Naquele ano, o superávit primário do setor público consolidado somou 2,77% do PIB, 0,33 ponto percentual abaixo da meta, em função do menor resultado de Estados, Municípios e estatais federais, uma vez que o Governo Central alcançou sua meta. Para atingir a meta do setor público, o Governo Federal usou a prerrogativa da Lei de Diretrizes Orçamentárias de abater parte dos gastos com investimentos do PAC. Ainda assim, a dívida líquida do setor público retornou para trajetória descendente, caindo de 42,8% do PIB em 2009 para 40,2% em 2010.

Em 2011, o Orçamento da União foi estruturado de modo a fixar a meta de superávit primário do governo central em valores nominais (R\$ 81,76 bilhões) e não como proporção do PIB e já, no primeiro semestre, o resultado primário do setor público somou R\$ 78,2 bilhões, o que representa 66% da meta para o ano. Esse resultado foi fortemente influenciado pela política do Governo Central, que ao final do primeiro semestre já havia obtido 68% da sua meta de resultado primário para 2011. Ressalta-se novamente a coordenação entre a política fiscal e a política monetária implementada pelo Banco Central (BC), com o objetivo de combater a inflação.

Durante 2011, observa-se uma acomodação do crescimento da demanda interna, decorrência das medidas adotadas nas áreas fiscal, monetária e macroprudenciais. Estas últimas foram adotadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central e aperfeiçoam os instrumentos de regulação existentes, visando manter a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito.

No cenário internacional ainda persistem incertezas e fragilidades econômicas nos países desenvolvidos. Os países emergentes desempenham o importante papel de sustentar taxas de crescimento acima das médias mundiais e o Brasil destaca-se pela demonstrada capacidade de reação e de criação das condições de retomada do ciclo de crescimento econômico na crise.

Nesse contexto, os investimentos públicos e privados têm sido o eixo do desenvolvimento uma vez que, além de sustentar o crescimento econômico, têm a função de acompanhar o consumo das famílias e atender à demanda decorrente do surgimento da nova classe média.

Cabe destacar que a política fiscal adotada pelo Governo é consistente do ponto de vista macroeconômico, uma vez que preserva os gastos sociais e os investimentos públicos do Governo Central e das estatais federais, em períodos de recessão, e promove a ampliação dos investimentos nos períodos de crescimento acima do potencial. Essa política, além de ter gerado o fortalecimento da economia doméstica, contribuiu para a melhoria das expectativas em relação à demanda futura, o que foi importante para a retomada dos investimentos privados e novos investimentos estrangeiros.

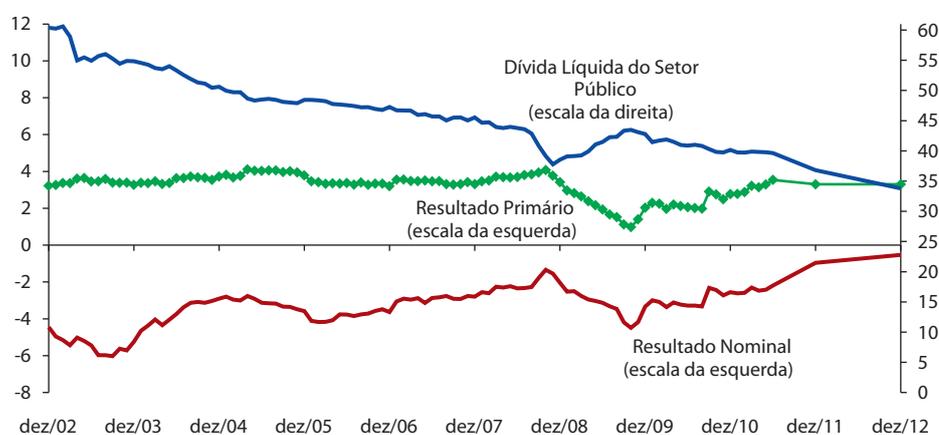
Para 2012, espera-se uma aceleração sustentada do crescimento econômico, que será alcançada pelo dinamismo da demanda doméstica, com aumento da taxa de investimento público e privado, e por uma recuperação do comércio internacional. Esse crescimento se dará com inclusão social e produtiva e erradicação da pobreza extrema, mantendo a inflação dentro da meta, com redução do déficit nominal, da dívida pública e da taxa real de juros.

A Política Fiscal dos Últimos Anos

O objetivo primordial da política fiscal do Governo é a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção de um crescimento sustentado. Desde 2003, houve uma redução da Dívida Líquida do Setor Público como proporção do PIB (DLSP/PIB), com exceção do crescimento ocorrido entre dezembro de 2008 e outubro de 2009, como consequência da crise internacional. Essa variação foi pontual e decorreu principalmente do menor resultado primário apresentado em função das medidas anticíclicas. Após esse período, a DLSP voltou à trajetória de queda tendo sido reduzida para 39,7% do PIB, em junho de 2011.

Assim, comparando-se o indicador da DLSP/PIB de junho/2011 (39,7%) com dezembro de 2002 (60,4% do PIB), verifica-se uma redução de 20,7 p.p. Tal redução decorreu de superávits primários médios superiores a 3,3% do PIB ao ano e da redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,6% do PIB, em agosto de 2003, para 5,7% do PIB, em junho de 2010.

Gráfico 1 – Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), Resultado Primário e Nominal, de 2001 a 2011
(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Assec/MP.

Nota: ¹ Os dados observados excluem Petrobras e Eletrobras. Dados observados até junho de 2011; projeções para dezembro de 2011 e dezembro de 2012 = PLOA 2012.

Com a retomada do crescimento em 2010, a meta de resultado primário do setor público consolidado retornou aos patamares anteriores. Para 2012, a meta foi fixada em termos nominais em R\$ 139,8 milhões, o que corresponde a 3,1% da atual estimativa do PIB para o próximo ano.

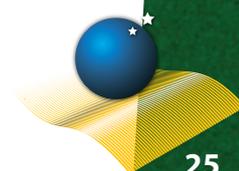
Considerando-se o resultado primário de 2011 fixado em R\$ 117,9 bilhões projeta-se que a DLSP/PIB será reduzida de 40,2% ao final de 2010 para 36,5% ao final de 2012. (Tabela 6). O déficit nominal também deve seguir a trajetória de queda, passando de 2,55% em 2010 para 1,65% em 2012.

Tabela 6 – Projeção dos Principais Resultados Fiscais
(% do PIB)

	Observado 2010	2011	2012
Superávit Primário do Setor Público não Financeiro	2,8	3,1	3,1
Dívida Líquida do Setor Público	40,2	38,9	36,5
Resultado Nominal do Setor Público	-2,55	-2,42	-1,65

Fonte: MF e Bacen.

Elaboração: Assec/MP.



A Gestão da Dívida Pública

Conforme estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2010, o Tesouro Nacional buscou contribuir para a redução da liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Nesse sentido, houve resgate de R\$ 551,1 bilhões em títulos da **Dívida Pública Mobiliária Federal interna** (DPMFi), enquanto as emissões somaram R\$ 591,82 bilhões, sendo R\$ 90,5 bilhões correspondentes a emissões diretas sem contrapartida financeira, com destaque para as operações com o BNDES. Baseado nesses números, a emissão líquida de títulos da DPMFi em 2010 foi de R\$ 40,7 bilhões. A estratégia adotada pelo Tesouro Nacional, ao longo de 2010, foi pautada pelas seguintes diretrizes, enunciadas no PAF 2010: a) Títulos prefixados – aumento na participação de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F) no estoque da Dívida Pública Federal (DPF); manutenção das emissões de LTN com prazos de referência de seis, doze e vinte e quatro meses e de NTN-F com vencimentos de três, cinco e dez anos, com ênfase nos vencimentos de três e dez anos; b) Títulos remunerados a índices de preços – aumento na participação da NTN-B no estoque da DPF e emissão de títulos com prazos de referência de três, cinco, dez, vinte, trinta e quarenta anos; c) Títulos indexados à taxa Selic, Letras Financeiras do Tesouro (LFT) – emissões com prazo médio superior ao prazo médio do estoque da DPF.

Em 2010, o estoque da DPF cresceu nominalmente 13,1%, respeitando os limites estabelecidos pelo PAF 2010. Em particular, a DPMFi subiu nominalmente 14,7%, fruto principalmente da combinação da apropriação de juros de R\$ 164,8 bilhões e da emissão líquida do ano de R\$ 40,7 bilhões.

Quanto ao **endividamento externo**, o estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) reduziu-se 9,0% (4,8% em dólares), passando de R\$ 99,0 bilhões (US\$ 56,8 bilhões), em dezembro de 2009, para R\$ 90,1 bilhões (US\$ 54,1 bilhões), em dezembro de 2010, como se observa na Tabela 5. A evolução do estoque da DPFe em 2010 se explica pelo volume da emissão de bônus soberanos no mercado internacional, que somaram R\$ 5,2 bilhões, pelas emissões de dívida contratual, no valor de R\$ 3,8 bilhões, pela continuidade do Programa de Resgate Antecipado da DPFe (*Buyback*), que resgatou R\$ 7,8 bilhões, e pelos fluxos de maturação da DPFe ocorridos em 2010, que totalizaram R\$ 14,4 bilhões. Adicionalmente, a variação do estoque em moeda nacional se explica pela valorização do real frente ao dólar observada ao longo do ano e pela apropriação de juros que, juntas, somaram R\$ 4,3 bilhões.

O **prazo médio** é uma das estatísticas da estrutura de vencimentos da DPF monitoradas por meio de limites indicativos no PAF. Esse indicador ficou em 3,5 anos ao final de 2010, mostrando estabilidade com relação ao apurado em 2009 e situando-se entre os limites de 3,4 e 3,7 anos estabelecidos no PAF 2010 (Tabela 7).

O objetivo estabelecido para a **gestão da Dívida Pública Federal** é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Para alcançar essa meta, as diretrizes que orientam a gestão da DPF são as seguintes:

- a) aumento do prazo médio do estoque;
- b) suavização da estrutura de vencimentos;
- c) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa de juros Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- d) aperfeiçoamento do perfil da DPFe por meio de emissão de títulos com prazos de referência (*benchmarks*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas;
- e) desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros, nos mercados interno e externo, e o aumento da liquidez dos títulos públicos federais no mercado secundário;
- f) ampliação da base de investidores.

Ressalte-se que, regra geral, a dívida prefixada proporciona maior previsibilidade no fluxo futuro de pagamentos da dívida e fornece proteção contra choques em variáveis de mercado. Por sua vez, a dívida indexada à inflação é desejável por motivos relacionados à similaridade entre as características financeiras dos ativos e dos passivos. Além de o Governo Federal possuir um montante expressivo de

ativos financeiros indexados à inflação, o fluxo de receitas tributárias futuras do Governo, que também pode ser considerado um ativo, tende a apresentar correlação positiva com a inflação.

O Plano Anual de Financiamento para 2011 aponta para os parâmetros que o Tesouro Nacional espera atingir quanto à estrutura e à composição da DPF. Para 2011, a gestão da dívida pública, frente ao objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, continuará seguindo as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional, quais sejam: substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; promover a redução do risco de refinanciamento da DPF; ampliar sua base, interna e externa, de investidores; e fomentar o desenvolvimento da estrutura a termo de taxa de juros. Atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, pela introdução de vértices mais longos, e à suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

Como pode ser observado na Tabela 7, os indicadores têm-se mantido dentro dos limites ao longo do ano. Ao final de 2011, espera-se que o estoque da DPF situe-se entre R\$ 1,80 trilhão e R\$ 1,93 trilhão, após alcançar R\$ 1,69 trilhão em dezembro de 2010.

Tabela 7 – Resultados para a Dívida Pública Federal (DPF) – Anos Selecionados

	2004	2007	2008	2009	2010	Maio 2011	Limites para 2011	
							Mínimo	Máximo
Estoque da DPF ¹ em Mercado (R\$ bilhões)								
	1.013,9	1.333,8	1.397,0	1.497,4	1.694,0	1.746,3	1.800,0	1.930,0
Composição da DPF (%)								
Prefixados	16,0	35,1	29,9	32,2	36,6	36,4	36,0	40,0
Índices de preços	11,9	24,1	26,6	26,7	26,6	26,7	26,0	29,0
Taxa flutuante	47,8	32,6	33,9	34,5	31,6	32,5	28,0	33,0
Câmbio	24,2	8,2	9,7	6,6	5,1	4,5	4,0	6,0
Estrutura de Vencimento da DPF								
Prazo médio (anos)	2,9	3,3	3,5	3,5	3,5	3,6	3,5	3,4
% Vincenda em 12 meses	39,3	28,2	25,4	23,6	23,9	21,2	21,0	25,0

Fonte: STN.

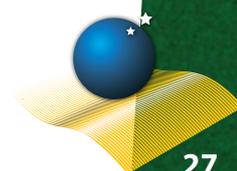
Elaboração: Assec/MP.

Nota: ¹ Dívidas domésticas e externas sobre responsabilidade do Tesouro.

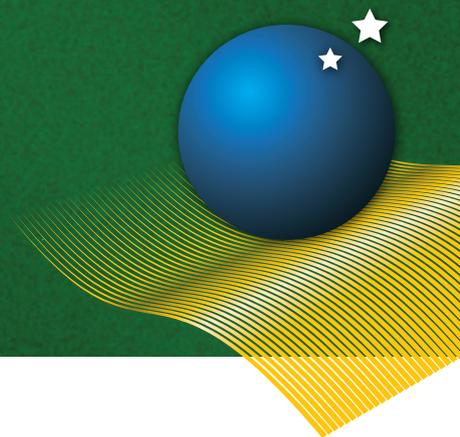
Em relação à **gestão da Dívida Pública Federal externa**, esta terá enfoque direcionado para o aumento de eficiência da curva de juros externa, por meio de emissões qualitativas e operações de recompra de títulos que não os pontos de referência (*benchmarks*). Dessa forma, a sua estratégia será norteada por um conjunto específico de diretrizes, a saber:

- criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) na estrutura a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas;
- manutenção do programa de resgate antecipado (*Buyback*) para títulos denominados em dólares e euros e inclusão no programa dos títulos denominados em reais (BRL);
- possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e
- monitoramento da Dívida Contratual Externa, buscando alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Em relação ao **Tesouro Direto**, o Tesouro Nacional tem continuado o processo de ampliação desse programa, que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas, pela internet. Cabe destacar que o Tesouro Direto, ao longo dos seus nove anos de existência, tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança sob a forma de títulos públicos.



II – Desafios para 2012



- Infraestrutura - Programa de Aceleração do Crescimento
- Grandes Eventos - Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
- Superação da Extrema Pobreza - Plano Brasil sem Miséria
- Desenvolvimento Industrial - Plano Brasil Maior
- Agropecuária – Ampliação da oferta de alimentos e melhores condições de vida no campo

INFRAESTRUTURA – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Além da continuidade desses investimentos e dos contemplados no Programa Minha Casa, Minha Vida, já foi iniciada a **segunda parte do Programa de Aceleração do Crescimento**, conhecida como PAC 2, que priorizará a execução de empreendimentos em regiões metropolitanas para resgate de problemas históricos que acometem as cidades brasileiras, tais como mobilidade urbana, urbanização de favelas, pavimentação, drenagem, além da instalação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), pré-escolas, creches e espaços de cultura, esporte e lazer.

Os empreendimentos executados no PAC abrangem investimentos do setor público, oriundos do Governo Central, de estatais e de contrapartidas estaduais e municipais, além de recursos privados. No que concerne aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, serão destinados, em 2012, recursos da ordem de R\$ 42,5 bilhões, envolvendo a primeira e a segunda etapa do Programa.

As ações podem ser agrupadas em dois principais eixos, quais sejam, infraestrutura social, que inclui ações de habitação, saneamento, mobilidade urbana, educação, saúde, cultura e justiça, e infraestrutura de logística e energia, abrangendo transportes, recursos hídricos, energia, e mineração, conforme detalhado na Tabela 8.

Tabela 8 – Recursos dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Destinados ao PAC em 2012

	R\$ milhão
Principais empreendimentos por setor	Valores
Infraestrutura social	22.220,8
Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana	17.047,9
<i>Programa Minha Casa Minha Vida</i>	11.080,0
<i>Demais ações de habitação</i>	2.109,2
<i>Saneamento e drenagem urbana</i>	2.740,5
<i>Mobilidade urbana</i>	698,2
<i>Demais</i>	420,0
Educação	2.845,8
Saúde	1.848,0
Cultura	300,1
Justiça	179,0
Infraestrutura de logística e de energia	20.315,2
Setor Transportes	17.014,5
<i>Construção e adequação de rodovias</i>	6.746,6
<i>Manutenção da malha rodoviária federal</i>	5.000,0
<i>Ferrovias Norte/Sul, Oeste/Leste</i>	2.244,4
<i>Portos</i>	918,0
<i>Demais</i>	2.105,5
Recursos Hídricos	2.876,5
<i>Integração/revitalização da Bacia do São Francisco</i>	1.826,4
<i>Barragens, adutoras e sistema de abastecimento de água</i>	514,8
<i>Perímetros de irrigação</i>	499,9
<i>Demais</i>	35,4
Energia e mineração	424,2
Total	42.536,0

Fonte: SOF.
Elaboração própria.



No âmbito da infraestrutura social, merece especial destaque o **Programa Minha Casa, Minha Vida**, lançado em 2009 com o objetivo de reduzir o déficit habitacional no Brasil, o qual superou a meta de um milhão de unidades habitacionais financiadas até fevereiro de 2011. A segunda etapa do Programa visa contratar outros dois milhões de moradias até 2014, com estimativa de que 60% das unidades habitacionais sejam destinadas a famílias com renda de até R\$ 1,6 mil/mês, na área urbana, e até R\$ 1,25 mil de renda mensal média, na área rural.

Ressalta-se que, no setor habitacional, o conjunto de ações do Governo Federal vai além da oferta de moradia, mediante produção e melhoria habitacional, e incorpora qualidade de vida, proporcionada por projetos de infraestrutura urbana e de recuperação de áreas degradadas, e inclusão urbana, proveniente da regularização fundiária.

Aliados ao setor de habitação, os investimentos em infraestrutura social também serão destinados para ações de saneamento e drenagem urbana, com vistas: a) à redução dos impactos ambientais e da ocorrência de doenças causadas pela falta de saneamento básico, por meio da ampliação da destinação final adequada de resíduos sólidos e do aumento da coleta e do tratamento do esgoto, incluindo a construção de estações elevatórias e de tratamento; b) ao combate do déficit hídrico urbano, mediante reforço da produção e redução de perdas no abastecimento de água com a ampliação da rede de distribuição e substituição de equipamentos obsoletos; e c) à melhoria da drenagem urbana em áreas sujeitas a inundações recorrentes, pela construção de reservatórios de amortecimento e da dragagem, retificação e canalização de rios.

Em relação à **mobilidade urbana** no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos integrados para a melhoria da infraestrutura viária dos serviços de transporte coletivo sobre pneus, integrados aos meios não motorizados, tais como a construção de pontes, viadutos e terminais de transbordo de passageiros, obras civis de pavimentação e segregação de vias e a criação de corredores de ônibus exclusivos. Ainda nesse setor, estão em execução a expansão e modernização das malhas metroviárias de trens urbanos das capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Ainda no que se refere à infraestrutura social, o PAC ampliará as condições de oferta **de educação infantil pública** (0 a 5 anos), por meio da construção e aquisição de equipamentos e mobiliário, com vistas à implantação de creches e pré-escolas e garantirá o acesso à prática esportiva e de lazer a crianças e jovens, por meio da construção de quadras esportivas cobertas e adequação e cobertura das já existentes, em escolas públicas da educação básica, para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e desportivas.

No **setor saúde**, está prevista a construção de mais de duas mil Unidades Básicas de Saúde, além da reforma e a ampliação das que compõem a estrutura física básica de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e de 191 novas Unidades de Pronto Atendimento 24h, cujas estruturas são de complexidade intermediária entre as UBS e as portas de urgências hospitalares, sendo que o conjunto dessas iniciativas compõe uma rede organizada de atenção às urgências médicas.

Também no setor saúde, com maior foco em prevenção, cabe destacar os empreendimentos relativos a saneamento, tais como serviços urbanos de água e esgoto, integração de bacias hidrográficas, drenagem urbana e controle de erosão marítima e fluvial e saneamento rural, cujo foco são os Municípios com população inferior a 50 mil habitantes e aqueles situados em áreas rurais dispersas.

Em 2012 espera-se, ainda, a implantação de 150 **Praças dos Esportes e da Cultura**, as quais compõem o Eixo Comunidade Cidadã, possuem como alvo os territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras e objetivam integrar, em um mesmo espaço físico, diversas iniciativas sociais.

O último bloco de ações ligadas à infraestrutura social diz respeito à **segurança pública**. Um diagnóstico recente evidenciou integração incipiente entre as forças de segurança pública e a comunidade, sensação de descaso e impunidade, modelo de policiamento pouco preventivo e baixa permeabilidade e inconstância do policiamento ostensivo nas comunidades vulneráveis. Para contornar esses problemas, serão implantados 300 Centros Comunitários Integrados de Segurança Pública em regiões vulneráveis, permitindo que policiais se concentrem mais próximos da comunidade e que haja maior celeridade no atendimento ao cidadão.

No que concerne à **infraestrutura de logística e energia**, são notórios os esforços que a União tem envidado para o desenvolvimento do setor de transportes, o qual abrange os modais rodoviário, ferroviário, portuário e hidroviário. No modal rodoviário serão priorizadas a construção e a adequação de rodovias, com ênfase para os trechos rodoviários na BR-101, nos Estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina; BR-163, no Pará e Mato Grosso; BR-392 e BR-448, no Rio Grande do Sul; BR-060, em Goiás; BR-319, no Amazonas; e dos anéis rodoviários de São Paulo e de Belo Horizonte.

Além disso, está planejada a manutenção de 54,7 mil quilômetros de trechos pavimentados da malha rodoviária federal, mediante a execução de obras e serviços de restauração, conservação, sinalização e manutenção terceirizada de rodovias.

No **setor portuário**, busca-se colocar os terminais portuários brasileiros no mesmo patamar de competitividade dos mais eficientes do mundo. Os investimentos que integram o PAC contemplam empreendimentos que priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura portuária; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; a recuperação de molhes de canal de acesso; a implantação de sistemas para melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; e a ampliação da eficiência logística dos portos brasileiros. Essas ações deverão imprimir ao setor mais competitividade e dinamismo, reduzir o “Custo Brasil” e propiciar melhores condições para o desenvolvimento do País. Em 2012, também merecem destaque as obras do Programa Nacional de Dragagem (PND) e aquelas voltadas à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, mediante investimentos na modernização de portos localizados em seis cidades litorâneas (Natal/RN, Fortaleza/CE, Santos/SP, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ e Recife/PE) para recebimento de navios de passageiros como hotéis flutuantes durante os eventos.

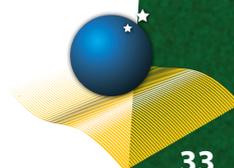
O PAC contemplará, ainda, recursos para execução de estudos e projetos de infraestrutura de transportes; ações de melhoramentos nas hidrovias e no transbordo de cargas e passageiros, por meio da construção de terminais; ações voltadas à segurança nas estradas mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos; implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV), em relação à parte que cabe à União; além da transferência de recursos a Municípios de até 50 mil habitantes para aquisição de equipamentos mecanizados tais como patrulas, retroescavadeiras e motoniveladoras, para manutenção de estradas vicinais.

Em relação aos **recursos hídricos**, outro componente da infraestrutura de logística e de energia, serão realizados investimentos destinados à integração da Bacia do Rio São Francisco e sua revitalização, construção e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água, perímetros de irrigação, além de obras de drenagem, macrodrenagem e controle de erosão marítima e fluvial.

No que se refere à integração de bacias hidrográficas com o Rio São Francisco, será dada continuidade às obras de integração com as Bacias do Nordeste Setentrional, o chamado Eixo Leste, e de integração com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi, Eixo Norte, além da implantação da Adução do Agreste e da construção do Canal Vertente Litorânea. Serão realizadas, ainda, obras de implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba, visando à sua revitalização.

Para incremento da oferta de água, será dado prosseguimento à implantação de diversos sistemas adutores, entre os quais: Guanambi, na Bahia; construção de barragens, tais como Jequitaiá, em Minas Gerais, e Atalaia, no Piauí; sistemas de abastecimento de água e implantação de vários perímetros de irrigação, a exemplo de Baixo de Irecê, na Bahia, com 59.375 ha.

No **setor de energia e mineração**, essencial para a garantia do crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos geológicos, geofísicos e da geodiversidade do território brasileiro e de águas internacionais, voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados e, conseqüentemente, gerar divisas para as diversas regiões brasileiras. As informações obtidas são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas na exploração, produção e transformação dos recursos minerais, do petróleo e do gás natural. Para 2012, preveem-se investimentos suficientes para viabilizar os conhecimentos geológicos, geofísicos e da geodiversidade de uma área aproximada de 3,0 milhões de quilômetros quadrados.



GRANDES EVENTOS – COPA DO MUNDO FIFA 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Para a **Copa do Mundo Fifa 2014**, as despesas a serem realizadas preveem a continuidade das atividades de coordenação do Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), com aumento nas atividades de monitoramento da Matriz de Responsabilidades, bem como de acompanhamento e monitoramento de ações realizadas por outros entes públicos e privados com impacto na realização da Copa do Mundo.

Além disso, o Ministério do Esporte (ME) irá desenvolver ações de comunicação e promoção do País, a partir do plano já desenvolvido, as quais aumentarão com a proximidade da Copa. Essa atividade tem caráter fundamental não só para atrair turistas e desenvolver o interesse dos brasileiros pelo evento, mas principalmente para que a realização da Copa traga a melhora da imagem do País como um legado. Outra atividade a ser desenvolvida será o programa de voluntariado para a Copa, que pretende captar 34 mil voluntários, ampliando o foco e intensificando a ação que será desenvolvida pela Fifa. A elaboração e implementação de planos de operação para o período da Copa do Mundo, incluindo a implementação de Centros de Controle e Monitoramento, é outra atividade a ser desenvolvida. Em um primeiro momento, as cidades que sediarão a Copa das Confederações Fifa 2013 serão tratadas como prioritárias. A operação de monitoramento para o período dos eventos envolve áreas como malha aérea e operação aérea e portuária, transporte e mobilidade urbana, fornecimento de energia, telecomunicações e infraestrutura de tecnologia da informação, ações de saúde, prevenção e pronto-socorro, estruturas temporárias para a Copa e segurança. Em 2012, para essas atividades no ME, serão alocados R\$ 230 milhões para a Copa do Mundo Fifa 2012.

Com relação aos **Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**, o ME tem como um de seus objetivos prover as condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à preparação, realização e ao legado dos Jogos Rio 2016, bem como empreender esforços com vistas à preparação dos atletas brasileiros.

Em 2012, serão realizadas ações importantes para os Jogos de 2016, como a manutenção de instalações esportivas no Rio de Janeiro (RJ), em Manaus (AM), Blumenau (SC) e Maringá (PR), e a implantação do Programa Cidade Esportiva, destinado aos Municípios brasileiros incentivadores do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas. Além disso, será viabilizada a preparação de atletas, a aquisição de equipamentos e materiais esportivos e o custeio de equipes multidisciplinares; construção do Autódromo do Rio de Janeiro; contratação de projetos para a construção do Centro Olímpico de Treinamento e serviços para consultoria no gerenciamento dos projetos das instalações esportivas e não esportivas sob responsabilidade do Governo Federal, tais como Centro de Tiro, Parque Aquático, Canoagem, *Mountain Bike* e Hipismo.

Ademais, o ME propiciará a implantação da Rede Nacional de Treinamento, a qual interligará os diversos níveis de Centros de Treinamento local, regional e nacional visando ao atendimento do atleta de alto rendimento e ao desenvolvimento do Programa Atleta de Ouro, por meio do apoio pecuniário e multidisciplinar ao atleta a fim de alcançar um ótimo nível de performance.

Convém ressaltar que foi criada, por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, a Autoridade Pública Olímpica (APO), que tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional (COI). Para 2012, está previsto o montante de R\$ 835,1 milhões para atender as responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Por fim, destacam-se iniciativas que, embora não sejam específicas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, contribuirão para a formação de capital humano e o sucesso do Brasil nos Jogos em 2016, como a concessão de bolsas a atletas. A intenção é investir prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos, com vistas a formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País nos Jogos. A recente Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, criou novas categorias e reajustou o valor das bolsas já existentes.

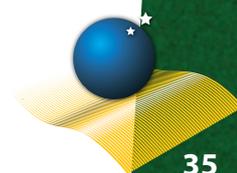
Quanto à **segurança pública** no contexto desses eventos, o Governo brasileiro está adotando todas as medidas para que as competições transcorram em um clima de paz e tranquilidade. Dentre elas, está a

criação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, subordinada ao Ministério da Justiça, estrutura governamental específica para tal fim.

No entanto, para assegurar a realização desses eventos, o País precisa se estruturar nas três esferas governamentais, no tocante à modernização de tecnologias, à capacitação dos servidores das forças de segurança e, sobretudo, avançar na integração das instituições federais, estaduais e municipais. Somente dessa forma o Brasil estará pronto para executar a complexa missão de garantir a integridade de todos os participantes: delegações, convidados, autoridades, profissionais e público em geral. A segurança desses eventos é dever do Estado brasileiro, tendo na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos a sua representação na esfera federal.

Para isso, o Governo Federal proverá, em conjunto com os demais entes da Federação, a implantação de centros de comando e controle, a integração dos sistemas de inteligência e de gestão da informação, a aquisição de bens, tecnologias e qualificação profissional, além da contratação de serviços. Todo esse conjunto de investimentos buscará a integração funcional das instituições federais, estaduais e municipais do setor, reduzindo as assimetrias hoje existentes de maneira a deixar um legado permanente que elevará sobremaneira a eficiência dos órgãos de segurança pública.

Em 2012, serão destinados R\$ 717 milhões para o início dos trabalhos voltados à preparação das instituições envolvidas, à implementação de ações operacionais e de inteligência e de trabalhos preventivos de segurança pública, para assegurar que o Brasil cumpra, integralmente, os compromissos assumidos quando de sua candidatura para sediar os grandes eventos.



SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Os programas sociais implementados nos últimos anos tiveram grande sucesso, mas ainda existem 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País. Para atender essas pessoas, o Governo criou, em 2011, o Plano Brasil sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia as ações na área social e que tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres. O Plano Brasil sem Miséria é a mais larga porta que o País oferece aos brasileiros mais pobres para ingressarem em um Brasil produtivo, dinâmico e generoso, com estabilidade demográfica rural, cidadania, democracia social, crescimento econômico e distribuição de renda para todos.

Como um dos principais eixos do Plano, conta-se com o **Programa Bolsa Família**, que se tornou um marco como programa de transferência direta de renda, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda *per capita* de até R\$ 140 mensais) e de extrema pobreza (renda até R\$ 70 mensais). Esse é o maior programa de transferência de renda direta e condicionada da América Latina. O benefício financeiro, entre R\$ 32 e R\$ 240 mensais, é associado a contrapartidas, que são mecanismos para melhorar a condição de saúde e educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social.

O Programa Bolsa Família será ampliado, devendo abranger mais 800 mil famílias, tendo o limite dos benefícios aumentado para contemplar até cinco filhos, incorporando, assim, 1,3 milhão de crianças. Em 2012, o Programa deverá atender cerca de 13,6 milhões de famílias, com recursos da ordem de R\$ 18,7 bilhões.

O Bolsa Família foi, possivelmente, o fator mais importante para a redução da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. Assim, conseguiu-se tirar 28 milhões de brasileiros da pobreza e levar 36 milhões para a classe média, quando combinado à política de elevação do salário mínimo.

O Brasil sem Miséria terá ações nacionais e regionais. Na cidade, qualificar o trabalhador e identificar oportunidades de emprego e/ou de geração de renda para os mais pobres. No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores.

As ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome direcionadas para a área rural preveem investimentos de R\$ 1,16 bilhão na aquisição de 699,5 mil toneladas de alimentos provenientes da agricultura familiar, para doação aos grupos em situação de insegurança alimentar. Também serão investidos R\$ 823 milhões para a construção de 235,5 mil cisternas e sistemas de acesso à água que deverão beneficiar 750 mil famílias de agricultores rurais.

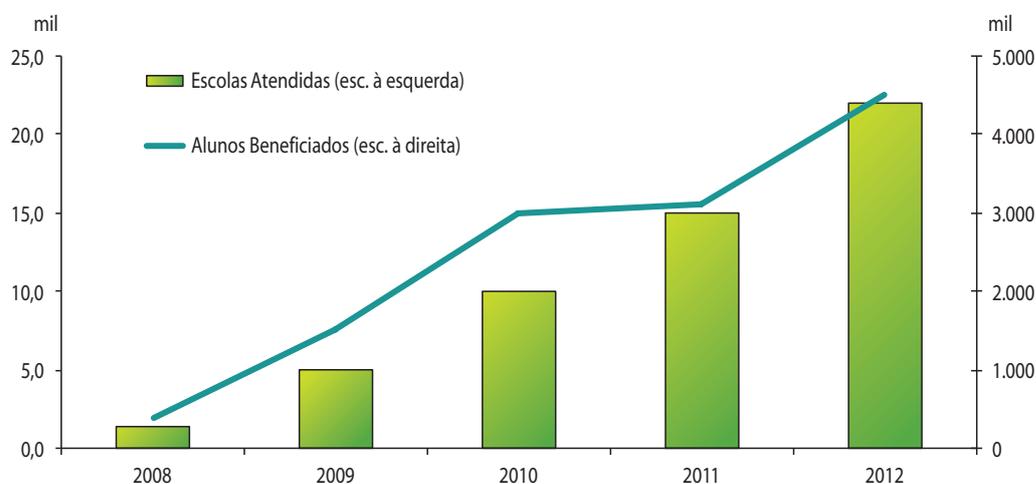


As ações abrangendo as cidades preveem a expansão dos serviços de proteção social básica, de proteção social a indivíduos e famílias, a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, bem como a suas famílias. Esses serviços serão providos pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas), essenciais para o acolhimento e acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza.

Ainda voltado para os extremamente pobres nas cidades, serão investidos R\$ 296,3 milhões para a orientação profissional e o encaminhamento de mão de obra para empregos, o fomento a atividades empreendedoras, micro e pequenas empresas, o estímulo à formalização do microempreendedor individual e a oferta de mais de 200 cursos técnicos gratuitos e com bolsas de auxílio, inclusive em relação aos catadores de materiais recicláveis.

No âmbito do Ministério da Educação, o **Programa Mais Educação**, estratégia indutora da política de educação integral, atenderá, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Entre os macrocampos do programa, destacam-se: a) acompanhamento pedagógico; b) direitos humanos em educação; c) cultura digital; d) investigação no campo das ciências da natureza; e) esporte e lazer; e f) meio ambiente. Com relação ao acompanhamento pedagógico, é dada especial atenção a Matemática, Letramento, Ciências, História, Geografia e Línguas Estrangeiras. As atividades tiveram início em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 56 Municípios, nas 27 unidades federativas para beneficiar 386 mil estudantes. Em 2011, o programa conta com a participação de 14.995 escolas, em 1.355 Municípios, beneficiando 3,1 milhões de estudantes. A meta para 2012 é ampliar o número de escolas participantes, atingindo 22 mil escolas e beneficiando 4,5 milhões de estudantes (Gráfico 2). Em termos orçamentários, para 2011, o orçamento é de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão e, para 2012, pretende-se elevar os recursos em mais R\$ 600 milhões, atendendo 22 mil escolas.

Gráfico 2 – Programa Mais Educação
(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)

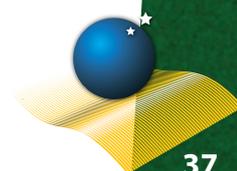


Fonte: MEC.
Elaboração: Assec/MP.

Com relação ao **Programa Brasil Alfabetizado**, uma ação procurará melhorar o aproveitamento dos cursos de alfabetização e a outra propiciará bolsas para as equipes de alfabetização, visando atrair voluntários. Para o Orçamento de 2011, a dotação para essas ações é de R\$ 531,2 milhões, e para 2012 deverão ser aportados mais R\$ 741,2 milhões.

No Ministério do Trabalho e Emprego, serão desenvolvidas ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

Na Saúde, o Plano Brasil sem Miséria está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Sorridente. No **Programa Saúde da Família**, haverá o aumento das equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza.



No **Programa Rede Cegonha**, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

A cobertura do programa começa pela Unidade Básica de Saúde, passa pelos exames de pré-natal e pelo transporte seguro, até o parto nos leitos maternos do Sistema Único de Saúde. Estimativas apontam que o Brasil tem cerca de três milhões de gestantes, sendo que mais de dois milhões são assistidas exclusivamente pelo SUS. Entre as ações, destaque para a introdução do teste rápido de gravidez nos postos de saúde, com a garantia de que, uma vez confirmado o resultado positivo, as gestantes tenham acesso a um mínimo de seis consultas durante o pré-natal, além de uma série de exames clínicos e laboratoriais. O teste rápido, inclusive para detectar HIV e sífilis, também será novidade para reforçar o diagnóstico precoce e a adesão ao tratamento. Nos primeiros dois anos de vida da criança, a Rede Cegonha compreenderá a atenção integral à saúde da criança, desde a promoção do aleitamento materno até a oferta de atendimento médico especializado para eventuais necessidades de cada criança.

O **Programa Saúde Não Tem Preço**, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão e diabetes nas farmácias credenciadas da rede Aqui Tem Farmácia Popular. É importante ressaltar que a hipertensão arterial é diagnosticada em cerca de 33 milhões de brasileiros e que 80% dos hipertensos – aproximadamente 22,6 milhões – são atendidos na rede pública de saúde. O Programa Aqui Tem Farmácia Popular atualmente beneficia cerca de 1,3 milhão de brasileiros por mês. Desses, aproximadamente 660 mil são hipertensos e 300 mil, diabéticos. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente ao firmarem convênio com o Ministério da Saúde. Com exceção dos medicamentos para diabetes e hipertensão (gratuitos), o Governo Federal financia 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2012 é de R\$ 1.240,4 milhões. O Programa garante acesso a 24 tipos de medicamentos para hipertensão, diabetes e mais cinco doenças (asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma), além de fraldas geriátricas.

O **Programa Olhar Brasil** é uma ação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação para enfrentar a questão dos problemas visuais, que respondem por grande parcela de evasão e repetência escolar, pelo desajuste individual no trabalho, por grandes limitações na qualidade de vida, mesmo quando não se trata ainda de cegueira. O Olhar Brasil identifica problemas visuais nos alunos da rede pública, cidadãos inscritos no programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Por fim, ainda na área da Saúde, o Governo aperfeiçoará a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do **Programa Brasil Sorridente**. Esse programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento. Em 2010 foram distribuídas 51 unidades odontológicas móveis, para Municípios que integram os Territórios da Cidadania. Os veículos, equipados com consultório odontológico completo, ampliaram o acesso ao tratamento dentário de populações localizadas em áreas rurais isoladas e com grande extensão geográfica. Em 2011 serão entregues mais 100 unidades odontológicas móveis. Até maio de 2011, o Brasil Sorridente já havia atingido 4.838 Municípios, com 20.714 equipes implantadas. Foram implantados Centros de Especialidades, atingindo 80 territórios. O Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Saúde Bucal, já possibilitou a entrega de 387 consultórios completos, desde o lançamento do Programa.

No campo, onde se encontram 47% do público-alvo do Brasil sem Miséria, a prioridade é aumentar a produção do agricultor em 2012, por meio de: orientação e assistência técnica (em parceria com universidades, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa e Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural), oferta de fomento (para 250 mil famílias, cada uma recebendo, a fundo perdido, R\$ 2.400 para compra de insumos e equipamentos), fornecimento de sementes de qualidade (pela Embrapa) e de água (construção de cisternas para atender cerca de 326 mil famílias rurais, pelo Ministério da Integração Nacional).

No escopo do Ministério do Meio Ambiente, será criada a **Bolsa Verde**, uma vez que das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, 47% estão na área rural. O Programa prevê a transferência trimestral de R\$ 300 aos beneficiários do Bolsa Família em situação de extrema pobreza para a

conservação de ativos ambientais – o que, além dos efeitos positivos sobre o ambiente rural, permitirá a elevação da renda de mais de 30 mil famílias.

Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, serão aplicados R\$ 529,2 milhões para aquisição de 205 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar; prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para 84 mil agricultores familiares e 31 mil famílias residentes em assentamentos; e em projetos de aumento de renda para 18 mil famílias em assentamento rurais. Também será ampliado o Programa Luz para Todos, visando ao atendimento de 257 mil famílias extremamente pobres.

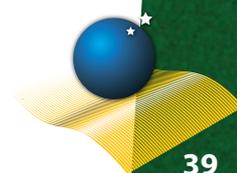
Algumas ações do Brasil sem Miséria são específicas para as áreas rurais. Das famílias que continuam na extrema pobreza, 759 mil são de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e populações tradicionais. O Plano Brasil sem Miséria buscará os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e populações tradicionais (extrativistas, quilombolas, ribeirinhos) em situação de extrema pobreza, trazendo-os para uma dinâmica de inclusão produtiva.

Isso acelerará a mobilidade de famílias que não puderam aproveitar as oportunidades dos últimos anos. No Brasil, milhões de famílias melhoraram de vida em decorrência do novo modelo de desenvolvimento, implantado a partir de 2003, que combinou crescimento econômico e distribuição de renda, fato inédito em nossa história.

Parte importante desses resultados se deve à política de organização econômica da produção da agricultura familiar, com base na ampliação do crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf) e da assistência técnica (Assistência Técnica e Extensão Rural/Ater) e na formação do mercado institucional, com os programas de aquisição de alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos/PAA) e de alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae).

Até o final de 2011, 51 mil famílias no meio rural serão apoiadas com instrumentos inovadores de fomento e preservação ambiental. As ações se concentrarão nas regiões Nordeste e Norte, tendo por estratégia promover a inclusão produtiva de famílias em condição de extrema pobreza no meio rural com assistência técnica diferenciada, fomento a fundo perdido para estruturação produtiva e distribuição gratuita de sementes.

Por último, embora não integre o Plano Brasil sem Miséria, vale destacar a expansão e modernização da rede de atendimento da Previdência Social, que irá beneficiar Municípios com mais de 20 mil habitantes, tendo em vista sua importância para os objetivos mais abrangentes da integração social, facilitando o acesso da sociedade ao sistema previdenciário com maior eficiência e conforto. Em 2012, serão destinados R\$ 100 milhões para a instalação de 84 agências de atendimento da Previdência Social. Além da abertura dessas novas unidades, serão destinados R\$ 79,7 milhões para a reforma e adaptações de unidades já existentes.



DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – PLANO BRASIL MAIOR

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, vantagens que hoje lhe permitem consolidar e acelerar o desenvolvimento em curso. O Plano Brasil Maior, que define a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014, é uma nova etapa que aperfeiçoa os avanços obtidos com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003 a 2007, e com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008 a 2010.

O foco é no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. Dessa forma, o País se organiza para dar passos mais ousados em direção ao desenvolvimento econômico e social. Ao mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, o Plano integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal cujas iniciativas e programas se somam em um esforço abrangente de geração de emprego e renda.

O Plano Brasil Maior estabelece um conjunto inicial de medidas, que serão complementadas ao longo do período 2011-2014, a partir do diálogo com o setor produtivo. Destacam-se: a) a desoneração dos investimentos e das exportações; b) a ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações; c) o aumento de recursos para inovação; d) o aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação; e) os estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios; f) o fortalecimento da defesa comercial; g) a criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas; e h) a regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no País.

O Plano possui cinco diretrizes estruturantes construídas por projetos e programas acordados entre o Governo e o setor privado. Em primeiro lugar procura-se **fortalecer as cadeias produtivas**, ao enfrentar o processo de substituição da produção nacional em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações. Para isso, busca aumentar a eficiência produtiva das empresas nacionais e a agregação de valor no próprio país, além de coibir práticas desleais de competição.

Em segundo lugar, busca-se **ampliar e criar novas competências tecnológicas e de negócios**, por meio do incentivo a atividades e empresas com potencial para ingressar em mercados dinâmicos e com elevadas oportunidades tecnológicas e uso do poder de compra do setor público para criar negócios intensivos em conhecimento e escala.

A terceira diretriz estruturante é o **desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias**, pelo aproveitamento de oportunidades ambientais e de negócios na área de energia, para que o País ocupe lugar privilegiado entre os maiores fornecedores mundiais de energia e de tecnologias, bens de capital e serviços associados. As prioridades abrangem oportunidades identificadas em petróleo e gás e em energias renováveis, como etanol, eólica, solar e carvão vegetal.

As outras duas diretrizes estruturantes do Plano são a **diversificação das exportações (mercados e produtos) e internacionalização corporativa** e a consolidação de **competências na economia do conhecimento natural**. O Plano procura utilizar os avanços proporcionados pela economia do conhecimento para ampliar o conteúdo científico e tecnológico dos setores intensivos em recursos naturais, permitindo que o País aproveite as vantagens na produção de *commodities* para avançar na diferenciação de produtos.

O Plano Brasil Maior conta também com uma **dimensão sistêmica**, de natureza horizontal e transversal, que se destina a orientar ações visando sobretudo reduzir custos, acelerar o aumento da produtividade e promover bases mínimas de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais; e consolidar o sistema nacional de inovação por meio da ampliação das competências científicas e tecnológicas e sua inserção nas empresas. Essa dimensão articula-se com a estruturante e é constituída por grandes temas: a) comércio exterior; b) incentivo ao investimento; c) incentivo à inovação; d) formação e qualificação profissional; e) produção sustentável; f) competitividade de pequenos negócios; g) ações especiais em desenvolvimento regional; e h) bem-estar do consumidor.

Na área de **comércio exterior**, o Plano inclui objetivos de curto, médio e longo prazos, como a melhoria nos instrumentos financeiros e tributários de estímulo às exportações; a defesa comercial, consolidação e harmonização de regras tarifárias; a facilitação do comércio; o estímulo à internacionalização de

empresas nacionais visando à ampliação de mercados e ao acesso a novas tecnologias; e a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras para o País.

Para **incentivar o investimento**, procurou-se reduzir o custo do investimento por meio de instrumentos financeiros, tributários e regulatórios que ofereçam prazos e juros compatíveis com os níveis internacionais no financiamento de longo prazo, eliminem ou reduzam substantivamente os encargos tributários sobre o investimento e promovam a modernização e a simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas.

O investimento, no entanto, deve estar atrelado a um **incentivo à inovação**, para permitir maior inserção em áreas tecnológicas avançadas, o que envolve estratégias de diversificação de empresas domésticas e criação de novas. A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2011-2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), constituirá a base dos estímulos à inovação do Plano Brasil Maior.

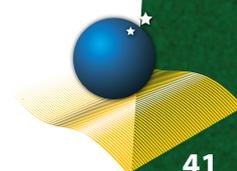
A **formação e qualificação profissional** também possui papel de destaque no Plano. A demanda por mão de obra qualificada cresce a taxas superiores à do crescimento da economia e o perfil da formação profissional precisa se adequar às necessidades de crescimento baseado na inovação. O Plano apoia-se em três programas federais voltados para o ensino técnico profissionalizante e de estímulo às engenharias: a) Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec); b) Plano Nacional Pró-Engenharia; e c) Programa Ciência sem Fronteiras. Adicionalmente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Confederação Nacional da Indústria (Senai/CNI), com apoio do Governo Federal, inicia um grande esforço de ampliação e construção de novos centros de pesquisa e de formação profissionalizante conforme as novas necessidades da indústria nacional.

No Plano há uma orientação para a adoção de estratégias e ações que visem à **produção sustentável**, tais como o *ecodesign*, em busca de melhorias de produtos e processos para a produção mais “limpa”; a construção modular para a redução de resíduos em obras de construção civil; a definição de critérios de sustentabilidade para edificações; o apoio ao desenvolvimento de cadeias de reciclagem (em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos); o desenvolvimento regional sustentável a partir de competências e recursos disponíveis localmente; e os estímulos ao desenvolvimento e à adoção de fontes renováveis de energia pela indústria (em consonância com a Política Nacional de Mudança do Clima e com a Política Nacional de Energia).

O Plano Brasil Maior contempla o apoio ao Microempreendedor Individual (MEI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), para aumentar a **competitividade de pequenos negócios**. Esse objetivo pode ser alcançado por meio da ampliação do acesso ao crédito para capital de giro e investimento; e da preferência local nas compras públicas.

No que tange à igualdade de renda regional, estão contempladas **ações especiais em desenvolvimento regional** que visam inserir o Plano Brasil Maior em todas as unidades da Federação por meio da articulação entre agentes públicos e privados: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MI); Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (Renai/MDIC); e Rede Nacional de Política Industrial (Renapi), da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

A última dimensão sistêmica é o aumento do **bem-estar do consumidor**, por meio da ampliação da oferta de bens e serviços ao consumidor, garantindo acessibilidade e comodidade, com crédito mais adequado ao consumidor; conformidade a padrões e normas mundiais, em especial na saúde, segurança e sustentabilidade ambiental; e ampliação da variedade de produtos e serviços, melhoria logística e maior eficiência na cadeia de suprimentos.



AGROPECUÁRIA – AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ALIMENTOS E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO

A cada ano a demanda mundial por alimentos aumenta. Estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que, nos próximos 20 anos, será preciso ampliar em 50% a quantidade produzida para suprir essa necessidade mundial crescente por grãos, oleaginosas e produtos da pecuária. O Brasil pode contribuir para atenuar uma possível falta de alimentos. Neste ano-safra 2010/2011, o País está colhendo a maior safra de grãos da sua história e quebrando novo recorde na produção. Esse é um resultado expressivo que consolida o salto de produtividade dado pela agricultura brasileira nos últimos anos.

Para se ter uma ideia, no ano agrícola 1977/1978, foram colhidas 46,9 milhões de toneladas de grãos em uma área de cerca de 36,6 milhões de hectares. Números mais recentes mostram mudança significativa, com a safra 2010/2011 produzindo 162 milhões de toneladas, para uma área plantada de 49,5 milhões de hectares. Com isso, a relação de produtividade passou de 1.045 kg/ha para 3.274 kg/ha, ou seja, um incremento de 213%. Tudo isso foi possível, em boa parte, pela conjuntura econômica favorável, além da crescente incorporação de novas tecnologias pelos produtores.

Em relação ao aumento da produção agrícola brasileira, a mesma FAO, em conjunto com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na publicação intitulada Panorama para a Agricultura (2010-2019), prevê que o setor agrícola brasileiro crescerá acima da média mundial, expandindo-se em mais de 40% até 2019, quando comparado com o período-base de 2007-2009. Esse crescimento, todavia, não implica avanço significativo da agricultura sobre novas terras.

Isso porque o Brasil possui hoje imensas áreas degradadas, disponíveis no curto prazo. O que precisa ser feito para incorporar tal volume, quase três vezes a extensão atualmente utilizada para a produção de grãos, é uma política pública para recuperar essas terras, que necessitam de investimentos em adubação ou correção de solo. O País poderá triplicar sua produção de grãos sem derrubar uma árvore em qualquer bioma, ou seja, com preservação ambiental.

Nessa direção, o Governo Federal vem optando pelo aperfeiçoamento das ações referentes ao uso de tecnologias direcionadas à sustentabilidade da produção agropecuária, consolidando neste Plano Safra o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado em 2010. O Programa ABC, que agora incorpora o Programa de Estímulo a Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), dará incentivos ao produtor que adotar boas práticas agrônomicas para minimizar o impacto da emissão de gases de efeito estufa.

O Programa ABC vai destinar R\$ 3,15 bilhões aos produtores. Isso mostra a disposição do Governo de colocar a sustentabilidade no centro estratégico da produção agropecuária nacional. A ideia é ampliar a competitividade do setor, aprofundando os avanços tecnológicos nas áreas de sistemas produtivos sustentáveis, microbiologia do sistema solo-planta e recuperação de áreas degradadas.

Apoio à Comercialização

A política de apoio à comercialização tem por mérito garantir os preços mínimos aos produtores. Isso é particularmente importante não apenas em momentos de conjunturas desfavoráveis, como também para regiões mais afastadas dos principais mercados consumidores e dos portos, cuja competitividade é afetada pelos custos de transporte.

No âmbito dessa política, os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços contaram com recursos orçamentários da ordem de R\$ 5,4 bilhões, em 2010, o que permitiu ao Governo apoiar o setor rural, com cerca de R\$ 1,4 bilhão, viabilizando a negociação de quase 16 milhões de toneladas de grãos, fibras e outros produtos, com destaque para milho e trigo. Para a próxima safra 2011/2012, estão orçados recursos no montante de R\$ 5,3 bilhões para aquisições diretas (R\$ 2,3 bilhões) e garantia de preços (R\$ 2,7 bilhões). Também estão orçados R\$ 300 milhões para equalização de preços nas aquisições do Governo Federal. Esses instrumentos reduzem a volatilidade de preços e viabilizam a melhoria na renda do produtor.

Essas ações buscam consolidar o papel de destaque do Brasil no mercado mundial de alimentos, ampliando cada vez mais os ganhos de eficiência e sustentabilidade da produção agropecuária. Em 2012, a meta é dar continuidade aos objetivos de sustentação dos preços agrícolas, no sentido de manter a renda do produtor rural, o abastecimento interno adequado e, se possível, o aumento das exportações dos produtos agropecuários.

Crédito Rural

A agricultura está colhendo safra recorde neste ano, com bons preços e com contribuição relevante para o superávit da balança comercial. Com uma produção nacional estimada em 162 milhões de toneladas de grãos, fibras, leguminosas e oleaginosas, área plantada de 49,5 milhões de hectares e preços mais elevados em comparação à média histórica, a contratação de crédito rural na safra 2010/2011 também bateu recorde considerando os últimos dez anos, com aplicação total de R\$ 94,2 bilhões.

Nas operações de custeio e comercialização, foram aplicados R\$ 71,3 bilhões do total de R\$ 75,5 bilhões programados, dos quais 77% foram tomados a juros de 6,25% a 6,75% ao ano. Em relação à safra 2009/2010, a aplicação cresceu 9,8%. As aplicações do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), linha de crédito de apoio ao médio produtor rural, registraram aumento de 60,7% em relação à safra anterior, tendo sido aplicados R\$ 3,7 bilhões.

As operações de investimento cresceram 32,5% com a aplicação de R\$ 13,6 bilhões para uma programação de R\$ 18 bilhões. Destaque para as operações com recursos obrigatórios, operações do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), linhas destinadas às cooperativas.

Para a safra 2011/2012, o Governo vai manter e ampliar a ação de seus instrumentos de políticas públicas, notadamente o crédito rural, bem como os mecanismos de apoio à comercialização e gestão de risco rural. O novo Plano Agrícola e Pecuário destaca-se pela magnitude dos recursos destinados ao setor: R\$ 107,2 bilhões. Um aumento de 7,2% em relação à safra passada. O dinheiro será destinado ao financiamento de operações de custeio, investimento e comercialização.

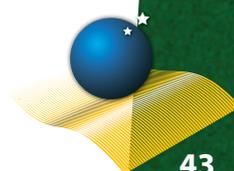
Os recursos oferecidos para operações de custeio e de comercialização perfazem um total de R\$ 80,2 bilhões, dos quais R\$ 64,1 bilhões (80%) a juros controlados. Ao todo, R\$ 20,5 bilhões serão destinados para operações de investimento e R\$ 6,5 bilhões serão aplicados em linhas especiais de crédito, com destaque para os programas de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS-BNDES) e de Sustentação do Investimento (PSI-BNDES).

O **novo Plano de Safra** apresenta, como destaque, medidas de apoio à pecuária, cana-de-açúcar e agroenergia, além da estocagem de suco de laranja. Pela primeira vez, haverá recursos públicos em condições mais favoráveis para retenção e compra de matrizes e reprodutores, bem como para a recuperação de pastagens degradadas. No caso da cana-de-açúcar e dos biocombustíveis, estão asseguradas linhas de financiamento para a expansão e renovação de canaviais.

A bovinocultura é um dos principais destaques do agronegócio brasileiro no cenário mundial. O Brasil é dono do segundo maior rebanho efetivo do mundo, com mais de 205 milhões de cabeças. O rebanho bovino brasileiro proporciona o desenvolvimento de dois segmentos lucrativos: as cadeias produtivas da carne e do leite. O valor bruto da produção desses dois segmentos, aliado à presença da atividade em todos os Estados brasileiros, evidencia a importância econômica e social da bovinocultura no País.

Com relação ao apoio mais efetivo à pecuária, a linha para financiar a aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e bubalinos no valor de R\$ 750 mil por produtor e prazo de pagamento de cinco anos, incluídos 18 meses de carência, objetiva diminuir o elevado índice de abate de matrizes, o que está preocupando a cadeia produtiva da carne bovina.

O **Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural**, que entrou em vigor na safra 2010/2011, dispõe de recursos para custeio, comercialização e investimento para o médio produtor rural. Até o ciclo agrícola atual, para ter acesso ao crédito, o produtor precisava ter uma renda bruta anual de até R\$ 500 mil. A partir da safra 2011/2012, o limite para enquadramento no Programa passa a R\$ 700 mil, favorecendo um maior número de produtores. O Pronamp substituiu o antigo Proger Rural, com mais recursos e condições facilitadas para contratação.



O Pronamp disponibiliza R\$ 8,3 bilhões para a safra 2011/2012, 48,2% a mais que na safra passada, quando foram alocados R\$ 5,6 bilhões. Os limites de financiamento também foram aumentados: R\$ 400 mil para custeio e R\$ 300 mil para investimento.

Serviços à Agropecuária

Ações governamentais de pesquisa e de defesa agropecuária têm possibilitado a melhoria da sanidade e da qualidade dos produtos agropecuários brasileiros, essenciais para a conquista de novos mercados e para a ampliação das exportações, especialmente de carnes, setor no qual as exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento dos processos produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

A crescente exigência dos consumidores por alimentos saudáveis e de qualidade, aliada à preocupação com a sanidade animal e vegetal, tornou indispensável o tratamento adequado das questões sanitárias e fitossanitárias nas negociações agropecuárias internacionais.

Os setores de abastecimento, armazenagem e comercialização continuarão sendo prioridade do Governo Federal na busca da sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas, organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, além da formação e manutenção de estoques e produtos agropecuários para regularidade do abastecimento interno. Essas medidas visam ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar.

A política voltada à concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural pelo Governo Federal tem demonstrado eficácia na consolidação desse seguro como instrumento de minimização dos prejuízos causados pelas adversidades climáticas na atividade agrícola. Como a observância integral dos indicativos do Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos é um pré-requisito para a obtenção da subvenção, esse benefício se torna importante instrumento de política agrícola, por sua característica de indutor ao uso de tecnologia. No exercício de 2010, foram beneficiados com a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural 43.177 produtores, proporcionando a cobertura securitária para 4,8 milhões de hectares e garantia de capitais da ordem de R\$ 6,5 bilhões.

Desenvolvimento Agrário

Nos últimos oito anos, o Governo Federal assentou 614.093 famílias e destinou para a reforma agrária uma área de 48,3 milhões de hectares. Além da terra, o Governo garante ao assentado o acesso a crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas de agroindustrialização e comercialização. Atualmente, o País conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, onde vivem 924.263 famílias.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os investimentos em estradas, saneamento, habitação e abastecimento de água beneficiaram um número considerável de famílias que também receberam apoio para a construção ou recuperação de suas casas. Mais de 400 mil moradias foram construídas ou reformadas em áreas de reforma agrária. No mesmo período, 53 mil quilômetros de estradas internas foram construídos ou recuperados, um investimento da ordem de R\$ 1,78 bilhão. Energia é outra prioridade. Desde 2003, o Programa Luz para Todos, do Governo Federal, já levou energia a 218 mil famílias, abrindo também novas possibilidades de produção e progresso.

São políticas públicas que apostam na reforma agrária como um processo de emancipação social, econômica e política de imensos contingentes do campo. O assentado de hoje será o agricultor familiar de amanhã, muitas vezes filiado a cooperativas, no rumo da agroindústria e da agregação de maior valor ao seu trabalho, da criação e multiplicação da riqueza, impulsionando a economia regional.

Os principais resultados alcançados em 2010 foram: 39.479 famílias assentadas; 72,9 mil famílias beneficiadas com obras de infraestrutura; 14.685 novos lotes criados; 1,8 milhão de hectares incorporados à reforma agrária, sendo 244,9 mil hectares obtidos de forma onerosa (desapropriação e compra); 14 mil famílias beneficiadas com sistemas de abastecimento de água; 67,9 mil famílias beneficiadas com demarcação topográfica; 14,6 mil famílias beneficiadas com o Programa Terra Sol; 48 mil famílias tituladas; 5,2 mil famílias beneficiadas com a ação de manejo; 64,1 mil famílias beneficiadas com Crédito-Instalação; 31,4 mil casas construídas e reformadas; 295 mil famílias beneficiadas com

Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates); e 32,5 mil pessoas beneficiadas com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Em 2010, 64.186 famílias foram beneficiadas com a concessão do Crédito-Instalação. O volume de recursos destinados a esta ação, nos últimos oito anos, alcançou a expressiva marca dos R\$ 6,4 bilhões.

No tocante à qualificação dos assentamentos existentes, no período entre 2003 e 2010, cerca de R\$ 1,8 bilhão foram destinados a ações de infraestrutura, na forma de abastecimento de água para consumo humano, de construção de estradas de acesso e outros investimentos de uso coletivo pelos assentados. Houve uma evolução ano a ano no volume de recursos aplicados em infraestrutura, passando de pouco mais de R\$ 61,4 milhões em 2003, para R\$ 275,2 milhões em 2010.

Apoio à Agricultura Familiar

A agricultura familiar, um dos pilares do crescimento econômico e social brasileiro, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento rural sustentável, na medida em que atua como importante agente no aumento da oferta de alimentos, na geração de renda e na organização econômica dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

O **Plano de Safra da Agricultura Familiar** busca cada vez mais aperfeiçoar as políticas públicas implantadas nos últimos anos. Com isso, o Governo Federal disponibilizará R\$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além do mais, pela primeira vez, a agricultura familiar terá uma política de garantia de preços mínimos, que irá possibilitar a compra, a preços definidos, de produtos da agricultura familiar que serão destinados aos estoques governamentais.

O Plano também amplia o limite de financiamento do Pronaf Semiárido, de R\$ 10 mil para até R\$ 12 mil, com juros de 1% ao ano, até dez anos para pagar e até três anos de carência. Essa linha de crédito atende projetos de convivência com o Semiárido, especialmente de infraestrutura hídrica e produção agropecuária e não agropecuária.

Uma das inovações do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 é a redução de 4% para 2% da taxa de juros máxima cobrada nas operações de investimento e a inclusão da taxa de 1% para operações do Mais Alimentos de até R\$ 10 mil por ano/agricultor. Outra novidade é a ampliação do limite de financiamento de contratos de investimento para até R\$ 130 mil.

As medidas de crédito são qualificadas pela **Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)**. Os serviços vão ampliar a difusão de tecnologias de gestão e organização produtiva. Jovens, mulheres e pessoas de comunidades tradicionais terão ações diferenciadas de assistência técnica. Isso significa acompanhamento técnico em toda a cadeia produtiva.

As ações de Ater serão direcionadas à ampliação e à qualificação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, visando ao desenvolvimento rural sustentável. Serão ampliadas as parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias de gestão e produção.

Em 2012 será implementado o atendimento diferenciado a mil empreendimentos e 259 mil famílias da agricultura familiar (agroindústrias, cooperativas) para o desenvolvimento de processos de agregação de valor e renda; ampliação e qualificação dos serviços para 150 mil famílias beneficiárias de crédito rural na linha de investimento; atendimento de 10 mil jovens rurais; e oferta de serviços para 90 mil famílias em condições de extrema pobreza.

Além de aumentar a capacidade e qualificar os investimentos, com redução das taxas de juros e aumento dos limites e prazos para pagamento dos financiamentos, o Plano Safra promove a inclusão produtiva de agricultores familiares em situação de pobreza extrema, ampliando no meio rural o alcance das ações do Plano Brasil sem Miséria.

A segurança para quem produz os alimentos para os brasileiros foi ampliada no Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012. A cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro Mais), que garante renda em casos de perda de culturas, foi ampliada de R\$ 3,5 mil para R\$ 4 mil por beneficiário e ano agrícola.

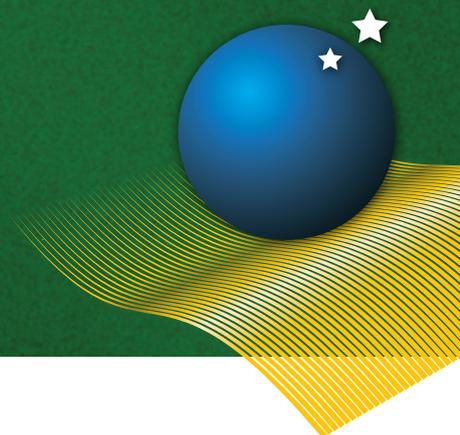


O **Garantia-Safra** (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região Nordeste do País, no norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e no norte do Estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente Semiárida —, que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. O Garantia-Safra terá maior número de cotas disponíveis para adesão: passa de 740 mil para 940 mil na safra 2011/2012. O valor de cobertura aumenta para R\$ 680,00.

O **Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar** (PGPAF), que garante ao produtor cobertura dos custos de produção no momento de pagar o financiamento do Pronaf, será ampliado. O limite do desconto de garantia de preços sobe de R\$ 5 mil para R\$ 7 mil nas operações de custeio e investimento do Pronaf (por agricultor/ano). O PGPAF passa a contemplar as culturas de laranja e tangerina.



III – Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central



- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados
- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais
- Receita Orçamentária
- Pessoal e Encargos Sociais – 2012
- Sistemas Previdenciários

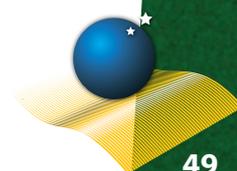
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 9 a seguir demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central, observados na execução de 2010, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2011, e os implícitos no PLOA-2012.

Tabela 9 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Discriminação	R\$ milhões							
	Realizado 2010		LOA 2011		Reprogramação 2011		PLOA 2012	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	921.054,9	25,06	990.474,8	25,22	972.436,0	23,66	1.097.340,8	24,18
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS)	531.107,4	14,45	641.957,5	16,35	626.086,5	15,24	707.644,8	15,60
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	211.968,4	5,77	240.055,4	6,11	240.055,4	5,84	266.296,4	5,87
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal	177.979,1	4,84	108.461,8	2,76	106.294,0	2,59	123.399,7	2,72
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	133.211,0	3,62	163.141,6	4,15	157.209,5	3,83	181.236,2	3,99
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	787.844,0	21,44	827.333,1	21,07	815.226,5	19,84	916.104,6	20,19
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	688.117,5	18,72	771.954,8	19,66	722.515,2	17,58	837.992,1	18,47
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	170.478,8	4,64	184.533,7	4,70	181.033,8	4,41	188.208,3	4,15
IV.2. Benefícios da Previdência	254.819,9	6,93	278.404,9	7,09	276.905,0	6,74	313.885,5	6,92
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias *	75.711,5	2,06	88.462,5	2,25	78.193,5	1,90	104.995,6	2,31
IV.4. Despesas Discricionárias & PAC	187.107,3	5,09	220.553,7	5,62	186.383,0	4,54	230.902,8	5,09
V. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III - IV)	99.726,5	2,71	55.378,3	1,41	92.711,3	2,26	78.112,5	1,72
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	49.403,1	1,34	6.932,4	0,18	8.072,0	0,20	8.071,2	0,18
V.1. Empréstimos Líquidos	75,7	0,00	720,2	0,02	720,2	0,02	11,6	0,00
V.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	49.327,3	1,34	6.212,2	0,16	7.351,8	0,18	8.059,7	0,18
VII. AJUSTE REGIMES CAIXA / ORÇAMENTÁRIO	28.642,9	0,78	2.937,6	0,07	-2.879,3	-0,07	1.331,8	0,03
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)	78.966,3	2,15	51.383,6	1,31	81.760,0	1,99	71.373,0	1,57
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE METODOLÓGICO	-243,0	-0,01	-	-	-	-	-	-
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	78.723,3	2,14	51.383,6	1,31	81.760,0	1,99	71.373,0	1,57
XI. RECURSOS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	22.082,0	0,60	32.000,0	0,81	-	-	25.600,0	0,56
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2011 (X + XI)	100.805,3	2,74	83.383,6	2,12	81.760,0	1,99	96.973,0	2,14
XIII. JUROS NOMINAIS	-124.508,7	-3,39	-116.157,0	-2,96	-162.687,0	-3,96	-160.565,0	-3,54

continua



continuação

Discriminação	R\$ milhões							
	Realizado 2010		LOA 2011		Reprogramação 2011		PLOA 2012	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XII + XIII)	-45.785,5	-1,25	-32.773,4	-0,83	-80.927,0	-1,97	-63.592,0	-1,40
XV. RECEITAS FINANCEIRAS	636.584,9	17,32	975.541,2	24,84	972.954,8	23,68	1.020.932,9	22,50
XV.1. Refinanciamento da Dívida	371.530,0	10,11	678.514,7	17,28	678.514,7	16,51	653.282,6	14,40
XV.2. Emissão de Títulos	127.800,6	3,48	145.985,2	3,72	143.374,1	3,49	187.892,4	4,14
XV.3. Operações Oficiais de Crédito	51.409,7	1,40	57.797,7	1,47	57.797,7	1,41	59.475,0	1,31
XV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	34.499,3	0,94	28.543,2	0,73	28.543,2	0,69	36.052,8	0,79
XV.5. Demais	51.345,3	1,40	64.700,4	1,65	64.725,2	1,58	84.230,0	1,86
XVI. DESPESAS FINANCEIRAS	683.622,7	18,60	1.029.295,9	26,21	1.049.595,5	25,54	1.099.045,3	24,22
XVI.1. Juros e Encargos da Dívida	122.422,1	3,33	169.870,7	4,33	169.870,7	4,13	140.571,6	3,10
XVI.2. Amortização da Dívida	514.040,7	13,99	783.918,8	19,96	804.216,8	19,57	874.165,2	19,27
XVI.3. Demais	47.159,9	1,28	75.506,4	1,92	75.508,0	1,84	84.308,5	1,86

(*) Considera: Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Benefícios LOAS e Renda Mensal Vitalícia, Benefícios de Legislação Especial, Sentenças Judiciais, Despesas de Custeio e Capital do FCDF, Compensação à Desoneração das Exportações, Complementação ao FUNDEB, Subvenções Econômicas, Subsídios, Indenizações ao PROAGRO, Créditos Extraordinários Abertos, Despesas custeadas com recursos de Doações e Convênios, Reserva de Contingência Primária, Complemento do FGTS, Transferências à ANA, Despesas de custeio com Anistiados Políticos, Apoio Financeiro aos Municípios e Estados e Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis.

Em observância ao Art. 11, inciso IV, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 (LDO-2012) – cumpre ressaltar que é do Banco Central do Brasil (Bacen) a responsabilidade, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2012.

As Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo da soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou
- soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo Bacen e é considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP), e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

A metodologia das NFSP, implícita nesta Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida no Art. 2º da LDO-2012, que pressupõe um volume de receitas compatível com esta e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento das NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias primárias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. É por intermédio destas que se materializam as políticas setoriais. Assim, são apresentadas as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2012, em valores correntes, demonstrando-se, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2012, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.097,3 bilhões, sendo R\$ 707,6 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquida de incentivos fiscais. Desse total, R\$ 266,3 bilhões referem-se à arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). As demais receitas primárias, por sua vez, somam R\$ 123,4 bilhões.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas no mercado financeiro, mediante emissão de títulos, contratação de operações de crédito por organismos oficiais, receitas de aplicações financeiras da União, privatizações e outras mais.

A LDO exige classificação específica para a determinação da natureza da receita – primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado um código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas últimas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício, e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerado primário.

Para o PLOA-2012, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R\$ 1.019,2 bilhões, sendo R\$ 181,2 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 188,2 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 313,9 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 105,0 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 230,9 bilhões para as despesas discricionárias dos poderes e do Ministério Público da União (MPU), inclusive despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A esses valores acrescenta-se R\$ 8,1 bilhões de despesas financeiras e extra-orçamentárias com impacto primário.

A LDO-2012 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminem a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração deste.

Receita Primária Total

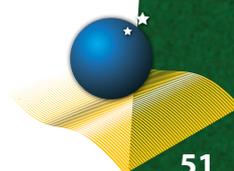
As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos:

Administradas pela RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF, com exceção da arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no PIB, volume de vendas, de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea “a” do inciso I e no inciso II do Art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema “S”. Uma vez que tal receita é relativa às contribuições incidentes sobre a folha salarial e sobre os trabalhadores, tem como parâmetro mais importante para estimativa o crescimento da massa salarial nominal – índice que varia em função



da população economicamente ativa, com carteira de trabalho assinada – e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Receitas não Administradas pela RFB

- Concessões – compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2012 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.
- Dividendos – consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.
- Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade e o preço de energia gerada são fundamentais para a estimativa dessas receitas.
- Receitas Próprias – consideram-se neste item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.
- Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas – constituem receitas vinculadas às despesas e aos órgãos específicos.

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Integram este item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros incidente sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição do Salário-Educação, da Cota-Parte de Compensações Financeiras, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-Combustíveis), da receita de Concursos de Prognósticos e de Concessões de Florestas Nacionais.

Cumpram esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário, em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão do empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação – exceto o equivalente ao 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) instituído pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007 –, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2011, e repassados em 2012, e os de 2012, a serem repassados em 2013. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2012, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R\$ 722,7 milhões. No caso da transferência calculada a partir da Cide-Combustíveis, a sistemática de ajuste é análoga. Porém, para tal transferência, em lugar de se calcular a diferença entre os últimos decêndios dos meses de dezembro de 2012 e 2011, faz-se a diferença entre os últimos trimestres dos respectivos anos. O referido ajuste para a transferência a partir da Cide-Combustíveis perfaz R\$ 13,8 milhões para 2012.

Despesa Primária Total

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo das NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2011 e 2012, haja vista que tais despesas são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas são pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2012 é de R\$ 595,2 milhões.

Benefícios da Previdência Social

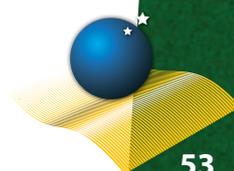
Engloba todos os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o INPC apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme a regra estabelecida no Art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Essa regra consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2011, estimado em 5,70%, mais a taxa de crescimento anual do PIB apurado para o exercício de 2010 a título de aumento real, que foi de 7,49%. Desse modo, o salário mínimo previsto nesta proposta orçamentária está estimado em R\$ 619,21, refletindo aumento de 13,62% frente ao valor vigente em 2011.

Outras Despesas Obrigatórias

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro Desemprego e Abono Salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO-2012, inclusive os Subsídios e as Subvenções Econômicas listados do Anexo IV da LDO-2012.

Despesas Discricionárias

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução, no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Ademais, os poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



PAC

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da LDO, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício até o valor de R\$ 40,6 bilhões, podendo esse valor ser acrescido dos restos a pagar do PAC. Esses projetos totalizam R\$ 42,5 bilhões, para 2012, valor correspondente a 0,94% do PIB, mas o Poder Executivo estima abater R\$ 25,6 bilhões da meta fiscal definida no Art. 2º da LDO-2012.

Outros Fatores que Afetam o Resultado

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo negativo em R\$ 36,0 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e positivo em R\$ 47,5 milhões no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

As outras operações do grupo em questão, que impactam o resultado primário, são de natureza variada e referem-se: à Securitização da Dívida Agrícola, no montante de R\$ 198,0 milhões e ao custo primário de fabricação de cédulas e moedas no valor de R\$ 1,0 bilhão.

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do FNO, FNE e FCO que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2012, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos fundos em questão perfaz o montante de R\$ 5,2 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2012, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e com Transferências, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2013. Assim, o impacto pelo regime orçamentário destas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2012 são apresentados a seguir:

Tabela 10 – Parâmetros Macroeconômicos

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
4.537.477	5,00%	5,16%	9,79%	3,62%	1,53%	5,96%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$	
5,92%	5,00%	4,90%	4,80%	1,97%	1,64	

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica “Ajuste Critério Competência/Caixa”, na qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2012, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO/2012), não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2012, a programação orçamentária das empresas estatais federais, conforme disposto no **caput** do art. 2º da Lei nº 12.465, de 2011, indica a geração de superávit primário em equilíbrio, ou seja, “zero real” (Tabela 11).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2012.

A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2012.

Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE.



Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Emgea, no exercício de 2012, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias, e, ainda as amortizações de dívidas de Itaipu junto à Eletrobras.

Tabela 11 – Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	42.936	0,95
- Operacionais	36.971	0,82
. Venda de Bens/Serviços	35.310	0,78
. Demais Operacionais	1.661	0,04
- Financeiras	2.094	0,05
- Demais não Operacionais	2.135	0,05
- Outras Receitas	519	0,01
- Transferências do Tesouro Nacional	1.218	0,03
II - DESPESAS TOTAIS	45.634	1,01
- Pessoal e Encargos Sociais	11.791	0,26
- Encargos Financeiros	2.979	0,07
- Outros Custeios	19.441	0,43
. Materiais e Produtos	1.341	0,03
. Serviços de Terceiros	11.040	0,24
. Utilidades e Serviços	838	0,02
. Tributos e Encargos Parafiscais	2.657	0,06
. Demais Custeios	3.566	0,08
- Investimentos	5.382	0,12
- Outros Dispêndios de Capital	1.574	0,03
- Ajuste Metodológico	4.468	0,10
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	1.476	0,03
- Variação de Contas a Pagar (vencendo) (+)	2.668	0,06
- Variação de Contas a Receber (vencendo) (-)	854	0,02
- Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	-337	-0,01
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	-1.222	-0,03
V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	-1.222	-0,03
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	0	0,00

Obs.: Valores positivos = superávit.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

A estimativa das receitas administradas para 2012 contemplam algumas medidas adotadas pelo Governo Federal de incentivos fiscais a determinados segmentos da economia, para fortalecer a indústria nacional em face da crise internacional e da desvalorização do câmbio. Dentre essas medidas, destacam-se a desoneração da folha e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI em áreas sensíveis na utilização de mão de obra. Essa previsão considera o crescimento no nível de atividade econômica dentro de um patamar de estabilidade econômica. Dessa forma, consideradas as alterações na legislação tributária, espera-se para o ano de 2012 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF), exceto a receita do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, líquidas de restituições e incentivos fiscais, totalizem R\$ 707,6 bilhões ou 15,6% do PIB estimado. Essa estimativa tomou como referência para base de cálculo os valores arrecadados até o mês de junho de 2011 e os valores arrecadados no exercício de 2010, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF). Entre os parâmetros, destacam-se quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2012:

- a) o crescimento real da economia (estimado em 5,00%, para 2012);
- b) a inflação média medida pelo IPCA (4,90%, para 2012), e pelo IGP-DI (5,92%, para 2012);
- c) a expansão na quantidade importada (13,58%, em 2012);
- d) a variação da massa salarial nominal (9,79%, em 2012);
- e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (1,97%, em 2012).

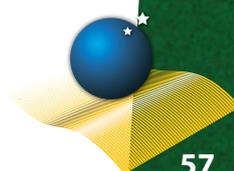
Arrecadação Líquida do INSS

A previsão total de receitas previdenciárias para o exercício de 2012, líquidas dos valores correspondentes a transferências, totaliza R\$ 266,3 bilhões, ou 5,87% do PIB. Tal projeção deve-se em grande parte ao crescimento da massa salarial observada nos últimos exercícios, influenciado pela atividade econômica do País implicando aumento nas contratações de trabalhadores com carteira assinada.

Receitas não Administradas

Este grupo de receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB/MF, pelas taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços públicos, pelas receitas próprias e demais receitas.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 123,4 bilhões para 2012, correspondente a 2,72% do PIB, apontando crescimento em relação à estimativa para 2011 de 16,1% aproximadamente. Entre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas do PIB, do IGP-DI, do IPCA e do Câmbio.



Receitas do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário em equilíbrio, ou seja, meta de “zero real”. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 4,67% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

Tabela 12 – Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Descritores de Fontes	R\$ milhões
	PLOA- 2012
Recursos Próprios	87.840
Geração Própria	87.840
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	11.422
Tesouro – Direto	1.218
Saldo de Exercícios Anteriores	400
Controladora	9.804
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.992
Internas	2.917
Externas	2.075
Outros Recursos de Longo Prazo	2.576
Debêntures	76
Controladora	1.647
Outras Fontes	853
Total	106.830

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – 2012

O orçamento para o exercício de 2012 prevê gastos da ordem de R\$ 203,24 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União, encargos sociais e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, o que representa crescimento de 1,8% em relação à projeção atual destas despesas para o exercício de 2011, no montante de R\$ 199,6 bilhões. Os gastos do Poder Legislativo representam 3,54% do total; do Poder Judiciário, 11,5%; do Ministério Público da União (MPU), 1,49%; e do Poder Executivo, 83,47%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 13 – Gastos de Pessoal e Encargos – Projeção para 2012

Poder	PLOA-2012 ¹	R\$ bilhões	
			Participação Relativa (%)
Legislativo	7,19		3,54
Judiciário	23,38		11,50
MPU	3,02		1,49
Executivo	169,65		83,47
Total	203,24		100,00

¹ Inclui ativos, inativos, pensionistas, encargos sociais e sentenças judiciais (precatórios e requisições de pequeno valor).

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2012 decorre da recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, no valor de R\$ 1,47 bilhão, bem como da expansão dos quadros de pessoal no âmbito do Poder Judiciário e do MPU, no valor de R\$ 0,50 bilhão; da continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração do Poder Executivo, no valor de R\$ 1,66 bilhão.

A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2012 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,16% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 3,78%; a do Poder Executivo, 27,42% e a do MPU, 0,49%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 32,85% da receita corrente líquida prevista para 2012. Nessas condições, os limites globais apontados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos ditames do Art. 169 da Constituição Federal, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela citada Lei Complementar.

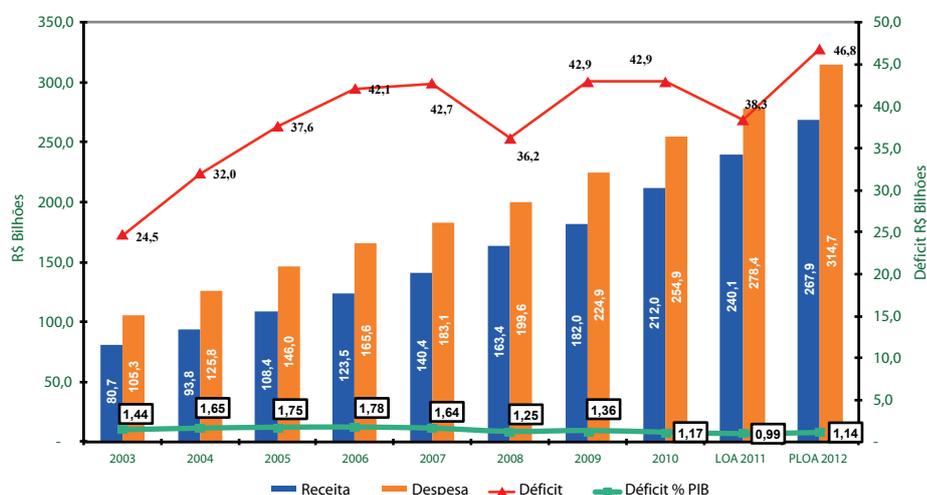


SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral de Previdência Social

O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Seguridade Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme mostrado no Gráfico 3, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes. Essa situação, em grande medida, resulta do nível de formalização do mercado de trabalho e do valor do salário médio de contribuição. Os déficits refletem o crescimento do número de beneficiários e o aumento do valor médio dos benefícios concedidos, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. Em 2008, há uma quebra nessa tendência, principalmente pelo crescimento na arrecadação previdenciária e no indicador da massa salarial nominal.

Gráfico 3 – Evolução do Resultado do RGPS

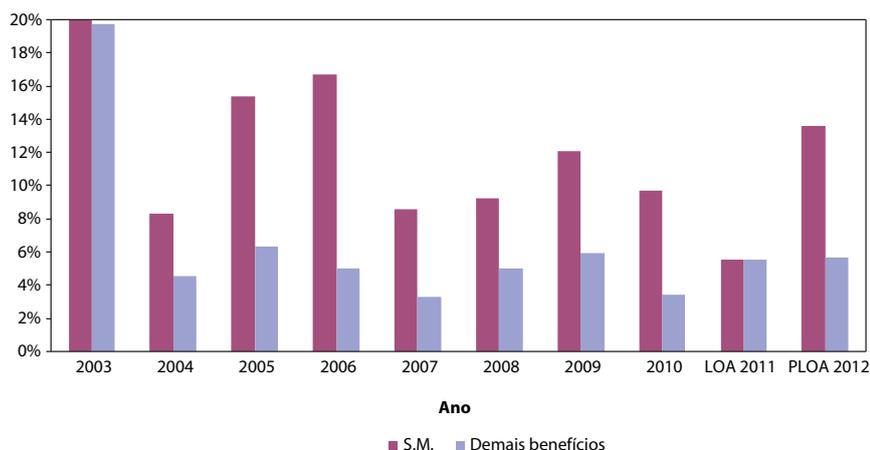


Já no exercício de 2009, com os reflexos da crise econômica mundial, houve retomada da trajetória ascendente do resultado deficitário, tendo como maior razão a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal fonte das receitas previdenciárias), conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias. Em 2010, com a política de valorização do salário mínimo e a adoção de reajustes reais para os benefícios acima do piso, mesmo com um elevado crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, observa-se a conservação do déficit em termos nominais, alcançando aproximadamente R\$ 42,9 bilhões, mas com redução percentual em relação ao PIB.

No exercício de 2011, com as perspectivas de crescimento da massa salarial, influenciadas pela recuperação do mercado de trabalho formal, e reajustes mais brandos para os benefícios (ver Gráfico 4), espera-se uma suavização do déficit previdenciário, atingindo o montante de R\$ 38,3 bilhões. Como resultado da expressiva taxa de crescimento do salário mínimo prevista para 2012 (13,62%), o cenário volta a ser de elevação do déficit no próximo ano, seja em termos nominais ou em relação ao PIB.

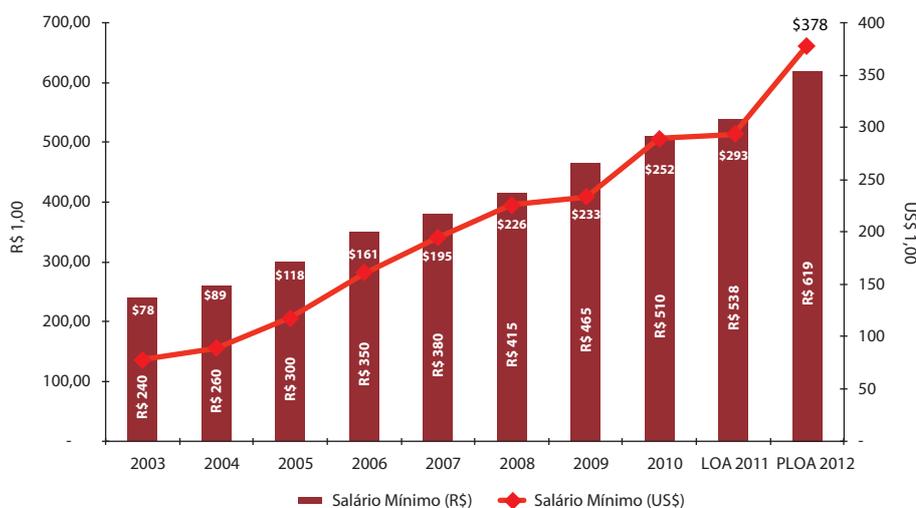
Conforme já destacado, um fator de significativo impacto sobre o déficit do RGPS são os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios. O Gráfico 2 mostra os percentuais concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Os aumentos tiveram maior ênfase nos anos de 2005 e 2006, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38% e 16,67%, respectivamente. A partir de 2007, as elevações ocorreram em patamares menores, contudo sempre acima dos índices de inflação. Em 2011, verifica-se uma redução no índice de reajuste do mínimo em relação aos anos anteriores, contribuindo para o decréscimo do déficit nas contas do RGPS. Em 2012, com o alargamento da taxa de reajuste do salário mínimo, retoma-se a tendência de expansão das despesas em velocidade maior do que a observada para o crescimento das receitas do Regime Geral de Previdência.

Gráfico 4 – Reajustes Concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



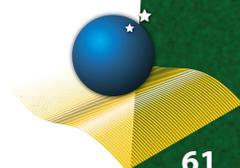
A política de valorização do salário mínimo gerou um aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se comparados à cotação do dólar médio no ano, observa-se que os valores ultrapassaram US\$ 100,0 no ano de 2005, com tendência crescente a partir de então. Em 2012, espera-se alcançar a marca de US\$ 378,0. O Gráfico 5 mostra a evolução do valor do salário mínimo, bem como a sua avaliação em dólares, convertido pelo dólar médio anual.

Gráfico 5 – Evolução do Salário Mínimo



Para o exercício de 2012, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 47,6 bilhões, ou 1,05% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 13,62% a partir do mês de janeiro de 2012, sendo equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) estimado para o exercício de 2011 mais o crescimento do PIB real em 2010, conforme a regra contida no Art. 2º da Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,3%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Importante destacar que foram considerados na projeção o pagamento de duas parcelas do passivo decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o teto de benefícios. Em 1998 e 2003, quando das reformas previdenciárias efetuadas pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, o próprio texto dessas normas aumentou o valor do teto de R\$ 1.081,50 para R\$ 1.200,00 e de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00, respectivamente, sem contudo aumentar o valor dos benefícios previdenciários na mesma proporção. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quando da aplicação das normas constitucionais, entendeu que esses novos tetos seriam aplicáveis unicamente aos benefícios concedidos após a edição das emendas. Entretanto, a decisão do STF estendeu o aumento do teto mesmo a quem obteve a concessão dos benefícios no período anterior às alterações.



Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios atingiu R\$ 313,9 bilhões, sendo R\$ 306,3 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 6,3 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 1,3 bilhão referente à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida, considerando-se um aumento da massa salarial nominal de 9,79%, é de R\$ 266,3 bilhões.

A Tabela 14 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

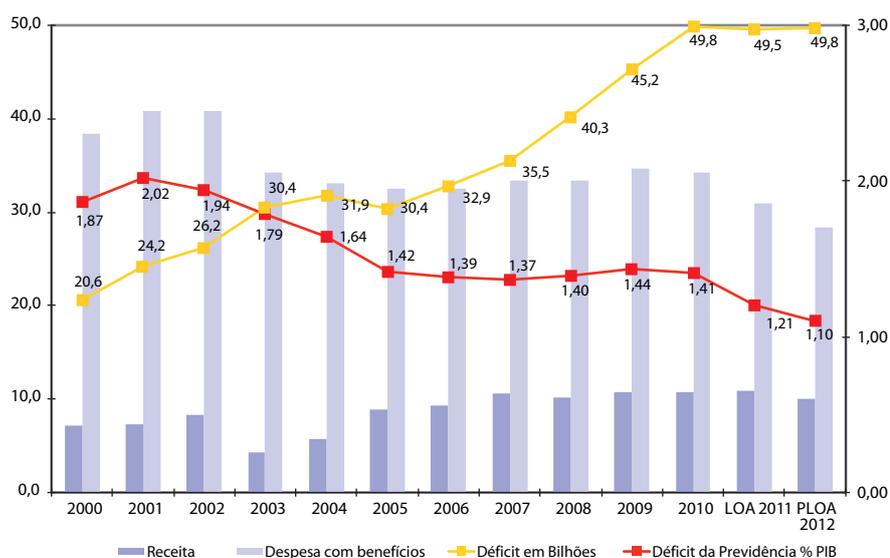
Tabela 14 – Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados

Descrição	R\$ milhões
	PLOA 2012
Arrecadação	266.296
Benefícios	313.886
Benefícios normais	306.302
Precatórios e sentenças	6.315
Comprev	1.268
Resultado	-47.589
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	9,79%
Reajuste do salário mínimo (%)	13,62%
Valor do salário mínimo (R\$)	619,21
Reajuste dos demais benefícios (%)	5,70%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)	3,30%

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União para o ano de 2012 é de R\$ 49,8 bilhões (1,10% do PIB). O Gráfico 6 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento, mas em ritmo inferior ao período de 2006 a 2010. Para o ano de 2012, estima-se crescimento anual do déficit em 0,46%, enquanto entre 2006 e 2011 o crescimento médio foi de 8,57%. No entanto, constata-se novamente um declínio da curva do déficit em relação ao PIB, fundado em grande parte no expressivo crescimento do PIB nominal e no encerramento do processo de reestruturação e reajuste de determinadas carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes, que tinham previsão de impactos até o ano de 2010.

Gráfico 6 – Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública (% PIB)



A trajetória decrescente de déficit do RPPS em relação ao PIB vinha sendo alcançada na última década, em especial, pelas reformas no texto constitucional no intuito de adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo Art. 40 da Constituição Federal. A primeira reforma substanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Já a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, promoveu várias alterações importantes, dentre as quais destacam-se:

- acréscimo da contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor de 11% para 22%;
- instituição de contribuição para inativos e pensionistas;
- criação do regime complementar de previdência dos servidores públicos;
- substituição da aposentadoria integral por um cálculo médio.

Por fim, a EC nº 47, de 5 de julho de 2005, promoveu alterações como:

- a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;
- a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;
- a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para



os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e

- d) a abertura de espaço para que leis complementares instituíam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores com deficiência, dos que exercem atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

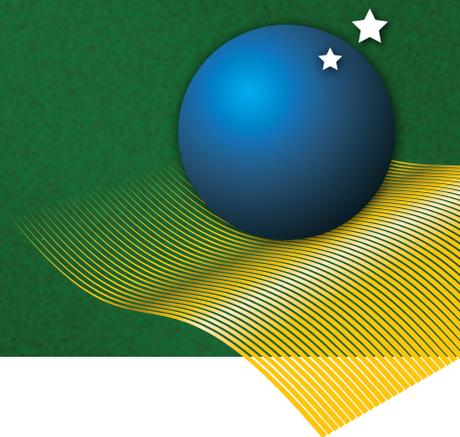
Cumpra ainda ressaltar que está em pauta, pendente de regulamentação por lei ordinária, a criação do regime de previdência complementar dos servidores públicos, previsto na EC nº 41, de 2003. O Projeto de Lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em 2007 e aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP) em 24 de agosto de 2011. Com o advento do novo regime, os servidores que vierem a ingressar no serviço público terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cuja estimativa para 2012 é de R\$ 3.902,17. Assim, caberá ao regime de previdência complementar garantir uma complementação à aposentadoria dos servidores que ingressarem no serviço público depois da sua instituição e para os atuais que expressamente optarem pelo regime.

O regime complementar não garante benefício definido, mas contribuição definida (conforme estipulado no § 15 do Art. 40 da Constituição Federal de 1988). O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá do cálculo feito a partir das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pela entidade fechada de previdência (FUNPRESP), que contará em seu Conselho com três representantes do Patrocinador (União) e três representantes dos participantes e assistidos. Depois de aprovada a lei instituindo o novo regime, a regulamentação definirá as regras do Conselho.

Outra importante inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. De acordo com ela, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e não mais o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passará a ter competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do Regime de Previdência Social do Servidor Público Federal.



IV – Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras)



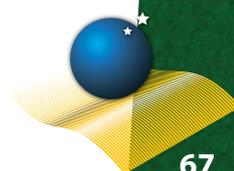
- Aplicações em Operações de Crédito
- Investimentos no Ativo Imobilizado

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2012, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R\$ 238 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais - PDG. Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2012. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de serviços (9,7%), industrial (20,1%), intermediação financeira (25,3%), habitação (20,6%), comércio (4,3%), rural (7,8%) e outros (12,2%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.



INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2012, R\$ 4,6 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,6 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem a ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

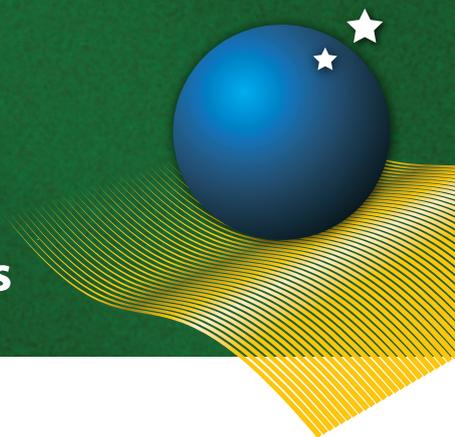
Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,9 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2012, as instituições BB e CEF são responsáveis por dispêndios correspondentes 66,1 % e 27,7 %, respectivamente.



V – ANEXO

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais



- Empresas do Setor Produtivo
- Empresas do Setor Financeiro

EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	110.300.000	RECEITAS	47.057.936
<i>INVESTIMENTOS</i>	110.300.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	40.650.771
DISPÊNDIOS CORRENTES	39.884.406	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	6.407.165
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	18.556.200	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	107.100.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	482.967	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	107.100.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	9.979.061	TOTAL DAS FONTES	154.157.936
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.590.001	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	8.115.942
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	6.550.732	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	7.068
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.725.445	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-12.096.540
TOTAL DOS USOS	150.184.406	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	150.184.406

20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	116.407.919	RECEITAS	119.381.540
<i>INVESTIMENTOS</i>	115.204.463	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	93.793.144
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	1.203.456	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	25.588.396
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	1.203.456	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	59.958.131
DISPÊNDIOS CORRENTES	107.151.180	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	59.958.131
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	46.426.000	TOTAL DAS FONTES	179.339.671
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.000.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	30.485.194
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	33.344.446	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-636.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	3.000.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	14.370.234
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	14.090.734		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	9.290.000		
TOTAL DOS USOS	223.559.099	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	223.559.099

20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

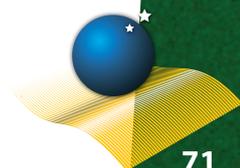
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	80.819.406	RECEITAS	121.421.491
<i>INVESTIMENTOS</i>	80.819.406	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	117.595.837
DISPÊNDIOS CORRENTES	106.355.518	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	3.825.654
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	32.989.790	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	31.550.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.194.405	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	31.550.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	36.599.505	TOTAL DAS FONTES	152.971.491
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	6.218.865	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	39.696.506
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	18.604.676	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-477.776
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	8.748.277	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-5.015.297
TOTAL DOS USOS	187.174.924	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	187.174.924

20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	310.691.480	RECEITAS	749.669.470
<i>INVESTIMENTOS</i>	294.995.942	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	739.149.777
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	1.995.538	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	10.519.693
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	1.995.538	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	129.990.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	13.700.000	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	129.990.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	687.243.331	TOTAL DAS FONTES	879.659.470
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	203.827.254	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	156.085.557



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

MATERIAIS E PRODUTOS	6.209.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-596.344
SERVICOS DE TERCEIROS	279.340.786	VARIACAO DO DISPONIVEL	-37.213.872
UTILIDADES E SERVICOS	47.808.874		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	104.082.583		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	394.885		
OPERACOES EXTERNAS	308.638		
OUTRAS FONTES	86.247		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	45.579.949		
TOTAL DOS USOS	997.934.811	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	997.934.811

20210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	81.160.000	RECEITAS	110.370.000
INVESTIMENTOS	81.160.000	RECEITA OPERACIONAL	104.020.000
DISPENDIOS CORRENTES	90.570.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.350.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.050.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	31.760.000
MATERIAIS E PRODUTOS	2.595.000	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	31.760.000
SERVICOS DE TERCEIROS	27.140.000	TOTAL DAS FONTES	142.130.000
UTILIDADES E SERVICOS	5.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	36.741.750
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	15.185.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-7.141.750
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.600.000		
TOTAL DOS USOS	171.730.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	171.730.000

20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	383.158.528	RECEITAS	318.382.674
INVESTIMENTOS	382.015.468	RECEITA OPERACIONAL	280.096.912
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.143.060	RECEITA NAO OPERACIONAL	38.285.762
OPERACOES EXTERNAS	1.143.060	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	228.801.444
DISPENDIOS CORRENTES	293.975.179	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	228.801.444
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	132.907.936	TOTAL DAS FONTES	547.184.118
MATERIAIS E PRODUTOS	2.466.140	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	45.246.972
SERVICOS DE TERCEIROS	56.326.432	VARIACAO DO DISPONIVEL	84.702.617
UTILIDADES E SERVICOS	9.680.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	14.834.661		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	650.000		
OPERACOES EXTERNAS	650.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	77.110.010		
TOTAL DOS USOS	677.133.707	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	677.133.707

20212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

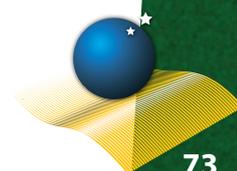
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	45.880.815	RECEITAS	61.499.309
INVESTIMENTOS	45.880.815	RECEITA OPERACIONAL	52.156.242
DISPENDIOS CORRENTES	65.768.919	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.343.067
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.370.239	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	45.150.425
MATERIAIS E PRODUTOS	4.413.046	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	45.150.425
SERVICOS DE TERCEIROS	15.682.243	TOTAL DAS FONTES	106.649.734
UTILIDADES E SERVICOS	2.685.600	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.157.877
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.907.835	VARIACAO DO DISPONIVEL	-157.877
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.709.956		
TOTAL DOS USOS	111.649.734	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	111.649.734

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

20213 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.007.685.000	RECEITAS	4.503.887.907
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>2.007.685.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>4.452.779.817</i>
DISPENDIOS CORRENTES	3.302.748.128	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>51.108.090</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.467.820.642</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	30.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>74.069.457</i>	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	<i>30.000.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>1.312.726.025</i>	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	518.737.001
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>266.663.197</i>	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	<i>518.737.001</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>131.154.979</i>	TOTAL DAS FONTES	5.052.624.908
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>50.313.828</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>28.610.340</i>
		<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>229.197.880</i>
TOTAL DOS USOS	5.310.433.128	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.310.433.128



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.236.090	RECEITAS	34.468.196
<i>INVESTIMENTOS</i>	6.457.890	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	32.172.906
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	1.778.200	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.295.290
DISPÊNDIOS CORRENTES	30.928.521	TOTAL DAS FONTES	34.468.196
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	11.539.073	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	1.351.800
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.136.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	3.344.615
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	11.731.023		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	819.039		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	3.732.811		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.970.575		
TOTAL DOS USOS	39.164.611	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	39.164.611

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.532.897	RECEITAS	21.021.584
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.532.897	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	19.205.116
DISPÊNDIOS CORRENTES	18.302.964	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.816.468
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	7.045.201	TOTAL DAS FONTES	21.021.584
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.577.573	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-2.156.194
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	4.261.205	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	970.471
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.926.826		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	2.530.287		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	961.872		
TOTAL DOS USOS	19.835.861	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	19.835.861

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.277.023	RECEITAS	156.750.857
<i>INVESTIMENTOS</i>	11.277.023	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	156.303.721
DISPÊNDIOS CORRENTES	157.149.846	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	447.136
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	52.389.215	TOTAL DAS FONTES	156.750.857
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.462.559	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	13.120.230
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	48.494.101	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-200.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	24.579.637	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-1.244.218
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	21.823.614		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	6.400.720		
TOTAL DOS USOS	168.426.869	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	168.426.869

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	200.000.000	RECEITAS	2.263.955.206
INVESTIMENTOS	200.000.000	RECEITA OPERACIONAL	2.002.123.202
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.231.624.521	RECEITA NAO OPERACIONAL	261.832.004
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.373.782.208	TOTAL DAS FONTES	2.263.955.206
MATERIAIS E PRODUTOS	12.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	143.084.717
SERVICOS DE TERCEIROS	355.416.844	VARIACAO DO DISPONIVEL	24.584.598
UTILIDADES E SERVICOS	25.711.697		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	261.251.016		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	33.309.996		
OUTRAS FONTES	33.309.996		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	170.152.760		
TOTAL DOS USOS	2.431.624.521	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.431.624.521

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	500.000.000	RECEITAS	2.698.465.499
INVESTIMENTOS	360.000.000	RECEITA OPERACIONAL	2.670.970.196
INVERSOES FINANCEIRAS	40.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	27.495.303
OUTROS DISP. DE CAPITAL	100.000.000	TOTAL DAS FONTES	2.698.465.499
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.043.058.403	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-137.978.280
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	224.905.677	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.100.630
MATERIAIS E PRODUTOS	580.728.970	VARIACAO DO DISPONIVEL	-18.529.446
SERVICOS DE TERCEIROS	1.065.334.849		
UTILIDADES E SERVICOS	20.258.462		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	92.120.764		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	7.352.088		
OUTRAS FONTES	7.352.088		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	52.357.593		
TOTAL DOS USOS	2.543.058.403	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.543.058.403

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A. - BB CARTOES

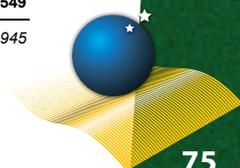
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.411.696	RECEITAS	24.203.799
OUTROS DISP. DE CAPITAL	11.411.696	RECEITA OPERACIONAL	19.242.578
DISPÊNDIOS CORRENTES	12.792.105	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.961.221
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	574.816	TOTAL DAS FONTES	24.203.799
SERVICOS DE TERCEIROS	575.741	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	4.816.621
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	10.456.645	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.817.732
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.184.903	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.113
TOTAL DOS USOS	24.203.801	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	24.203.801

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	142.431.824	RECEITAS	966.744.549
OUTROS DISP. DE CAPITAL	142.431.824	RECEITA OPERACIONAL	935.944.610
DISPÊNDIOS CORRENTES	822.905.938	RECEITA NAO OPERACIONAL	30.799.939
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.210.861	TOTAL DAS FONTES	966.744.549
SERVICOS DE TERCEIROS	667.993.283	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	54.945



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	1.587.941	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.461.732
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	139.663.931		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.449.922		
TOTAL DOS USOS	965.337.762	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	965.337.762

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	21.928.019	RECEITAS	588.151.072
INVESTIMENTOS	18.507.401	RECEITA OPERACIONAL	545.417.207
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.420.618	RECEITA NAO OPERACIONAL	42.733.865
DISPENDIOS CORRENTES	420.726.770	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	527.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.525.969	TOTAL DAS FONTES	588.678.072
MATERIAIS E PRODUTOS	43.566.890	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-143.127.377
SERVICOS DE TERCEIROS	175.391.774	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.895.906
UTILIDADES E SERVICOS	11.452.679		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	81.988.348		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	23.801.110		
TOTAL DOS USOS	442.654.789	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	442.654.789

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.800.000	RECEITAS	48.619.698
INVESTIMENTOS	2.800.000	RECEITA OPERACIONAL	44.998.222
DISPENDIOS CORRENTES	43.883.092	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.621.476
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.797.242	TOTAL DAS FONTES	48.619.698
MATERIAIS E PRODUTOS	612.709	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-688.237
SERVICOS DE TERCEIROS	8.055.381	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.316
UTILIDADES E SERVICOS	2.877.522	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.249.685
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.225.275		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	131.604		
OPERACOES INTERNAS	131.604		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.183.359		
TOTAL DOS USOS	46.683.092	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	46.683.092

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.921.234.051	RECEITAS	2.075.173.374
INVESTIMENTOS	1.168.000	RECEITA OPERACIONAL	1.288.947
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.824.606.938	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.073.884.427
OUTRAS FONTES	1.824.606.938	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.348.430.951
OUTROS DISP. DE CAPITAL	95.459.113	TOTAL DAS FONTES	3.423.604.325
DISPENDIOS CORRENTES	1.978.480.145	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	703.213.829
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.928.984	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-325.388.191
MATERIAIS E PRODUTOS	64.800	VARIACAO DO DISPONIVEL	98.284.233
SERVICOS DE TERCEIROS	277.323.849		
UTILIDADES E SERVICOS	730.973		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	114.481.967		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	804.114.334		
OUTRAS FONTES	804.114.334		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	767.835.238		
TOTAL DOS USOS	3.899.714.196	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.899.714.196

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	63.724.710	RECEITAS	351.527.547
INVESTIMENTOS	2.415.000	RECEITA OPERACIONAL	286.524.526
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	30.500.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	65.003.021
DEBENTURES	30.500.000	TOTAL DAS FONTES	351.527.547
OUTROS DISP. DE CAPITAL	30.809.710	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-56.184.494
DISPÊNDIOS CORRENTES	232.022.376	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.579.089	VARIACAO DO DISPONIVEL	404.032
MATERIAIS E PRODUTOS	73.324		
SERVICOS DE TERCEIROS	53.041.860		
UTILIDADES E SERVICOS	1.683.696		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	65.163.926		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	12.550.037		
DEBENTURES	9.673.184		
OUTRAS FONTES	2.876.853		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	93.930.444		
TOTAL DOS USOS	295.747.086	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	295.747.086

25283 BB ELO CARTOES PARTICIPACOES S.A. R\$ 1,00

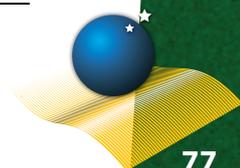
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.720	RECEITAS	225.447
OUTROS DISP. DE CAPITAL	9.720	RECEITA NAO OPERACIONAL	225.447
DISPÊNDIOS CORRENTES	184.521	TOTAL DAS FONTES	225.447
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	159.062	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-29.966
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.152	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.240
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.307		
TOTAL DOS USOS	194.241	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	194.241

25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZACAO S.A. - BNC CAPITALIZACAO R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	153.104	RECEITAS	580.662
OUTROS DISP. DE CAPITAL	153.104	RECEITA NAO OPERACIONAL	580.662
DISPÊNDIOS CORRENTES	419.501	TOTAL DAS FONTES	580.662
SERVICOS DE TERCEIROS	109.628	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-8.064
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	203.369	VARIACAO DO DISPONIVEL	7
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	106.504		
TOTAL DOS USOS	572.605	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	572.605

25286 BB SEGUROS PARTICIPACOES S.A. - BB SEGUROS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	310.354.234	RECEITAS	1.311.368.166
OUTROS DISP. DE CAPITAL	310.354.234	RECEITA OPERACIONAL	1.291.500.125
DISPÊNDIOS CORRENTES	63.480.897	RECEITA NAO OPERACIONAL	19.868.041
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.167.500	TOTAL DAS FONTES	1.311.368.166
SERVICOS DE TERCEIROS	431.747	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	171.442.920
UTILIDADES E SERVICOS	387.580	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.108.975.955
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	39.002.248		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	18.491.822		
TOTAL DOS USOS	373.835.131	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	373.835.131



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	17.152.483	RECEITAS	242.986.394
INVESTIMENTOS	17.152.483	RECEITA OPERACIONAL	242.836.394
DISPÊNDIOS CORRENTES	201.077.118	RECEITA NAO OPERACIONAL	150.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	129.000.000	TOTAL DAS FONTES	242.986.394
MATERIAIS E PRODUTOS	2.145.284	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	822.212
SERVICOS DE TERCEIROS	41.109.332	VARIACAO DO DISPONIVEL	-25.579.005
UTILIDADES E SERVICOS	5.337.577		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.508.569		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.236.411		
OUTRAS FONTES	1.236.411		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	20.739.945		
TOTAL DOS USOS	218.229.601	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	218.229.601

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.791.273.413	RECEITAS	2.048.228.295
INVESTIMENTOS	2.673.424.543	RECEITA OPERACIONAL	2.032.553.295
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	117.848.870	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.675.000
OUTRAS FONTES	117.848.870	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	700.706.639
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.570.813.144	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	700.706.639
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	388.800.000	OPERACOES DE CREDITO	1.187.507.663
MATERIAIS E PRODUTOS	466.554.137	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.187.507.663
SERVICOS DE TERCEIROS	322.634.441	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	481.243.960
UTILIDADES E SERVICOS	14.857.599	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	481.243.960
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	210.943.932	TOTAL DAS FONTES	4.417.686.557
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	52.380.634	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.403.196
OPERACOES INTERNAS	10.565.559	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	12.490.123
OUTRAS FONTES	41.815.075	VARIACAO DO DISPONIVEL	-75.493.319
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	114.642.401		
TOTAL DOS USOS	4.362.086.557	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.362.086.557

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.229.074.542	RECEITAS	15.100.230.896
INVESTIMENTOS	130.000.000	RECEITA OPERACIONAL	8.847.255.047
INVERSOES FINANCEIRAS	2.987.229.049	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.252.975.849
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.130.213.222	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.379.159.655
OPERACOES EXTERNAS	356.302.826	OPERACOES DE CREDITO	4.500.000.000
OUTRAS FONTES	773.910.396	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	4.500.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.981.632.271	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.169.048.217
DISPÊNDIOS CORRENTES	11.461.059.684	DEMAIS RECURSOS DE LP	3.169.048.217
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	303.690.703	TOTAL DAS FONTES	25.148.438.768
MATERIAIS E PRODUTOS	8.678.565.292	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.173.898.754
SERVICOS DE TERCEIROS	526.000.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-2.694.174
UTILIDADES E SERVICOS	16.770.229	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.718.288.386
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	875.755.881		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	584.191.841		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OPERACOES EXTERNAS	260.927.343		
OUTRAS FONTES	323.264.498		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	476.085.738		
TOTAL DOS USOS	22.690.134.226	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	22.690.134.226

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

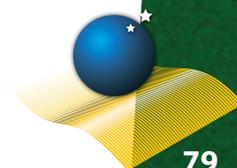
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.761.495.000	RECEITAS	5.532.996.421
INVESTIMENTOS	600.000.000	RECEITA OPERACIONAL	5.396.425.698
INVERSOES FINANCEIRAS	625.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	136.570.723
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	356.305.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	7.504.558
OPERACOES INTERNAS	106.712.000	OPERACOES DE CREDITO	346.407.564
OPERACOES EXTERNAS	980.000	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	346.407.564
OUTRAS FONTES	248.613.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	184.298.225
OUTROS DISP. DE CAPITAL	180.190.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	173.848.225
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.817.436.346	DEMAIS RECURSOS DE LP	10.450.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	964.324.429	TOTAL DAS FONTES	6.071.206.768
MATERIAIS E PRODUTOS	1.240.374.440	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-70.137.006
SERVICOS DE TERCEIROS	263.302.538	VARIACAO DO DISPONIVEL	-422.138.416
UTILIDADES E SERVICOS	7.773.543		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	544.020.716		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	302.689.000		
OPERACOES INTERNAS	43.579.000		
OPERACOES EXTERNAS	133.000		
OUTRAS FONTES	258.977.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	494.951.680		
TOTAL DOS USOS	5.578.931.346	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.578.931.346

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.202.598.634	RECEITAS	1.434.140.197
INVESTIMENTOS	428.126.402	RECEITA OPERACIONAL	1.303.785.696
INVERSOES FINANCEIRAS	469.423.588	RECEITA NAO OPERACIONAL	130.354.501
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	150.786.141	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	769.900.000
OPERACOES INTERNAS	83.138.194	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	769.900.000
OUTRAS FONTES	67.647.947	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	784.542
OUTROS DISP. DE CAPITAL	154.262.503	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	10.108.826
DISPÊNDIOS CORRENTES	965.840.965	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	10.108.826
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.796.970	TOTAL DAS FONTES	2.214.933.565
MATERIAIS E PRODUTOS	86.379.644	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-39.688.852
SERVICOS DE TERCEIROS	105.275.805	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.222.210
UTILIDADES E SERVICOS	5.736.401	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.582.904
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	241.925.426		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	153.021.230		
OPERACOES INTERNAS	80.801.695		
OUTRAS FONTES	72.219.535		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	81.705.489		
TOTAL DOS USOS	2.168.439.599	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.168.439.599



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.939.125.394	RECEITAS	6.008.375.947
INVESTIMENTOS	1.865.871.200	RECEITA OPERACIONAL	5.883.962.923
INVERSOES FINANCEIRAS	515.609.608	RECEITA NAO OPERACIONAL	124.413.024
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	422.605.286	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.071.030.615
OPERACOES INTERNAS	292.149.694	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	1.071.030.615
OUTRAS FONTES	130.455.592	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	56.945.947
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.135.039.300	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	214.284.372
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.619.007.638	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	204.854.400
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	744.190.695	DEMAIS RECURSOS DE LP	9.429.972
MATERIAIS E PRODUTOS	964.486.376	TOTAL DAS FONTES	7.350.636.881
SERVICOS DE TERCEIROS	434.764.913	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	119.936.529
UTILIDADES E SERVICOS	18.273.275	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-7.245.706
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.001.629.252	VARIACAO DO DISPONIVEL	94.805.328
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	32.820.289		
OPERACOES INTERNAS	12.996.867		
OUTRAS FONTES	19.823.422		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	422.842.838		
TOTAL DOS USOS	7.558.133.032	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.558.133.032

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.032.266.305	RECEITAS	8.023.606.333
INVESTIMENTOS	1.516.827.890	RECEITA OPERACIONAL	7.744.667.626
INVERSOES FINANCEIRAS	1.228.452.974	RECEITA NAO OPERACIONAL	278.938.707
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	837.170.121	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	79.560.825
OPERACOES INTERNAS	444.847.908	OPERACOES DE CREDITO	1.860.422.746
OUTRAS FONTES	392.322.213	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.771.502.746
OUTROS DISP. DE CAPITAL	449.815.320	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	88.920.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.144.430.923	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.341.610.951
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	858.600.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.277.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.172.741.473	DEMAIS RECURSOS DE LP	64.610.951
SERVICOS DE TERCEIROS	557.379.422	TOTAL DAS FONTES	11.305.200.855
UTILIDADES E SERVICOS	28.167.364	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	188.025.948
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.322.345.708	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	8.890.000
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	784.991.754	VARIACAO DO DISPONIVEL	-325.419.575
OPERACOES INTERNAS	142.372.288		
OPERACOES EXTERNAS	8.890.000		
OUTRAS FONTES	633.729.466		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	420.205.202		
TOTAL DOS USOS	11.176.697.228	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	11.176.697.228

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	93.825.793.426	RECEITAS	229.139.521.901
INVESTIMENTOS	63.781.409.000	RECEITA OPERACIONAL	222.551.339.088
INVERSOES FINANCEIRAS	12.218.045.244	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.588.182.813
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	5.372.116.760	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	19.750.000.000
OPERACOES INTERNAS	2.458.461.996	OPERACOES DE CREDITO	3.300.000.000
OPERACOES EXTERNAS	2.913.654.764	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	3.300.000.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OUTROS DISP. DE CAPITAL	12.454.222.422	TOTAL DAS FONTES	252.189.521.901
DISPÊNDIOS CORRENTES	190.222.590.853	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	6.600.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.986.566.293	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	9.377.930.539
MATERIAIS E PRODUTOS	37.414.711.050	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	168.326.878
SERVICOS DE TERCEIROS	32.834.379.671	VARIACAO DO DISPONIVEL	15.712.604.961
UTILIDADES E SERVICOS	1.051.041.614		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	64.516.811.740		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.809.880.751		
OPERACOES INTERNAS	2.102.874.997		
OPERACOES EXTERNAS	479.439.140		
DEBENTURES	196.713.894		
OUTRAS FONTES	30.852.720		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	39.609.199.734		
TOTAL DOS USOS	284.048.384.279	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	284.048.384.279

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.501.293.539	RECEITAS	206.335.739
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.501.293.539	RECEITA NAO OPERACIONAL	206.335.739
DISPÊNDIOS CORRENTES	63.752.730	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.501.293.539
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	58.589.242	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	5.700.000
OUTRAS FONTES	58.589.242	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	5.700.000
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.163.488	TOTAL DAS FONTES	2.713.329.278
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-129.080.303
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	29.359.386
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-48.562.092
TOTAL DOS USOS	2.565.046.269	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.565.046.269

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDACAO)

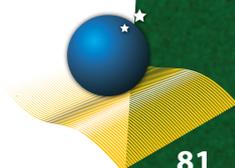
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.280.890	RECEITAS	84.495
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.300	RECEITA NAO OPERACIONAL	84.495
MATERIAIS E PRODUTOS	5.760	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	7.200.000
SERVICOS DE TERCEIROS	361.505	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	7.200.000
UTILIDADES E SERVICOS	40.500	TOTAL DAS FONTES	7.284.495
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.330	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.792.495	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.601
TOTAL DOS USOS	7.280.890	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.280.890

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.892.348.316	RECEITAS	91.415.501.566
INVESTIMENTOS	878.753.000	RECEITA OPERACIONAL	90.976.479.207
INVERSOES FINANCEIRAS	26.981.428	RECEITA NAO OPERACIONAL	439.022.359
OUTROS DISP. DE CAPITAL	986.613.888	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	421.639.041
DISPÊNDIOS CORRENTES	93.221.135.717	TOTAL DAS FONTES	91.837.140.607
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	922.789.560	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-134.675.436
MATERIAIS E PRODUTOS	85.007.839.599	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.026.759.414
SERVICOS DE TERCEIROS	1.645.171.457	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-21.179.511
UTILIDADES E SERVICOS	45.513.796	VARIACAO DO DISPONIVEL	405.438.959
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	5.046.613.572		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	140.337.085		



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OUTRAS FONTES	140.337.085		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	412.870.648		
TOTAL DOS USOS	95.113.484.033	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	95.113.484.033

32240 PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	105.367.232	RECEITAS	1.686.309.656
INVERSOES FINANCEIRAS	98.167.232	RECEITA OPERACIONAL	3.233.973
OUTROS DISP. DE CAPITAL	7.200.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.683.075.683
DISPÊNDIOS CORRENTES	95.360.343	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	70.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.816.880	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	70.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	2.028.000	TOTAL DAS FONTES	1.756.309.656
SERVICOS DE TERCEIROS	31.423.930	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.493.163.499
UTILIDADES E SERVICOS	5.350	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-30.902.365
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	38.324.493	VARIACAO DO DISPONIVEL	-31.516.217
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.761.690		
TOTAL DOS USOS	200.727.575	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	200.727.575

32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	85.140.492	RECEITAS	135.988.823
INVESTIMENTOS	538.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	135.988.823
INVERSOES FINANCEIRAS	84.602.492	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	45.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	45.141.604	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	45.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.013.815	TOTAL DAS FONTES	180.988.823
MATERIAIS E PRODUTOS	72.840	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.562.976
SERVICOS DE TERCEIROS	9.678.638	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-50.869.640
UTILIDADES E SERVICOS	305.540	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.725.889
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	79.040		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.043.374		
OUTRAS FONTES	4.043.374		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	14.948.357		
TOTAL DOS USOS	130.282.096	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	130.282.096

32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	36.016.682	RECEITAS	42.000.000
INVESTIMENTOS	16.682	RECEITA NAO OPERACIONAL	42.000.000
INVERSOES FINANCEIRAS	9.000.000	TOTAL DAS FONTES	42.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	27.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.511.760
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.471.558		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.306.905		
MATERIAIS E PRODUTOS	87.377		
SERVICOS DE TERCEIROS	1.470.505		
UTILIDADES E SERVICOS	77.317		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	376.944		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	152.510		
TOTAL DOS USOS	40.488.240	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	40.488.240

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	138.842.015	RECEITAS	574.651.380

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

INVESTIMENTOS	128.810.344	RECEITA OPERACIONAL	535.537.870
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	10.031.671	RECEITA NAO OPERACIONAL	39.113.510
OUTRAS FONTES	10.031.671	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	123.611.647
DISPENDIOS CORRENTES	538.459.107	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	123.611.647
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.593.289	TOTAL DAS FONTES	698.263.027
MATERIAIS E PRODUTOS	325.516.173	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	11.761.119
SERVICOS DE TERCEIROS	33.136.192	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-12.353
UTILIDADES E SERVICOS	845.460	VARIACAO DO DISPONIVEL	-32.710.671
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	142.275.841		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	9.802.476		
OUTRAS FONTES	9.802.476		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.289.676		
TOTAL DOS USOS	677.301.122	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	677.301.122

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

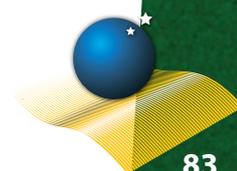
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	327.075.695	RECEITAS	1.338.432.289
INVESTIMENTOS	285.869.320	RECEITA OPERACIONAL	1.295.448.998
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	41.206.375	RECEITA NAO OPERACIONAL	42.983.291
OPERACOES INTERNAS	4.770.530	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	207.564.122
OPERACOES EXTERNAS	967.310	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	207.564.122
OUTRAS FONTES	35.468.535	TOTAL DAS FONTES	1.545.996.411
DISPENDIOS CORRENTES	1.192.853.209	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-21.899.794
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.453.619	VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.167.713
MATERIAIS E PRODUTOS	532.335.571		
SERVICOS DE TERCEIROS	113.162.226		
UTILIDADES E SERVICOS	7.836.003		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	354.105.570		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	25.136.708		
OPERACOES INTERNAS	325.119		
OPERACOES EXTERNAS	305.044		
OUTRAS FONTES	24.506.545		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	46.823.512		
TOTAL DOS USOS	1.519.928.904	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.519.928.904

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	569.537.856	RECEITAS	1.668.525.418
INVESTIMENTOS	485.033.604	RECEITA OPERACIONAL	1.431.890.561
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	84.504.252	RECEITA NAO OPERACIONAL	236.634.857
OPERACOES INTERNAS	818.195	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	213.572.046
OPERACOES EXTERNAS	734.443	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	213.572.046
OUTRAS FONTES	82.951.614	TOTAL DAS FONTES	1.882.097.464
DISPENDIOS CORRENTES	1.366.192.825	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	43.890.602
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	129.403.747	VARIACAO DO DISPONIVEL	9.742.615
MATERIAIS E PRODUTOS	550.806.430		
SERVICOS DE TERCEIROS	81.003.548		
UTILIDADES E SERVICOS	3.862.250		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	483.948.043		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	63.223.414		
OPERACOES INTERNAS	359.843		



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OPERACOES EXTERNAS	444.274		
OUTRAS FONTES	62.419.297		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	53.945.393		
TOTAL DOS USOS	1.935.730.681	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.935.730.681

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	354.871.993	RECEITAS	1.938.453.222
INVESTIMENTOS	331.262.993	RECEITA OPERACIONAL	1.858.711.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	23.609.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	79.742.222
OUTRAS FONTES	23.609.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	188.108.011
DISPENDIOS CORRENTES	1.740.060.278	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	188.108.011
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.600.879	TOTAL DAS FONTES	2.126.561.233
MATERIAIS E PRODUTOS	1.070.988.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-33.090.706
SERVICOS DE TERCEIROS	83.922.465	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.461.744
UTILIDADES E SERVICOS	6.074.234		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	437.647.990		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	11.200.000		
OUTRAS FONTES	11.200.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	38.626.710		
TOTAL DOS USOS	2.094.932.271	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.094.932.271

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	401.285.573	RECEITAS	896.215.540
INVESTIMENTOS	58.138.000	RECEITA OPERACIONAL	883.133.500
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	97.908.123	RECEITA NAO OPERACIONAL	13.082.040
OPERACOES EXTERNAS	73.110.582	TOTAL DAS FONTES	896.215.540
OUTRAS FONTES	24.797.541	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	111.296.190
OUTROS DISP. DE CAPITAL	245.239.450	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	17.612.453
DISPENDIOS CORRENTES	532.700.012	VARIACAO DO DISPONIVEL	-91.138.598
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	78.526.140		
MATERIAIS E PRODUTOS	12.352.079		
SERVICOS DE TERCEIROS	67.308.259		
UTILIDADES E SERVICOS	24.251.434		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	240.492.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	79.168.444		
OPERACOES EXTERNAS	9.651.903		
OUTRAS FONTES	69.516.541		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	30.601.656		
TOTAL DOS USOS	933.985.585	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	933.985.585

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	74.647.913	RECEITAS	363.811.984
INVESTIMENTOS	47.814.537	RECEITA OPERACIONAL	346.945.060
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	26.833.376	RECEITA NAO OPERACIONAL	16.866.924
OUTRAS FONTES	26.833.376	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	140.451.769
DISPENDIOS CORRENTES	366.437.374	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	140.451.769
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.400.000	TOTAL DAS FONTES	504.263.753
MATERIAIS E PRODUTOS	179.413.190	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-50.935.575
SERVICOS DE TERCEIROS	25.073.260	VARIACAO DO DISPONIVEL	-12.242.891

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	2.052.762		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	77.553.738		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	8.680.034		
OUTRAS FONTES	8.680.034		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	25.264.390		
TOTAL DOS USOS	441.085.287	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	441.085.287

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.171.154.419	RECEITAS	5.110.990.403
INVESTIMENTOS	1.084.925.085	RECEITA OPERACIONAL	4.899.013.067
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	86.229.334	RECEITA NAO OPERACIONAL	211.977.336
OUTRAS FONTES	86.229.334	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.207.812.221
DISPENDIOS CORRENTES	4.915.497.510	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.207.812.221
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	262.000.000	TOTAL DAS FONTES	6.318.802.624
MATERIAIS E PRODUTOS	3.062.641.749	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-273.016.935
SERVICOS DE TERCEIROS	282.280.705	VARIACAO DO DISPONIVEL	40.866.240
UTILIDADES E SERVICOS	17.323.519		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	750.323.302		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	110.323.746		
OUTRAS FONTES	110.323.746		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	430.604.489		
TOTAL DOS USOS	6.086.651.929	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.086.651.929

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

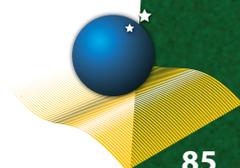
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.107.227.267	RECEITAS	5.981.221.386
INVESTIMENTOS	1.649.778.000	RECEITA OPERACIONAL	5.933.983.295
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	29.812.899	RECEITA NAO OPERACIONAL	47.238.091
OPERACOES INTERNAS	29.812.899	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	427.636.368
OUTROS DISP. DE CAPITAL	427.636.368	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	427.636.368
DISPENDIOS CORRENTES	5.274.872.744	OPERACOES DE CREDITO	963.709.155
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.256.207.398	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	963.709.155
MATERIAIS E PRODUTOS	280.588.499	TOTAL DAS FONTES	7.372.566.909
SERVICOS DE TERCEIROS	1.725.164.215	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	62.382.693
UTILIDADES E SERVICOS	248.726.730	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	79.202.553
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	903.257.868	VARIACAO DO DISPONIVEL	-132.052.144
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	95.370.736		
OPERACOES INTERNAS	89.714.980		
OPERACOES EXTERNAS	5.655.756		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	765.557.298		
TOTAL DOS USOS	7.382.100.011	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.382.100.011

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	18.165.000	RECEITAS	379.611.599
INVESTIMENTOS	18.165.000	RECEITA OPERACIONAL	379.611.599
DISPENDIOS CORRENTES	346.819.987	TOTAL DAS FONTES	379.611.599
MATERIAIS E PRODUTOS	17.271.626	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	10.397.740
SERVICOS DE TERCEIROS	109.199.928	VARIACAO DO DISPONIVEL	-25.024.352
UTILIDADES E SERVICOS	1.148.430		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	219.200.003		



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

TOTAL DOS USOS	364.984.987	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	364.984.987
-----------------------	--------------------	---------------------------------	--------------------

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	352.504.547	RECEITAS	883.895.140
<i>INVESTIMENTOS</i>	109.939.043	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	875.776.398
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	199.464.219	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	8.118.742
<i>OUTRAS FONTES</i>	199.464.219	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	95.591.795
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	43.101.285	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	95.591.795
DISPÊNDIOS CORRENTES	745.265.836	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	25.867.387
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	91.825.725	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	25.867.387
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	402.221.754	TOTAL DAS FONTES	1.005.354.322
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	79.492.855	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	32.404.317
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.403.903	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	60.011.744
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	111.192.691		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	33.551.669		
<i>OUTRAS FONTES</i>	33.551.669		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	24.577.239		
TOTAL DOS USOS	1.097.770.383	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.097.770.383

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	46.602.912.742	RECEITAS	1.304.723.916
<i>INVESTIMENTOS</i>	3.071.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.304.723.916
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	9.264.240.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	40.978.342.404
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	5.764.240.000	OPERACOES DE CREDITO	15.840.000.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.500.000.000	<i>OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA</i>	15.840.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	37.335.601.742	TOTAL DAS FONTES	58.123.066.320
DISPÊNDIOS CORRENTES	665.779.500	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-10.793.836.579
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	29.517.000	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	93.085.703
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	600.000.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-153.623.202
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	600.000.000		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	36.262.500		
TOTAL DOS USOS	47.268.692.242	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	47.268.692.242

32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES LTDA. - DOWNSTREAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	82.449.260	RECEITAS	82.593.260
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	82.449.260	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	82.593.260
DISPÊNDIOS CORRENTES	76.500	TOTAL DAS FONTES	82.593.260
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	52.500	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	82.449.260
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	6.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-82.516.760
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	18.000		
TOTAL DOS USOS	82.525.760	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	82.525.760

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	228.458.696	RECEITAS	12.304.998.465
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	146.009.436	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	12.269.277.015
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	146.009.436	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	35.721.450
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	82.449.260	OPERACOES DE CREDITO	2.800.000.008
DISPÊNDIOS CORRENTES	14.593.534.661	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	1.700.000.004

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	191.292.132	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.100.000.004
MATERIAIS E PRODUTOS	10.170.699.704	TOTAL DAS FONTES	15.104.998.473
SERVICOS DE TERCEIROS	290.586.720	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	1.010.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	2.188.572	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-37.132.824
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.704.207.984	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.255.872.292
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	180.000.000		
OUTRAS FONTES	180.000.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	54.559.549		
TOTAL DOS USOS	14.821.993.357	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.821.993.357

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.791.143.373	RECEITAS	8.177.371.179
INVESTIMENTOS	5.192.270.000	RECEITA OPERACIONAL	7.953.864.004
INVERSOES FINANCEIRAS	2.145.099.039	RECEITA NAO OPERACIONAL	223.507.175
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.309.554.245	OPERACOES DE CREDITO	1.960.960.000
OPERACOES INTERNAS	66.613.356	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.960.960.000
OPERACOES EXTERNAS	935.941.592	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	5.576.999.297
OUTRAS FONTES	3.306.999.297	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	5.576.999.297
OUTROS DISP. DE CAPITAL	144.220.089	TOTAL DAS FONTES	15.715.330.476
DISPENDIOS CORRENTES	1.849.745.855	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-545.959.554
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.354.840	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.409.778.265
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	622.598.476	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-250.000.000
OPERACOES INTERNAS	23.546.785	VARIACAO DO DISPONIVEL	131.296.571
OPERACOES EXTERNAS	340.341.529		
OUTRAS FONTES	258.710.162		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.220.792.539		
TOTAL DOS USOS	13.640.889.228	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	13.640.889.228

32285 5283 PARTICIPACOES LTDA.

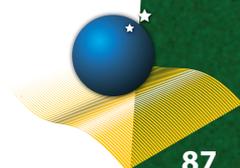
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	276.766	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	300.000
SERVICOS DE TERCEIROS	276.766	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	300.000
		TOTAL DAS FONTES	300.000
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	100
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-23.334
TOTAL DOS USOS	276.766	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	276.766

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	44.460.937.646	RECEITAS	110.540.143.438
INVESTIMENTOS	4.137.301.000	RECEITA OPERACIONAL	103.772.864.039
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	40.172.636.646	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.767.279.399
OUTRAS FONTES	40.172.636.646	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	34.254.195.984
OUTROS DISP. DE CAPITAL	151.000.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	34.254.195.984
DISPENDIOS CORRENTES	101.590.034.676	TOTAL DAS FONTES	144.794.339.422
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.177.991.873	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	792.872.391
MATERIAIS E PRODUTOS	89.228.023.240	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.829.638
SERVICOS DE TERCEIROS	396.986.246	VARIACAO DO DISPONIVEL	468.590.147
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.382.546.162		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.139.461.378		
OPERACOES EXTERNAS	526.703.493		



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OUTRAS FONTES	612.757.885		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.265.025.777		
TOTAL DOS USOS	146.050.972.322	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	146.050.972.322

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	755.550.177	RECEITAS	839.820.628
MATERIAIS E PRODUTOS	660.470.924	RECEITA OPERACIONAL	789.820.628
SERVICOS DE TERCEIROS	163.371	RECEITA NAO OPERACIONAL	50.000.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	91.059.673	TOTAL DAS FONTES	839.820.628
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	14.388	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	356.286
OUTRAS FONTES	14.388	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	14.388
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.841.821	VARIACAO DO DISPONIVEL	-84.641.125
TOTAL DOS USOS	755.550.177	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	755.550.177

32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A. - E-PETRO R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	484.731	RECEITAS	608.805
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.180	RECEITA NAO OPERACIONAL	608.805
SERVICOS DE TERCEIROS	108.671	TOTAL DAS FONTES	608.805
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	22.915	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-125.463
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	313.965	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.389
TOTAL DOS USOS	484.731	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	484.731

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.619.817.118	RECEITAS	7.074.589.823
INVESTIMENTOS	572.884.000	RECEITA OPERACIONAL	7.012.202.849
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.664.921.990	RECEITA NAO OPERACIONAL	62.386.974
OPERACOES INTERNAS	1.588.893.143	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	67.284.341
OUTRAS FONTES	76.028.847	TOTAL DAS FONTES	7.141.874.164
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.382.011.128	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.354.077.812
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.947.714.585	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.077.245.862
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.897.560	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.005.666.135
MATERIAIS E PRODUTOS	102.480		
SERVICOS DE TERCEIROS	401.375.660		
UTILIDADES E SERVICOS	233.505		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.336.274.901		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.087.274.525		
OPERACOES INTERNAS	1.011.506.416		
OUTRAS FONTES	75.768.109		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	107.555.954		
TOTAL DOS USOS	7.567.531.703	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.567.531.703

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	286.180.436	RECEITAS	3.607.241.088
INVESTIMENTOS	185.000.000	RECEITA OPERACIONAL	3.579.808.810
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	15.157.840	RECEITA NAO OPERACIONAL	27.432.278
OPERACOES INTERNAS	15.157.840	OPERACOES DE CREDITO	46.922.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	86.022.596	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	46.922.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.408.615.577	TOTAL DAS FONTES	3.654.163.088

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	253.971.999	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	102.256.986
MATERIAIS E PRODUTOS	2.725.705.853	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.542.657
SERVICOS DE TERCEIROS	221.619.503	VARIACAO DO DISPONIVEL	-65.166.718
UTILIDADES E SERVICOS	32.460.951		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	70.888.211		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	15.123.764		
OPERACOES INTERNAS	15.123.764		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	88.845.296		
TOTAL DOS USOS	3.694.796.013	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.694.796.013

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.496.000	RECEITAS	275.620.056
INVESTIMENTOS	2.496.000	RECEITA OPERACIONAL	259.428.888
DISPENDIOS CORRENTES	109.679.959	RECEITA NAO OPERACIONAL	16.191.168
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.755.238	TOTAL DAS FONTES	275.620.056
MATERIAIS E PRODUTOS	5.577.240	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-10.532.430
SERVICOS DE TERCEIROS	16.924.584	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.953.228
UTILIDADES E SERVICOS	1.340.508	VARIACAO DO DISPONIVEL	-155.864.895
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	70.630.220		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.547.313		
OPERACOES EXTERNAS	1.541.965		
OUTRAS FONTES	5.348		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.904.856		
TOTAL DOS USOS	112.175.959	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	112.175.959

32318 TERMORIO S.A.

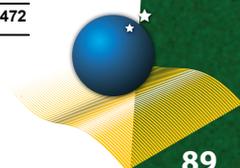
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	303.000.000	RECEITAS	797.104.660
OUTROS DISP. DE CAPITAL	303.000.000	RECEITA OPERACIONAL	753.181.608
DISPENDIOS CORRENTES	282.848.834	RECEITA NAO OPERACIONAL	43.923.052
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.387.640	TOTAL DAS FONTES	797.104.660
MATERIAIS E PRODUTOS	2.149.764	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	241.863.698
SERVICOS DE TERCEIROS	23.021.129	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-2.486.211
UTILIDADES E SERVICOS	426.228	VARIACAO DO DISPONIVEL	-450.633.313
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	242.020.209		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.843.864		
TOTAL DOS USOS	585.848.834	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	585.848.834

32319 FAFEN ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	9.000.000	RECEITAS	216.491.393
OUTROS DISP. DE CAPITAL	9.000.000	RECEITA OPERACIONAL	194.624.068
DISPENDIOS CORRENTES	179.824.472	RECEITA NAO OPERACIONAL	21.867.325
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.175.000	TOTAL DAS FONTES	216.491.393
MATERIAIS E PRODUTOS	93.558.250	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	83.939.154
SERVICOS DE TERCEIROS	24.854.058	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-21.867.325
UTILIDADES E SERVICOS	266.916	VARIACAO DO DISPONIVEL	-89.738.750
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	48.031.171		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.939.077		
TOTAL DOS USOS	188.824.472	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	188.824.472



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32320 TERMOCEARÁ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	35.650.404	RECEITAS	95.837.804
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.117.748	RECEITA OPERACIONAL	80.656.320
MATERIAIS E PRODUTOS	256.212	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.181.484
SERVICOS DE TERCEIROS	3.909.000	TOTAL DAS FONTES	95.837.804
UTILIDADES E SERVICOS	323.508	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-8.029.316
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	24.677.712	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	757.168
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.366.224	VARIACAO DO DISPONIVEL	-52.915.252
TOTAL DOS USOS	35.650.404	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	35.650.404

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	153.277.373	RECEITAS	142.325.085
MATERIAIS E PRODUTOS	84.795.052	RECEITA OPERACIONAL	138.868.554
SERVICOS DE TERCEIROS	14.495.832	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.456.531
UTILIDADES E SERVICOS	288	TOTAL DAS FONTES	142.325.085
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	12.847.740	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-14.624.267
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	41.138.461	VARIACAO DO DISPONIVEL	25.576.555
TOTAL DOS USOS	153.277.373	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	153.277.373

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	99.883.609	RECEITAS	328.507.504
OUTROS DISP. DE CAPITAL	99.883.609	RECEITA OPERACIONAL	288.019.980
DISPÊNDIOS CORRENTES	74.672.834	RECEITA NAO OPERACIONAL	40.487.524
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.895.468	TOTAL DAS FONTES	328.507.504
MATERIAIS E PRODUTOS	4.656.888	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	91.465.753
SERVICOS DE TERCEIROS	11.152.802	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-11.632.858
UTILIDADES E SERVICOS	399.144	VARIACAO DO DISPONIVEL	-233.783.956
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	42.417.300		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.151.232		
TOTAL DOS USOS	174.556.443	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	174.556.443

32330 REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.658.730.678	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	8.924.195.000
INVESTIMENTOS	8.554.215.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	8.924.195.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	104.515.678	TOTAL DAS FONTES	8.924.195.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	718.077.063	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	477.612.756
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.236	VARIACAO DO DISPONIVEL	-25.000.015
MATERIAIS E PRODUTOS	1.609.764		
SERVICOS DE TERCEIROS	18.855.804		
UTILIDADES E SERVICOS	448.504		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	15.277		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	690.616.242		
OPERACOES INTERNAS	690.616.242		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.377.236		
TOTAL DOS USOS	9.376.807.741	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.376.807.741

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32331 USINA TERMELÉTRICA DE JUIZ DE FORA S.A. - UTEJF R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	97.579.587	RECEITAS	111.841.643
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.690.973	RECEITA OPERACIONAL	105.841.643
MATERIAIS E PRODUTOS	69.750.050	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	12.983.679	TOTAL DAS FONTES	111.841.643
UTILIDADES E SERVICOS	463.508	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-16.553.401
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.259.316	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.316.908
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	36.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	5.608.253
OUTRAS FONTES	36.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.396.061		
TOTAL DOS USOS	97.579.587	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	97.579.587

32332 TERMOBAHIA S.A. R\$ 1,00

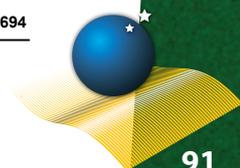
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.752.208	RECEITAS	38.147.124
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	5.752.208	RECEITA NAO OPERACIONAL	38.147.124
OPERACOES INTERNAS	5.752.208	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	28.922.422
DISPÊNDIOS CORRENTES	20.553.538	DEMAIS RECURSOS DE LP	28.922.422
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.120.320	TOTAL DAS FONTES	67.069.546
SERVICOS DE TERCEIROS	166.712	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-334.852
UTILIDADES E SERVICOS	126.012	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-35.230.195
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.800.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.198.753
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	15.692.354		
DEBENTURES	5.897.770		
OUTRAS FONTES	9.794.584		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.648.140		
TOTAL DOS USOS	26.305.746	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	26.305.746

32333 IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.511.133	RECEITAS	561.113.768
INVESTIMENTOS	6.632.000	RECEITA OPERACIONAL	549.629.888
OUTROS DISP. DE CAPITAL	879.133	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.483.880
DISPÊNDIOS CORRENTES	591.363.089	TOTAL DAS FONTES	561.113.768
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.355.893	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	106.650.218
MATERIAIS E PRODUTOS	416.666.640	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-106.848
SERVICOS DE TERCEIROS	28.133.079	VARIACAO DO DISPONIVEL	-68.782.916
UTILIDADES E SERVICOS	1.847.460		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	124.149.732		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.210.285		
TOTAL DOS USOS	598.874.222	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	598.874.222

32334 PETROBRÁS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.338.563.878	RECEITAS	895.672.574
INVESTIMENTOS	140.739.000	RECEITA OPERACIONAL	893.559.578
INVERSOES FINANCEIRAS	1.197.824.878	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.112.996
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.057.603.980	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	1.358.564.120
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	89.589.156	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	1.358.564.120
MATERIAIS E PRODUTOS	650.146.926	TOTAL DAS FONTES	2.254.236.694



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	124.879.536	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	96.483.915
UTILIDADES E SERVICOS	8.709.324	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	7.680
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	147.268.878	VARIACAO DO DISPONIVEL	45.439.569
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	7.680		
OUTRAS FONTES	7.680		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	37.002.480		
TOTAL DOS USOS	2.396.167.858	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.396.167.858

32337 COMPERJ ESTIRENICOS S.A. - CPRJEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	43.932.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	44.931.880
INVESTIMENTOS	43.932.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	44.931.880
DISPENDIOS CORRENTES	1.000.000	TOTAL DAS FONTES	44.931.880
SERVICOS DE TERCEIROS	400.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	120
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	600.000		
TOTAL DOS USOS	44.932.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	44.932.000

32338 COMPERJ MEG S.A. - CPRJMEG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	30.329.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	31.328.608
INVESTIMENTOS	30.329.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	31.328.608
DISPENDIOS CORRENTES	1.000.000	TOTAL DAS FONTES	31.328.608
SERVICOS DE TERCEIROS	400.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	392
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	600.000		
TOTAL DOS USOS	31.329.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	31.329.000

32339 COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A. - CPRJPAP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	407.207.109	RECEITAS	240.000
INVESTIMENTOS	44.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	240.000
INVERSOES FINANCEIRAS	407.163.109	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	456.763.109
DISPENDIOS CORRENTES	51.927.753	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	456.763.109
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.444.000	TOTAL DAS FONTES	457.003.109
MATERIAIS E PRODUTOS	120.800	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	14.400
SERVICOS DE TERCEIROS	20.371.865	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	480
UTILIDADES E SERVICOS	64.200	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.116.873
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	990.192		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	480		
OUTRAS FONTES	480		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.936.216		
TOTAL DOS USOS	459.134.862	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	459.134.862

32341 COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. - CPRJPOL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	270.268.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	271.268.715
INVESTIMENTOS	270.268.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	271.268.715
DISPENDIOS CORRENTES	1.000.000	TOTAL DAS FONTES	271.268.715
SERVICOS DE TERCEIROS	400.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-360.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	600.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	359.285
TOTAL DOS USOS	271.268.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	271.268.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	1.157.243	RECEITAS	2.894.871
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.894.871
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	12.000	TOTAL DAS FONTES	2.894.871
OPERACOES EXTERNAS	12.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-652.390
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	755.243	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.085.238
TOTAL DOS USOS	1.157.243	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.157.243

32343 COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE R\$ 1,00

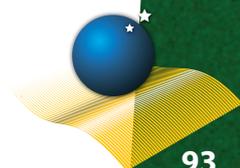
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	948.011.000	RECEITAS	648.884.558
INVESTIMENTOS	948.011.000	RECEITA OPERACIONAL	648.884.558
DISPENDIOS CORRENTES	583.651.202	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	24.360.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.018.295	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	24.360.000
MATERIAIS E PRODUTOS	378.260.912	OPERACOES DE CREDITO	863.171.000
SERVICOS DE TERCEIROS	29.216.684	OPER. CRED. INTERNAS-MOEDA	486.267.000
UTILIDADES E SERVICOS	3.369.105	OPER. CRED. EXT.-MOEDA/OUTRA	376.904.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	103.091.847	TOTAL DAS FONTES	1.536.415.558
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	477.197	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-152.508.040
OUTRAS FONTES	477.197	VARIACAO DO DISPONIVEL	147.754.684
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	22.217.162		
TOTAL DOS USOS	1.531.662.202	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.531.662.202

32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	60.133.000	RECEITAS	1.332.132.885
INVESTIMENTOS	60.133.000	RECEITA OPERACIONAL	1.332.132.885
DISPENDIOS CORRENTES	1.593.624.111	OPERACOES DE CREDITO	300.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.518.800	OPER. CRED. INTERNAS-MOEDA	150.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.531.602.296	OPER. CRED. EXT.-MOEDA/OUTRA	150.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	22.571.520	TOTAL DAS FONTES	1.632.132.885
UTILIDADES E SERVICOS	2.073.166	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-126.589.481
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	692.174	VARIACAO DO DISPONIVEL	148.213.707
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	204.514		
OUTRAS FONTES	204.514		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.961.641		
TOTAL DOS USOS	1.653.757.111	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.653.757.111

32345 BREITENER ENERGETICA S.A. - BREITENER R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	21.725.600	RECEITAS	280.112.988
INVESTIMENTOS	100.000	RECEITA OPERACIONAL	273.132.960
AMORTIZACOES OPER. CRED. LP	21.625.600	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.980.028
OUTRAS FONTES	21.625.600	TOTAL DAS FONTES	280.112.988
DISPENDIOS CORRENTES	326.017.365	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	64.769.289
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.057.497	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	18.741.204
MATERIAIS E PRODUTOS	127.405.452	VARIACAO DO DISPONIVEL	-15.880.516
SERVICOS DE TERCEIROS	11.932.812		
UTILIDADES E SERVICOS	726.240		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	127.679.988		



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DESPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

ENCARGOS FINANC. E OUTROS	18.764.904		
OPERACOES INTERNAS	18.741.204		
OUTRAS FONTES	23.700		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	29.450.472		
TOTAL DOS USOS	347.742.965	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	347.742.965

32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2 R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.858.852	RECEITAS	133.393
MATERIAIS E PRODUTOS	2.892	RECEITA NAO OPERACIONAL	133.393
SERVICOS DE TERCEIROS	41.753	TOTAL DAS FONTES	133.393
UTILIDADES E SERVICOS	38.426	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-87.912
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	99.279	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.554.326
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.505.361	VARIACAO DO DISPONIVEL	259.045
OPERACOES INTERNAS	3.505.361		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	171.141		
TOTAL DOS USOS	3.858.852	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.858.852

32347 PORTO VELHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - PVTE R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	53.019.124	RECEITAS	52.075.312
INVESTIMENTOS	51.036.164	RECEITA OPERACIONAL	52.075.312
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.982.960	TOTAL DAS FONTES	52.075.312
OPERACOES INTERNAS	1.982.960	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.949.745
DISPÊNDIOS CORRENTES	19.197.007	VARIACAO DO DISPONIVEL	18.191.074
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	561.594		
MATERIAIS E PRODUTOS	18.000		
SERVICOS DE TERCEIROS	3.455.000		
UTILIDADES E SERVICOS	84.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	10.018.272		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.540.039		
OPERACOES INTERNAS	4.540.039		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	520.102		
TOTAL DOS USOS	72.216.131	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	72.216.131

32348 EMPRESA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - RS ENERGIA R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	41.853.224	RECEITAS	37.443.042
INVESTIMENTOS	30.088.880	RECEITA OPERACIONAL	37.443.042
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	11.764.344	OPERACOES DE CREDITO	23.820.184
OPERACOES INTERNAS	11.764.344	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	23.820.184
DISPÊNDIOS CORRENTES	25.450.619	TOTAL DAS FONTES	61.263.226
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.555.750	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.857.821
MATERIAIS E PRODUTOS	68.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.182.796
SERVICOS DE TERCEIROS	2.488.004		
UTILIDADES E SERVICOS	60.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.156.656		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	13.719.465		
OPERACOES INTERNAS	13.719.465		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	402.744		
TOTAL DOS USOS	67.303.843	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	67.303.843

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32349 INNOVA S.A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	308.442.098	RECEITAS	1.691.944.891
<i>INVESTIMENTOS</i>	276.146.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.608.558.048
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	32.296.098	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	83.386.843
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	32.296.098	OPERACOES DE CREDITO	155.791.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.544.086.948	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	155.791.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	40.329.803	TOTAL DAS FONTES	1.847.735.891
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.038.239.349	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	112.269.923
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	81.742.302	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-1.038.239
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	213.493	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-106.438.529
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	356.774.162		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	16.782.681		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	16.782.681		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	10.005.158		
TOTAL DOS USOS	1.852.529.046	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.852.529.046

32351 GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD R\$ 1,00

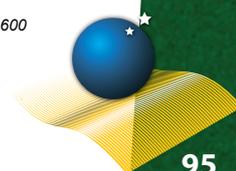
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	14.000.000	RECEITAS	298.851.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	14.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	298.851.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	239.777.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	70.000.000
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	11.706.000	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	70.000.000
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	228.071.000	TOTAL DAS FONTES	368.851.000
		<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-115.074.000
TOTAL DOS USOS	253.777.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	253.777.000

32354 ESTACAO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - ETE R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	260.169.000	RECEITAS	98.343.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	260.169.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	80.822.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	31.506.097	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	17.521.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	811.086	OPERACOES DE CREDITO	128.487.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	18.956	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	128.487.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	861.439	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	76.284.000
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	9.722.437	<i>DEBENTURES</i>	76.284.000
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	18.003.171	TOTAL DAS FONTES	303.114.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	6.505.985	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	19.930.768
<i>OUTRAS FONTES</i>	11.497.186	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-31.369.671
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	2.089.008		
TOTAL DOS USOS	291.675.097	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	291.675.097

32355 RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - RBTE R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	57.538.792	RECEITAS	15.240.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	57.538.792	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	15.240.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	14.864.828	OPERACOES DE CREDITO	10.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	658.299	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	10.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	10.000	TOTAL DAS FONTES	25.240.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	428.363	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	6.066.762
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	7.200	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	1.173.600



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.874.418	VARIACAO DO DISPONIVEL	39.923.258
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	11.736.000		
OPERACOES INTERNAS	11.736.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	150.548		
TOTAL DOS USOS	72.403.620	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	72.403.620

32356 COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLIFEROS - CLEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	891.192.656	RECEITAS	741.950.256
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	655.192.656	RECEITA NAO OPERACIONAL	741.950.256
OPERACOES INTERNAS	655.192.656	TOTAL DAS FONTES	741.950.256
OUTROS DISP. DE CAPITAL	236.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	236.179.252
DISPENDIOS CORRENTES	1.779.252	VARIACAO DO DISPONIVEL	-85.157.600
SERVICOS DE TERCEIROS	1.676.856		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	102.396		
TOTAL DOS USOS	892.971.908	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	892.971.908



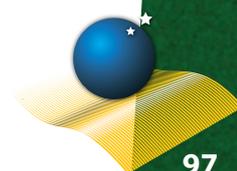
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	104.467.679	RECEITAS	1.092.711.057
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>100.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.044.721.928</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>4.467.679</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>47.989.129</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	985.731.755	TOTAL DAS FONTES	1.092.711.057
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>483.450.000</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>16.669.059</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>2.249.182</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-91.244</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>118.502.700</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-19.089.438</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>17.979.678</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>169.628.187</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>193.922.008</i>		
TOTAL DOS USOS	1.090.199.434	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.090.199.434



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE**36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	263.838.715	RECEITAS	452.369.254
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>263.838.715</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>444.776.344</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	486.721.894	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>7.592.910</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>20.284.056</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	200.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>288.509.478</i>	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	<i>200.000.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>95.853.888</i>	TOTAL DAS FONTES	652.369.254
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>4.546.559</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>72.726.931</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>74.764.484</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>100.000</i>
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>100.000</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>25.364.424</i>
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>100.000</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>2.663.429</i>		
TOTAL DOS USOS	750.560.609	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	750.560.609

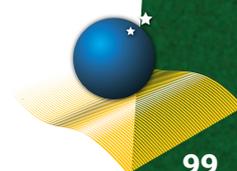
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	90.000	RECEITAS	2.400.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	90.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.400.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.079.972	TOTAL DAS FONTES	2.400.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	2.909.972	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-3.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	200.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	6.769.972
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	1.450.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	220.000		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	500.000		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	800.000		
TOTAL DOS USOS	6.169.972	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.169.972



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.682.143.439	RECEITAS	16.673.416.353
<i>INVESTIMENTOS</i>	847.529.542	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	15.365.983.811
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	415.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.307.432.542
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	19.613.897	TOTAL DAS FONTES	16.673.416.353
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	19.613.897	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	1.470.388.080
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	400.000.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-1.438.078.606
DISPÊNDIOS CORRENTES	15.023.582.388		
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	6.493.747.478		
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	226.690.162		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	6.050.171.637		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	348.646.646		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	1.184.636.597		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	126.567.702		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	13.867.668		
<i>OUTRAS FONTES</i>	112.700.034		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	593.122.166		
TOTAL DOS USOS	16.705.725.827	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	16.705.725.827

41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	399.671.500	RECEITAS	137.827.422
<i>INVESTIMENTOS</i>	399.671.500	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	94.080.880
DISPÊNDIOS CORRENTES	286.136.532	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	43.746.542
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	54.228.547	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	353.309.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.169.960	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	353.309.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	93.951.632	TOTAL DAS FONTES	491.136.422
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	28.047.827	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	140.038.032
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	34.009.720	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-6.492.040
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	74.728.846	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	61.125.618
TOTAL DOS USOS	685.808.032	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	685.808.032

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

52000 MINISTÉRIO DA DEFESA**52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.678.535	RECEITAS	340.497.402
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>7.174.535</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>325.475.402</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>4.504.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>15.022.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	330.549.853	TOTAL DAS FONTES	340.497.402
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>154.561.196</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-15.737.046</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>35.661.793</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>17.468.032</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>83.805.920</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>2.547.517</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>45.451.427</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>8.522.000</i>		
TOTAL DOS USOS	342.228.388	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	342.228.388



EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

24000 MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	316.700.000	RECEITA	784.600.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	28.680.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	779.600.000
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	110.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	5.000.000
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	158.020.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.000.000.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	20.000	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	2.000.000.000
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	158.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	1.450.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	20.000.000	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	330.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	609.544.530	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	1.120.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	143.034.530	TOTAL DAS FONTES	4.234.600.000
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	200.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-293.355.470
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	38.656.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.195.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	37.160.000		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	364.516.000		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	158.416.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	206.100.000		
<i>OUTROS DISP. CORRENTES</i>	23.783.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	926.244.530		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	3.015.000.000		
TOTAL DOS USOS	3.941.244.530	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.941.244.530

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	157.794.443	RECEITA	2.078.230.010
INVESTIMENTOS	58.864.401	RECEITA OPERACIONAL	2.028.901.913
AMORTIZACOES PRINCIPAL	41.368.976	RECEITA NAO OPERACIONAL	49.328.097
OPERACOES INTERNAS	41.368.976	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	2.026.900.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	57.561.066	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	821.063.250
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.630.661.268	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	821.063.250
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	292.330.471	DEMAIS OBRIGACOES	1.350.241.004
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	4.253.072	DEPOSITOS A VISTA	1.532.919.363
SERVICOS DE TERCEIROS	270.414.302	DEPOSITOS A PRAZO	-182.678.359
UTILIDADES E SERVICOS	48.422.645	TOTAL DAS FONTES	6.276.434.264
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	170.108.773	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.316.391.639
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	339.527.060	VARIACAO DO DISPONIVEL	-136.380.599
OPERACOES INTERNAS	60.359.258		
OPERACOES EXTERNAS	5.043.737		
DEPOSITOS	274.124.065		
OUTROS DISP. CORRENTES	505.604.945		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.788.455.711		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	3.035.206.315		
TOTAL DOS USOS	4.823.662.026	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.823.662.026

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	502.538.837	RECEITA	8.456.832.475
INVESTIMENTOS	57.626.641	RECEITA OPERACIONAL	8.452.848.679
INVERSOES FINANCEIRAS	160.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.983.796
AMORTIZACOES PRINCIPAL	244.742.796	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	5.798.659.490
OPERACOES INTERNAS	171.322.795	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	3.658.000.000
OPERACOES EXTERNAS	73.244.001	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	3.130.000.000
OPERACOES RES. 63	176.000	OPER. RESOLUCAO 63	528.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	200.009.400	DEMAIS OBRIGACOES	2.470.587.464
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.402.809.711	TRANSFERENCIA DO FAT	500.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	848.754.772	DEPOSITOS A VISTA	10.700.000
SERVICOS DE TERCEIROS	809.861.080	DEPOSITOS A PRAZO	1.959.887.464
UTILIDADES E SERVICOS	53.113.309	TOTAL DAS FONTES	20.384.079.429
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	471.470.696	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	-24.500.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.447.551.531	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-9.995.498.196
OPERACOES INTERNAS	203.460.304	VARIACAO DO DISPONIVEL	-23.084.193
OPERACOES EXTERNAS	14.016.426		
OPERACOES RESOLUCAO 63	19.490		
DEPOSITOS	609.600.000		
VARIACAO CAMBIAL	67.145.000		
OUTRAS OBRIGACOES	553.310.311		
OUTROS DISP. CORRENTES	772.058.323		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.905.348.548		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	5.435.648.492		
TOTAL DOS USOS	10.340.997.040	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	10.340.997.040

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	237.419.969	RECEITA	3.162.029.967
<i>INVESTIMENTOS</i>	30.788.240	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.154.597.643
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	206.631.729	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	7.432.324
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.726.423.577	TOTAL DAS FONTES	3.162.029.967
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	87.843.727	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	221.631.729
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	295.178	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-419.818.150
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	57.359.903		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.399.757		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	271.478.263		
<i>OUTROS DISP. CORRENTES</i>	2.307.046.749		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.963.843.546		
TOTAL DOS USOS	2.963.843.546	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.963.843.546

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.934.090.188	RECEITA	80.026.933.474
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.264.046.607	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	79.589.715.818
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	2.063.455	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	437.217.656
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	2.063.455	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	5.282.987.708
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	1.667.980.126	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	5.237.227.708
DISPÊNDIOS CORRENTES	74.601.673.778	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	45.760.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	9.499.673.792	DEMAIS OBRIGACOES	55.749.653.951
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	6.238.297.582	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	4.509.400.715
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.159.657.313	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	51.240.253.236
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.777.496.598	TOTAL DAS FONTES	141.059.575.133
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	53.725.414.316	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	13.291.754.171
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	26.936.141	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-209.204.503
<i>DEPOSITOS</i>	24.961.363.586		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	28.737.114.589		
<i>OUTROS DISP. CORRENTES</i>	2.201.134.177		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	77.535.763.966		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	76.606.360.835		
TOTAL DOS USOS	154.142.124.801	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	154.142.124.801

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	20.763.628.532	RECEITA	139.504.294.464
<i>INVESTIMENTOS</i>	3.027.649.221	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	136.803.162.383
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	12.557.363.114	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.701.132.081
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	12.316.564.214	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.761.573.327
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	240.798.900	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	16.584.217.322
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	5.178.616.197	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	15.452.947.322
DISPÊNDIOS CORRENTES	96.871.363.747	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	1.131.270.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	12.481.088.067	DEMAIS OBRIGACOES	102.504.866.115
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	44.317.175	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	11.895.333.672
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	8.630.830.967	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	68.760.180.062
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.345.213.303	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	21.849.352.381
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	11.347.661.731	TOTAL DAS FONTES	260.354.951.228
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	52.651.780.676	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-72.901.366.923

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OPERACOES INTERNAS	1.319.292.728	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.564.247.346
OPERACOES EXTERNAS	274.728.015		
DEPOSITOS	30.846.498.715		
OUTRAS OBRIGACOES	20.211.261.218		
OUTROS DISP. CORRENTES	10.370.471.828		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	117.634.992.279		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	68.254.344.680		
TOTAL DOS USOS	185.889.336.959	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	185.889.336.959

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	734.294.799	RECEITA	1.327.934.210
OUTROS DISP. DE CAPITAL	734.294.799	RECEITA OPERACIONAL	1.327.934.210
DISPENDIOS CORRENTES	553.662.992	TOTAL DAS FONTES	1.327.934.210
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.567.922	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-41.338.360
SERVICOS DE TERCEIROS	29.516.090	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.361.941
UTILIDADES E SERVICOS	2.382.227		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	54.784.218		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	401.144.240		
OUTRAS OBRIGACOES	401.144.240		
OUTROS DISP. CORRENTES	37.268.295		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.287.957.791		
TOTAL DOS USOS	1.287.957.791	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.287.957.791

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	601.682.860	RECEITA	1.215.212.004
OUTROS DISP. DE CAPITAL	601.682.860	RECEITA OPERACIONAL	1.215.212.004
DISPENDIOS CORRENTES	604.172.188	TOTAL DAS FONTES	1.215.212.004
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.948.981	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.115.604
SERVICOS DE TERCEIROS	29.537.915	VARIACAO DO DISPONIVEL	-8.241.352
UTILIDADES E SERVICOS	9.036.597		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	477.320.523		
OUTROS DISP. CORRENTES	39.328.172		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.205.855.048		
TOTAL DOS USOS	1.205.855.048	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.205.855.048

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	613.341.562	RECEITA	601.403.319
INVESTIMENTOS	277.418.188	RECEITA OPERACIONAL	601.266.770
AMORTIZACOES PRINCIPAL	13.817.089	RECEITA NAO OPERACIONAL	136.549
OPERACOES INTERNAS	13.817.089	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	1.423.723.291
OUTROS DISP. DE CAPITAL	322.106.285	TOTAL DAS FONTES	2.025.126.610
DISPENDIOS CORRENTES	262.171.110	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.149.998.759
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.454.877	VARIACAO DO DISPONIVEL	384.821
SERVICOS DE TERCEIROS	2.778.728		
UTILIDADES E SERVICOS	1.427		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	147.023.107		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.059.902		
OPERACOES INTERNAS	2.059.902		
OUTROS DISP. CORRENTES	108.853.069		



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	875.512.672		
TOTAL DOS USOS	875.512.672	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	875.512.672

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	135.913	RECEITA	2.573.199
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>113.393</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>2.573.199</i>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>22.520</i>	TOTAL DAS FONTES	2.573.199
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>22.520</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>47.373.000</i>
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	135.913	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-49.810.286</i>
TOTAL DOS USOS	135.913	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	135.913

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	16.974.253	RECEITA	28.301.835
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>2.048.632</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>28.301.835</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>115.590</i>	TOTAL DAS FONTES	28.301.835
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>14.810.031</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>2.224.035.894</i>
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>14.810.031</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-2.235.363.476</i>
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	16.974.253		
TOTAL DOS USOS	16.974.253	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	16.974.253

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	273.436	RECEITA	731.305
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>273.436</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>731.305</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	457.869	TOTAL DAS FONTES	731.305
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>240.585</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>1.121</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>25.168</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-1.121</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>1.050</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>127.734</i>		
<i>OUTROS DISP. CORRENTES</i>	<i>63.332</i>		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	731.305		
TOTAL DOS USOS	731.305	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	731.305

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. - BB CONSORCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	74.854.701	RECEITA	163.993.222
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>74.854.701</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>163.993.222</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	84.987.108	TOTAL DAS FONTES	163.993.222
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.694.852</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-852.043</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>15.807.417</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-3.299.370</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>420.000</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>63.300.780</i>		
<i>OUTROS DISP. CORRENTES</i>	<i>2.764.059</i>		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	159.841.809		
TOTAL DOS USOS	159.841.809	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	159.841.809

25285 CAIXA PARTICIPACOES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	746.710.176	RECEITA	970.639.271
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	<i>619.407.691</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>631.001.733</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>127.302.485</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>339.637.538</i>

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	201.630.619	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.900.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>5.314.116</i>	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	<i>1.900.000.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>11.116.662</i>	TOTAL DAS FONTES	2.870.639.271
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>14.000</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-1.922.297.476</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>53.319.376</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-1.000</i>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>131.611.821</i>		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>88.745.105</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>42.866.716</i>		
<i>OUTROS DISP. CORRENTES</i>	<i>254.644</i>		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	948.340.795		
TOTAL DOS USOS	948.340.795	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	948.340.795



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	74.033.621.361	RECEITA	108.059.180.000
INVESTIMENTOS	93.717.361	RECEITA OPERACIONAL	50.458.660.000
INVERSOES FINANCEIRAS	19.420.134.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	57.600.520.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	7.639.770.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	12.793.785.400
OPERACOES INTERNAS	7.570.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	3.785.400
OPERACOES EXTERNAS	865.000.000	OPER.CRED. EXTERNAS	9.640.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	6.767.200.000	VARIACAO CAMBIAL	3.150.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	46.880.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	66.532.600.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	38.516.544.918	TESOURO	48.380.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	640.000.000	TRANSFERENCIA DO FAT	14.800.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.290.753	OUTRAS OBRIGACOES	3.352.600.000
SERVICOS DE TERCEIROS	446.387.884	TOTAL DAS FONTES	187.385.565.400
UTILIDADES E SERVICOS	10.960.833	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-14.128.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.023.673.638	VARIACAO DO DISPONIVEL	6.672.110.879
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	33.760.660.000		
OPERACOES INTERNAS	3.760.000		
OPERACOES EXTERNAS	901.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	3.150.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	29.705.900.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	633.571.810		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	112.550.166.279		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	67.379.510.000		
TOTAL DOS USOS	179.929.676.279	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	179.929.676.279

28235 BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	40.140.000.000	RECEITA	16.047.910.000
INVERSOES FINANCEIRAS	8.000.000.000	RECEITA OPERACIONAL	15.885.500.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	25.500.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	162.410.000
OPERACOES INTERNAS	24.720.000.000	REC. P/IAUMENTO DO PATR. LIQ.	18.900.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	780.000.000	PARTICIPACAO NO CAPITAL	18.900.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.640.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	8.922.150.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.578.475.817	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	8.920.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	252.800.000	VARIACAO CAMBIAL	2.150.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	544.536	DEMAIS OBRIGACOES	6.360.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	145.899.498	TESOURO	300.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	4.624.102	OUTRAS OBRIGACOES	6.060.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.134.532.394	TOTAL DAS FONTES	50.230.060.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.872.170.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.190.000.000
OPERACOES INTERNAS	1.760.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.321.584.183
VARIACAO CAMBIAL	2.150.000		
OUTRAS OBRIGACOES	1.110.020.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	167.905.287		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	45.718.475.817		
TOTAL DOS USOS	45.718.475.817	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	45.718.475.817

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2012

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.208.000.000	RECEITA	8.023.640.240
AMORTIZACOES PRINCIPAL	3.940.000.000	RECEITA OPERACIONAL	7.751.637.700
OPERACOES INTERNAS	3.940.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	272.002.540
OUTROS DISP. DE CAPITAL	268.000.000	REC. PIAUMENTO DO PATR. LIQ.	420.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	8.569.808.153	PARTICIPACAO NO CAPITAL	420.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	86.400.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	36.505.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	181.512	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	36.240.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	52.102.584	VARIACAO CAMBIAL	265.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	1.541.367	DEMAIS OBRIGACOES	16.400.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	508.477.465	TESOURO	16.400.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	7.894.692.000	TOTAL DAS FONTES	44.965.040.240
OPERACOES INTERNAS	5.510.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.969.000.000
VARIACAO CAMBIAL	265.162.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	642.577.913
OUTRAS OBRIGACOES	2.119.530.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	26.413.225		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	12.777.808.153		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	30.860.810.000		
TOTAL DOS USOS	43.638.618.153	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	43.638.618.153

28237 BNDES LIMITED

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.000.000.000	RECEITA	600.000
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000.000.000	RECEITA OPERACIONAL	600.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.000.000.000	REC. PIAUMENTO DO PATR. LIQ.	100.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.450.000	PARTICIPACAO NO CAPITAL	100.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	1.700.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.500.000.000
OUTROS DISP. CORRENTES	3.750.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	1.000.000.000
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.005.450.000	OPER.CRED. EXTERNAS	500.000.000
		DEMAIS OBRIGACOES	500.000.000
		OUTRAS OBRIGACOES	500.000.000
		TOTAL DAS FONTES	2.100.600.000
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-95.150.000
TOTAL DOS USOS	2.005.450.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.005.450.000



ISSN 1518428-5



Ministério do
Planejamento

